

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

LUIZA PRAZERES VASCONCELOS

**RECORDAÇÕES E ESQUECIMENTO DE UM RIO URBANO: O PAPEL DO RIO
VERRUGA NA DINÂMICA URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
ABRIL DE 2021

LUISA PRAZERES VASCONCELOS

**RECORDAÇÕES E ESQUECIMENTO DE UM RIO URBANO: O PAPEL DO RIO
VERRUGA NA DINÂMICA URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Projeto Temático: Memória, Cidade e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

ABRIL DE 2021

V451r

Vasconcelos, Luisa Prazeres.

Recordações e esquecimento de um rio urbano: o papel do rio Verruga na dinâmica urbana de Vitória da Conquista, Bahia. / Luisa Prazeres Vasconcelos – Vitória da Conquista, 2021. 103f.

Orientador: Felipe Eduardo Ferreira Marta.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referência: F. 94-99.

1. Memórias – Rio Verruga – Constituição urbana. 2. Gestão urbana. 3. Cidade – Vitória da Conquista. I. Marta, Felipe Eduardo Ferreira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 333.91

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Reminiscences and forgetfulness of an urban river: the case of the Verruga river in the urban dynamics of Vitória da Conquista, Bahia.

Palavras-chaves em inglês: River; Memory; City; Urban management.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (presidente), Profa. Dra. Milene de Cássia Silveira Gusmão (titular), Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira (titular).

Data da defesa: 01 de abril de 2021.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUISA PRAZERES VASCONCELOS

RECORDAÇÕES E ESQUECIMENTO DE UM RIO URBANO: O PAPEL DO RIO VERRUGA NA DINÂMICA URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 01 de abril de 2021.

Banca Examinadora:

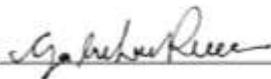
Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profª. Dra. Milene de Cássia Silveira Gusmão
Instituição: UESB

Ass.: 

Profª. Dra. Gabriela Leandro Pereira
Instituição: UFBA

Ass.: 

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS – da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – pela oportunidade do estudo da memória, agregando à minha vida um conhecimento singular e de extrema relevância. À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – por me facultar o aprofundamento dos meus estudos por meio de um curso de mestrado em uma instituição pública e de qualidade, respeitada pela sociedade local, e disponibilizando uma infraestrutura física e logística compatível com a qualidade de ensino que se propõe. Agradeço, também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – do Ministério Brasileiro da Educação pelo financiamento parcial dessa pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta, pela paciência, dedicação, e por me apresentar os caminhos a serem seguidos em minha pesquisa, ratificando a relevância dos dados pesquisados e me impulsionando a acreditar em meu trabalho. Agradeço aos membros da banca, Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira e Profa. Dra. Milene de Cássia Silveira Gusmão, pelas precisas considerações e referências para estudo, que proporcionaram o aprofundamento de minha pesquisa no campo do urbanismo contemporâneo e na esfera da memória da população conquistense.

Aos meus pais e padrasto, Prof. Dr. Nilton Vasconcelos Júnior, Arqta. Simone Porto Prazeres e Arqto. Dr. Edgard Porto Ramos pelo imensurável apoio emocional e técnico, com contribuições fundamentais desde o início da estruturação da pesquisa até a sua conclusão. Agradeço, imensamente, a cada uma das pessoas que me disponibilizaram um pouco do seu tempo para me concederem uma entrevista, me apresentando os seus ricos depoimentos e pontos de vista, proporcionando que esta pesquisa fosse realizada tal como ela foi planejada.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu esposo, Prof. Dr. Davi Tanajura Costa, por me apoiar em todo o percurso e ser sempre incansável na busca por extensa referência bibliográfica sobre o município de Vitória da Conquista, e ao nosso filho, Tito, por compreender os muitos momentos em que não estive disponível para nossas brincadeiras em sua infância devido às horas dedicadas a esta produção.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar a memória relativa à paisagem urbana onde se insere um trecho do Rio Verruga na cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Identifica-se a relevância desse curso d'água para o desenvolvimento da cidade e sua atual situação de esquecimento. O texto se propõe a explorar o significado das intervenções realizadas pelo poder público ao longo do último século no trecho urbano do Rio Verruga e a relação que foi construída, em diferentes momentos da história, entre a população e o rio. Como objetivo principal, buscou-se compreender os efeitos que as modificações geradas pelas decisões do poder público, na paisagem urbana em que se insere o Rio Verruga, na cidade de Vitória da Conquista, provocaram sobre a memória da sociedade que com ela se relaciona. Como objetivos secundários, buscou-se analisar os fatos que contribuíram para a conformação de um extenso vazio urbano, situado na região central da cidade, às margens do rio, e contribuir com o entendimento do processo de expansão urbana na cidade de Vitória da Conquista, relacionando os eixos de desenvolvimento da malha urbana com o leito do Rio Verruga. Por fim, buscou-se também questionar e contribuir com as novas propostas de intervenções no trecho urbano estudado. O texto é estruturado em três momentos, sendo o primeiro dedicado a analisar a constituição histórica da cidade, investigando a relação entre o rio e a população sob o ponto de vista das intervenções do poder público sobre as águas. No segundo momento, aborda-se as implicações das intervenções no curso do Rio Verruga sobre a memória dos habitantes da cidade, trazendo as referências das memórias coletivas. No último momento, buscou-se levantar uma discussão a respeito das possíveis intervenções em área urbana remanescente às margens do rio. Apresenta-se, por fim, as conclusões que revelam a importância de uma gestão pública realizada de forma conjunta e coordenada, buscando entender as reais necessidades da população para garantir uma melhor apropriação do espaço urbano pelos seus habitantes.

Palavras-chave: Rio; Memória; Cidade; Gestão urbana.

ABSTRACT

This research analyzes the reminiscences related to the urban landscape where the Verruga River is inserted in the city of Vitória da Conquista, Bahia. The relevance of this watercourse for the development of the city and its current forgetfulness situation is identified. The text explores the interventions carried out by the public authorities over the last century and the river relationship with the population in different times. As a main objective, it was analyzed the effects that the decisions of the government in the urban landscape relates to society memories. As secondary objectives, it was analyzed the facts that contributed to the conformation of an extensive urban void, located in the central region of the city, on the banks of the river, and the understanding of the urban expansion process in the city. It was also analyzed the contribution of new proposals for interventions in the studied urban stretch. The text is structured in three moments: the first being dedicated to analyzing the historical constitution of the city, investigating the relationship between the river and the population from the point of view of the government's interventions. In the second moment, the implications in the course on the memory of the inhabitants of the city are addressed, bringing the references of the collective memories. And at the last moment, an attempt was made to raise a discussion regarding possible interventions in an urban area of the remaining banks of the river. Finally, it was concluded that the importance of a public management needs to be carried out in a coordinated way, seeking to understand the real needs of the population to guarantee a better appropriation of the urban space by its inhabitants.

Keywords: River; Memory; City; Urban management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Área urbana do município de Vitória da Conquista	20
Figura 02 – Recorte territorial adotado para a pesquisa	21
Figura 03 – Linha do tempo das intervenções do poder público sobre o curso do Rio Verruga	21
Figura 04 – Localização de Vitória da Conquista e do Rio Verruga na Bacia do Rio Pardo e no Brasil.....	25
Figura 05 – Implantação do povoamento inicial – relação entre a Rua Grande e o Rio Verruga	29
Figura 06 – Rua Grande na década de 1930	34
Figura 07 – Área urbana de Vitória da Conquista até 1940.....	35
Figura 08 – Açude de Vitória da Conquista.....	35
Figura 09 – Canalização e aterramento do Rio Verruga.....	43
Figura 10 – Localização da ETE	47
Figura 11 – Vistas do Rio Verruga próximo à ETE	47
Figura 12 – Ideograma constante no Plano Diretor Urbano de 1976	48
Figura 13 – Biblioteca Municipal inserida na área do Aguão	51
Figura 14 – Área remanescente do Aguão	52
Figura 15 – Áreas não ocupadas no trecho urbano consolidado do Rio Verruga	53
Figura 16 – Obras de drenagem na rua Monsenhor Olímpio entre 1971 e 1972.....	56
Figura 17 – Açude de Vitória da Conquista com transporte em canoas	60
Figura 18 – Lavanderia pública municipal do Conquistinha.....	64
Figura 19 – Descarte de lixo e abandono da área remanescente do açude	65
Figura 20 – Inundações nas imediações da Praça Vitor Brito	68
Figura 21 – Imagem mnemônica da antiga ETE	70
Figura 22 – Delimitação gráfica do Parque Ambiental do Rio Verruga – 2018.....	75
Figura 23 – Poligonal de delimitação do Parque Ecológico do Verruga – 2019.....	76
Figura 24 – Trecho do Rio Verruga inserido na delimitação do Parque	78
Figura 25 – Áreas de conservação ambiental	79
Figura 26 – Proposta do Circuito Integrado de Parques Urbanos.....	80
Figura 27 – Trechos do Parque do Rio Verruga	81
Figura 28 – Proposta para o primeiro trecho do Parque do Rio Verruga	81

Figura 29 – Pontos de alagamentos, destacando a região da planície de inundação do Rio Verruga	82
Figura 30 – Evolução urbana do Conquistinha retratando os anos 1985, 2003 e 2020.....	90
Figura 31 – Residências à venda no Conquistinha	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 AS MEMÓRIAS SOBRE O RIO VERRUGA AO LONGO DA CONSTITUIÇÃO URBANA	26
2.1 O início da urbe e as primeiras intervenções no Rio Verruga.....	29
2.2 A repentina expansão urbana e suas consequências nos referenciais de paisagem da sociedade conquistense	39
3 OS CURSOS NATURAIS DA ÁGUA NO PLANALTO DA CONQUISTA E SUAS IMPLICAÇÕES MNEMÔNICAS NA VIDA CIDADINA	56
4 PERCEPÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DO RIO VERRUGA	76
4.1 A criação do Parque Ecológico do Rio Verruga	77
4.2 Expectativas da população sobre o Parque	87
5 CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

Quando passei a residir em Vitória da Conquista, em 2013, vinda de minha cidade natal, Salvador, a qual sempre estudei e já me sentia íntima de quase todas as suas ruas por tê-las percorrido durante toda a minha vida, uma nova e desconhecida estrutura urbana me causou inquietação. Minha racionalização espacial, proveniente, em parte, de minha formação profissional como arquiteta e urbanista, sentiu extrema necessidade de entender como se conectavam os caminhos por onde andavam meus pés. Essa necessidade, quase instintiva, me levou a um anseio por compreender a trama urbana da cidade de minha nova residência, e, aos poucos, a história de sua conformação urbana foi se revelando por entre as ruas e edifícios que caracterizavam diferentes ocupações.

O estudo da configuração espacial de Vitória da Conquista, me permitiu, de imediato, identificar um extenso vazio urbano imerso em uma região central da cidade, que, apesar de apresentar um entorno com ocupação já consolidada, não se conectava com a cidade de nenhuma forma, nem propiciava o acesso à população. Essa grande ruptura do tecido urbano, abrangendo uma área de aproximadamente 100 hectares, me causou espanto e curiosidade em conhecer a sua história. Em minha primeira busca por informações, encontrei o curso do Rio Verruga, e esta descoberta me conduziu a estudar o processo de expansão urbana relacionado ao leito do rio e a buscar a sua memória.

Neste trabalho, estuda-se o caso de Vitória da Conquista, uma cidade estabelecida aos pés da Serra do Periperi, ocupando um planalto situado no centro-sul do estado da Bahia, cuja área urbana central abriga a principal nascente do Rio Verruga. O município está localizado a, aproximadamente, 518 km da capital do estado, Salvador, seguindo na direção sudoeste por via rodoviária. Conta com uma população estimada em 2020 de 341.128 habitantes (IBGE, 2020a) e é caracterizado como uma capital regional, cuja região de influência engloba 88 cidades, incluindo norte do estado de Minas Gerais, atendendo a uma população de 2.015.833 habitantes (IBGE, 2020b, p.50).

O povoamento inicial do município se deu às margens do Rio Verruga, nas proximidades da sua principal nascente, localizada hoje em uma Reserva Ambiental denominada Poço Escuro, inserida no Parque Municipal da Serra do Periperi. A região geográfica na qual Vitória da Conquista se situa sofre com grandes períodos de estiagem, e a cidade recorreu, nos últimos anos, a regimes de racionamento de água. Nesse cenário,

segundo relatório da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, “é fundamental que os corpos hídricos do município tenham alguma proteção” (FIPE, 2019a, p.44). Atualmente, o leito do Rio Verruga corta a parte leste da cidade e corre em direção ao Rio Pardo, onde localiza-se sua foz, no município de Itambé, Bahia.

Por meio de um estudo urbanístico, sob o ponto de vista da memória, este trabalho se propôs a analisar a memória relativa à paisagem do trecho urbano do Rio Verruga, tendo como referência a percepção atual da cidade, de modo a olhar para o passado a partir das questões do presente. Para a análise se fez necessário explorar o significado das intervenções realizadas pelo poder público ao longo do tempo no trecho estudado e a relação que foi construída, em diferentes momentos da história, entre a população e o rio, buscando responder a seguinte questão-problema: quais os efeitos que as modificações geradas pelas decisões do poder público, na paisagem urbana em que se insere o Rio Verruga, na cidade de Vitória da Conquista, ao longo do tempo, provocaram sobre a memória da sociedade que com ela se relaciona?

Como objetivos secundários, buscou-se analisar os fatos que contribuíram para a conformação de um extenso vazio urbano, situado na região central da cidade, às margens do rio, e contribuir com o entendimento do processo de expansão urbana na cidade de Vitória da Conquista, relacionando os eixos de desenvolvimento da malha urbana com o leito do Rio Verruga. Considerando que a inserção desse rio na trama da cidade está em permanente modificação, e que o processo de apropriação do espaço urbano provoca constantes disputas, este trabalho se propôs também a questionar e contribuir com as novas propostas de intervenções no recorte territorial estudado.

As margens dos cursos d’água são os locais onde, historicamente, as povoações urbanas se desenvolveram, em função de sua oferta de recursos, fontes de subsistência. Na grande maioria das cidades contemporâneas pode-se encontrar rios permeando a malha urbana, estando eles visíveis ou não.

A partir dos avanços da sociedade industrial, durante o século XIX, esses rios urbanos foram, aos poucos, perdendo sua importância inicial e passaram a ser vistos como um obstáculo ao desenvolvimento das cidades. No Brasil, o intenso processo de urbanização, ocorrido de forma acelerada, principalmente na segunda metade do século XX (MARICATO, 2013, p. 16), aliado à falta de comprometimento do poder público com um planejamento urbano compatível e à grande participação do mercado imobiliário na construção das paisagens, afetaram substancialmente a relevância dos cursos d’água nas regiões urbanas e,

consequentemente, as vivências cotidianas da população com esses espaços, os deixando em segundo plano.

Essas profundas transformações sentidas nas paisagens urbanas de convívio cotidiano marcam profundamente a memória dos habitantes citadinos ao longo das gerações, “a força vinculativa dos locais carregados de recordações é substituída por um espaço neutro, dimensão livre da disposição humana sobre ele” (ASSMANN, 2011, p. 321). São as escolhas feitas durante o desenvolvimento urbano das cidades contemporâneas que definem as paisagens que serão rememoradas pela sociedade e aquelas que serão esquecidas.

Em 1988, Milton Santos se referiu à criação desse novo meio geográfico artificial, pontuando que “tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e mental das populações”. Para ele, “deixamos de entreter a natureza amiga e criamos a natureza hostil” (SANTOS, M., 1988, p. 16).

A partir dessas intensas transformações ocorridas nas cidades pós industriais, os centros urbanos passaram a vivenciar um número cada vez maior de inundações, com consequentes destruições das infraestruturas e perdas humanas, o que obrigou a sociedade a repensar o modelo de conceber cidades adotado ao longo do século XX. Analisando-se a relação que foi estabelecida entre a malha urbana e os elementos da paisagem natural, nas urbes em constante expansão, pode-se perceber que, na maior parte dos casos, não houve uma preocupação com os fluxos da natureza nos territórios ocupados pelas cidades.

A busca pela inserção dos rios urbanos na vida cotidiana da população passou a ganhar importância no final do século XX, a partir das discussões sobre a relevância do cuidado com o meio ambiente, iniciadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Conferência de Estocolmo em 1972, ganhando notoriedade durante a Conferência de 1992, realizada no Rio de Janeiro, conhecida como “Cúpula da Terra”. Os acordos mundiais firmados em 1992 impulsionaram a adoção de novos modelos urbanísticos em diversas cidades do mundo.

Partindo do pressuposto que a cidade é um espaço físico onde as relações sociais são imanentes, essas paisagens urbanas aparecem intrinsecamente vinculadas com o cotidiano de interação entre seus habitantes. Dessa forma, faz-se necessário entender como a paisagem urbana pode afetar a sociedade, mobilizando, para isso, as teorias da memória.

Inicialmente, é importante considerar que é através das memórias que se dá o reconhecimento da identidade de cada indivíduo, ou seja, “da imagem de si, para si e para os outros” (POLLAK, 1992, p. 05). Pode-se dizer, segundo Michael Pollak, que,

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 05).

A memória permite que o indivíduo interprete suas experiências de vida e se coloque no presente de acordo com as referências que foram construídas ao longo do tempo, em uma construção contemporânea de fatos vivos. Para o historiador francês Pierre Nora, a memória “está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p. 09).

A memória, portanto, é adaptável ao reconhecimento de cada indivíduo em suas transformações de vida, é afetada pelas interpretações individuais, em um movimento de seleção de imagens que ocorre de acordo com os interesses de cada indivíduo, enfatizando o caráter construtivo da memória. As recordações são a “reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p.71).

Para o sociólogo Maurice Halbwachs, não há nenhuma recordação que aconteça de forma totalmente individual, o ser humano é uma espécie social e, dessa forma, a construção de sua memória é sempre afetada pela sociedade, ou melhor, pelos grupos sociais dos quais o indivíduo se sente pertencente (HALBWACHS, 2004). Para que o indivíduo construa sua própria identidade é necessário que ele se integre a um grupo dentro da sociedade, e para que ocorra essa integração, ele precisa participar da construção de memórias coletivas. Sem se sentir parte de um todo, o indivíduo perde sua identidade, ele só se reconhece dentro do mundo porque tem como base um conjunto de noções coletivas que conferem sentido à sua existência. O indivíduo assume uma identidade particular através da sua recolocação em diversos grupos simultaneamente, portanto, as noções em comum e os fatos recordados pelos grupos se tornam suscetíveis às adaptações do próprio grupo.

Dito isto, é preciso identificar de que forma as paisagens urbanas participam da construção dessas memórias, e se elas têm a capacidade de afetar, em alguma proporção, o reconhecimento individual.

Segundo Milton Santos, a paisagem “pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”, e não é “formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc” (SANTOS, M., 1988, p. 21). Aprofundando essa definição, Verdum, Vieira e Pimentel (2016) consideram que a paisagem pode ser analisada sob duas perspectivas: enquanto algo concreto e enquanto um fenômeno.

A concretude da paisagem – e, nesse caso, da paisagem urbana – pode ser explicada como “o resultado das marcas que a(s) sociedade(s) humana(s) imprime na superfície terrestre ao longo do tempo” (VERDUM; VIEIRA; PIMENTEL, 2016, p.132-133), expressando um entendimento físico, palpável, mas já considerando a variável tempo sobre o espaço.

Sob a perspectiva fenomenológica, vê-se a paisagem urbana como uma variável cultural, onde “cada pessoa, de acordo com a sua trajetória, consciência e experiência, vê as paisagens de forma diferente e única, sendo que nela se insere de determinada forma” (VERDUM; VIEIRA; PIMENTEL, 2016, p. 133). Esse aspecto subjetivo da paisagem traz à cena uma construção social, em que os diferentes olhares, dentro de uma determinada sociedade, são responsáveis por estabelecer seus próprios conceitos sobre a paisagem, sendo que esses podem variar de acordo com a realidade de cada cidadão ao longo do tempo.

Nessas duas perspectivas, encontra-se a sociedade atuando diretamente sobre a paisagem urbana de forma contínua, o que acaba também por transformar a própria sociedade, em uma relação retroalimentada. A temporalidade da paisagem urbana é expressada através das diferentes memórias que se constroem durante as modificações da sociedade. A paisagem permanece e se adapta às intervenções humanas.

A pesquisadora Aleida Assmann (2011), ao tratar da “memória dos locais”, também expõe dois entendimentos possíveis para caracterizá-los, um objetivo e outro subjetivo. Enquanto, no entendimento objetivo, os locais são objetos de memória, no entendimento subjetivo se “aponta para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos” (ASSMANN, 2011, p. 317). Nesse estudo, Assmann começa a delinear que os lugares são a base de permanência para as experiências dos indivíduos, neles se ancoram suas lembranças, o que as permite serem lembradas. Dessa forma, os cenários constituem-se em um meio de solidificação e localização das memórias, e quando as mesmas ideias sobre um cenário estão presentes em um conjunto de indivíduos, essas paisagens passam a adquirir um caráter coletivo, se conectando às experiências diárias dos habitantes citadinos, conforme explica Pesavento:

Estes espaços dotados de significado fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social. (PESAVENTO, 2008, p. 3).

Sob o ponto de vista individual, encontra-se as paisagens urbanas atuando como locais afetivos, submetidos à subjetividade do indivíduo, o que lhe confere uma vinculação de identidade particular, ou seja, nas memórias afetivas dos indivíduos, têm-se sempre a imagem de um espaço físico vinculada aos fatos vividos.

Segundo Pesavento, o valor simbólico que essas paisagens constituem é o que constrói a identidade do indivíduo, a partir da sensação do pertencimento ao espaço, como explica a seguir:

A construção de identidades urbanas tem seu acabamento na construção de paisagens, onde o enquadramento do espaço construído com seus elementos referenciais e icônicos e ajusta e se enlaça com o meio natural. Neste sentido, cidades à beira do mar, de um rio ou de um lago jogam com o elemento natural a integrar-se com a cultura, compondo imagens dotadas de valor simbólico de forte apelo. (PESAVENTO, 2008, p. 4).

Se o reconhecimento de si se dá através da memória, e esta aparece sempre apoiada sobre um meio material, um espaço físico, é possível concluir que a paisagem é um elemento constituinte do reconhecimento individual. O que você é está sendo afetado pelas paisagens com as quais você se relaciona. “Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade” (PESAVENTO, 2008, p. 4).

A urbe é o local de encontros e convivência com diferentes grupos, em diferentes temporalidades, “cada prédio novo apresenta em sua construção (ao mesmo tempo ato e resultado do ato) a memória petrificada do edifício se construindo. O espaço construído é tempo condensado”¹ (RICOEUR, 2016, p. 25, tradução nossa). Os diversos tempos da paisagem coexistem em seu reconhecimento, uma coexistência virtual em relação direta com a memória, que Pesavento nos explica abaixo:

¹ chaque bâtiment nouveau présente dans sa construction (à la fois acte et résultat de l'acte) la mémoire pétrifiée de l'édifice se construisant. L'espace construit est du temps condensé.

[...] as narrativas do passado fornecem pistas para fazer reviver os espaços da cidade. Para além das palavras, os sons, as músicas e as canções cantam a cidade, trazendo ao presente as sensibilidades do passado. [...] A história e a memória de uma cidade é também o boato, *ouvir dizer*, o relato memorialístico que se apóia não só na lembrança pessoal de quem evoca, mas também naquilo que foi contado um dia por alguém cujo nome não mais se sabe. (PESAVENTO, 2008, p. 7).

É essa trama memorialística que fornece ao espaço urbano a capacidade de despertar o sentimento de pertencimento que compõe os laços culturais daquela população. Segundo Ricoeur, “é principalmente na «configuração» da Cidade que se pode ler, através de seu espaço organizado de um modo representativo, a história sedimentada das formas culturais”² (2016, p. 27, tradução nossa). Nesse contexto, Ricoeur analisa o espaço público sob a seguinte perspectiva:

Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. A narrativa impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que se alternem renovação e repetição. É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas. (RICOEUR, 2007, p. 159).

Justamente por abrigar tamanha diversidade, que a cidade precisa se reinventar constantemente, em um processo que abriga simultaneamente os conceitos opostos de transformação e a estabilidade.

A temporalidade do espaço urbano ultrapassa a questão do presente. A cidade, por mais que possua o caráter de continuidade, está em permanente transformação para se adaptar à inquietude de seus habitantes. A busca incessante pelo novo, pela mudança, nos faz esquecer os caminhos já trilhados, num movimento de negação da memória.

² C'est principalement dans la « configuration » de la Cité que se donne à lire, à travers son espace organisé d'une façon représentative, l'histoire sédimentée des formes culturelles.

Portanto, o homem e a sociedade se encontram em permanente transformação, e nesse processo, os locais ficam naturalmente susceptíveis a readaptações. Por conta da identidade criada através do espaço físico, a mudança da paisagem urbana coloca o próprio homem em crise, “os vínculos que o ligavam ao lugar se tornaram mais claros, no momento em que iam se romper” (HALBWACHS, 1990, p. 133), e frente a esse rompimento surge o sentimento de perda e de vazio. Para o ser humano, “perder seu lugar no recanto de tal rua, à sombra daquele muro, ou daquela igreja, seria perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, sua única razão de ser” (HALBWACHS, 1990, p. 138). Essa constante transformação atravessa gerações, solidificando a perda da tradição e da identidade daquela coletividade. Ao analisar os centros urbanos, Pesavento traz que,

[...] os centros urbanos sofrem os desgastes físicos inerentes à passagem do tempo e ao uso social de tais espaços; sofrem ainda alterações de uso, que modificam, apagam ou destroem a função original dos mesmos; e, por último, a centralidade pode ser acometida de uma perda de significado e de memória, sofrendo pelo esquecimento e pela falta de sentido histórico, que foi perdido através das gerações.

[...]

Ao longo dos anos, cidades enfrentam dilemas, que presidem escolhas políticas: o que preservar, o que destruir? Progresso e modernidade urbana implicam em mudanças, onde se combinar construção e destruição. [...] o movimento centrífugo de crescimento, do centro para fora e para os subúrbios, ameaça a memória, produz o esquecimento, destrói os significados. (PESAVENTO, 2008, p. 5, 6).

Assim, pode-se inferir que o esquecimento de uma paisagem urbana se dá quando as transformações desconfiguram profundamente o cenário das memórias, e criam novos sentimentos relativos a um mesmo espaço, que sobrepõem antigos sentimentos e imagens.

Quando uma paisagem não corresponde aos interesses de convívio coletivo e quando deixa de existir o sentimento de pertencimento, ela se torna invisível para o grupo. Segundo Henri Bergson, “há para as imagens uma simples diferença de grau, e não de natureza, entre ser e ser conscientemente percebidas” (BERGSON, 1999, p. 35), para ele “nossa representação da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos; ela resulta da eliminação daquilo que não interessa nossas necessidades” (BERGSON, 1999, p. 35).

Considera-se então que o esquecimento é parte natural das adaptações humanas. Sob essa perspectiva, Pesavento traz que “é preciso um esforço, um empenho e o trabalho de uma memória voluntária. Lembrar o passado é uma habilitação que se conquista, progressivamente” (PESAVENTO, 2008, p. 11).

Para Ricoeur, é preciso saber ler a cidade, enxergar nos resíduos testemunhos urbanos para através deles poder recontar as histórias de vida no presente (RICOEUR, 2016). Ou melhor,

Trata-se, na verdade, de memórias de épocas diferentes que são recapituladas e mantidas em reserva nos lugares onde elas estão inscritas. [...]

É necessário, portanto, fazer o luto da compreensão total e admitir que há o inextricável na leitura de nossas cidades. Elas alternam a glória e a humilhação, a vida e a morte, os eventos fundadores mais violentos e a doçura de viver. É essa grande recapitulação que realizamos ao fazer sua leitura.³ (RICOEUR, 2016, p. 28-29, tradução nossa).

Dessa forma, lembrar e esquecer os espaços urbanos pode ser visto como faces interdependentes das escolhas da sociedade ao longo do desenvolvimento de suas cidades. As transformações são inevitáveis, e atrelado a elas há o esquecimento em relação ao espaço, com isso, a recordação passa a se embasar em outros pilares da memória do grupo, que se não forem constantemente revisitados também estão suscetíveis ao esquecimento ao longo das gerações. É clara a grande influência que o ser humano possui sobre a modificação do espaço que o cerca. A espécie humana está constantemente intervindo no espaço, causando transformações profundas que afetam a sua vivência cotidiana.

Essa mesma memória e, conseqüentemente, a identidade adquirida através dela, é construída dentro de um espaço físico, o que gera um sentimento de pertencimento para com as paisagens com as quais o ser humano convive. Dessa forma a paisagem atua como o grupo, ou melhor, a paisagem faz parte do grupo, se tornando uma unidade indissociável. É esse sentimento de pertencimento que favorece a preservação das paisagens urbanas, pois o ato de reconhecer-se no espaço através da memória das experiências vividas, torna aquele lugar importante para si, e fundamental de ser mantido.

Nesse sentido, para o desenvolvimento deste trabalho, adotou-se uma pesquisa qualitativa, em trecho da malha urbana do município de Vitória da Conquista, estruturada a partir da coleta de depoimentos de história oral em entrevistas realizadas individualmente e registradas por um gravador de voz, tendo como ferramenta auxiliar um caderno de campo, no

³ Ce sont en effet des mémoires d'époques différentes qui sont récapitulées et tenues en réserve dans les lieux où elles sont inscrites. [...] Il faut donc faire le deuil de la compréhension totale et admettre qu'il y a de l'inextricable dans la lecture de nos villes. Elles alternent la gloire et l'humiliation, la vie et la mort, les événements fondateurs les plus violents et la douceur de vivre. C'est cette grande recapitulation que nous faisons à leur lecture.

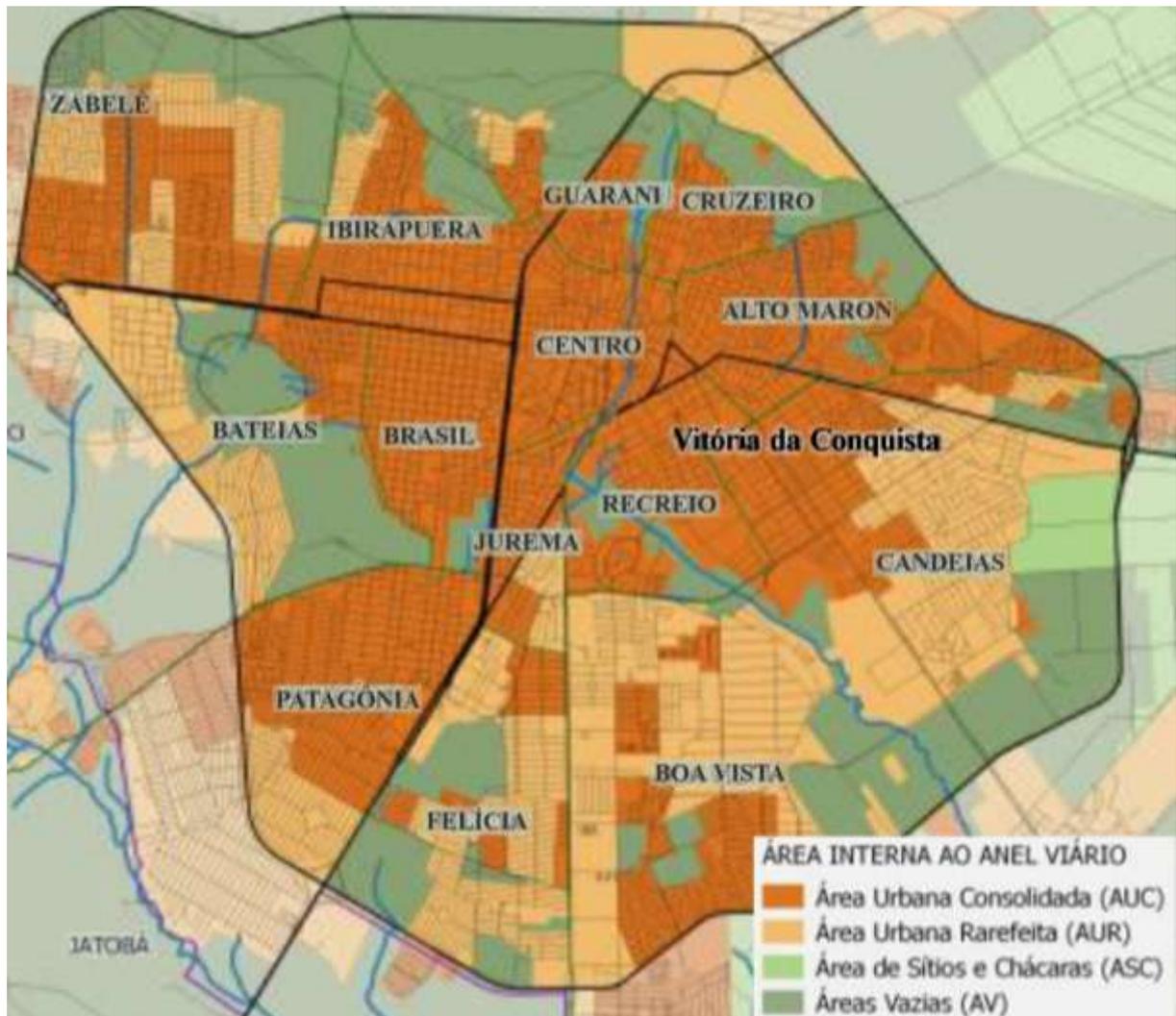
intuito de captar todos os detalhes dos depoimentos prestados. As entrevistas se desenvolveram de forma temática, buscando incentivar a rememoração de algumas percepções sobre o Rio Verruga de forma a ser possível interpretar o olhar subjetivo, presente na memória destas personagens, sobre a importância histórica do rio. Os dados coletados nas entrevistas foram embasados pelo levantamento de documentos históricos, material iconográfico e pela literatura existente a respeito do estudo da memória e do urbanismo.

A pesquisa baseada na história oral tem como fundamento a busca pelas memórias individuais, situando-as no tempo presente e na sociedade a qual pertence. Dessa forma, a pesquisa foi enriquecida com as experiências de cada indivíduo diante das entrevistas realizadas, uma vez que cada indivíduo apresenta algo novo diante do objeto pesquisado. A história oral foi fundamental para se perceber como a área de estudo está presente na memória da população que com ela se relaciona, identificando as distintas expectativas sobre a mesma. A respeito das características e possibilidades do uso da entrevista como fonte de pesquisa, destaca-se que esses relatos consistem em uma rememoração de fatos passados sob a ótica do presente e “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p. 13).

A entrevista de história oral suscita a estruturação do pensamento individual de forma a refazer sua própria identidade, a partir de uma memória comum aos grupos da sociedade dos quais o indivíduo participa. Esta memória dos grupos sociais foi conceituada pelo sociólogo Maurice Halbwachs como uma memória coletiva, e afirma que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Nesse sentido, em última análise, toma-se as entrevista como um fragmento da memória dos entrevistados, levando em consideração que ela apresenta um ponto de vista específico sobre os fatos narrados.

O Rio Verruga, objeto desta pesquisa, nasce no alto da serra que circunda a cidade de Vitória da Conquista, onde situam-se os bairros do Guarani e Cruzeiro, que, atualmente, concentram populações de baixa renda. Em seguida o curso do rio corta a área central da cidade, composta por construções históricas que pertenciam aos cidadãos mais abastados, e hoje abriga estabelecimentos comerciais. A partir desse ponto, o Rio Verruga encontra uma área desocupada, circundada por bairros onde residem, prioritariamente, uma população com maior poder aquisitivo e que apresenta uma configuração de ocupação consolidada (figura 01).

Figura 01 – Área urbana do município de Vitória da Conquista



Fonte: PMVC (2019c). Elaborado por Fundação Escola Politécnica da Bahia.

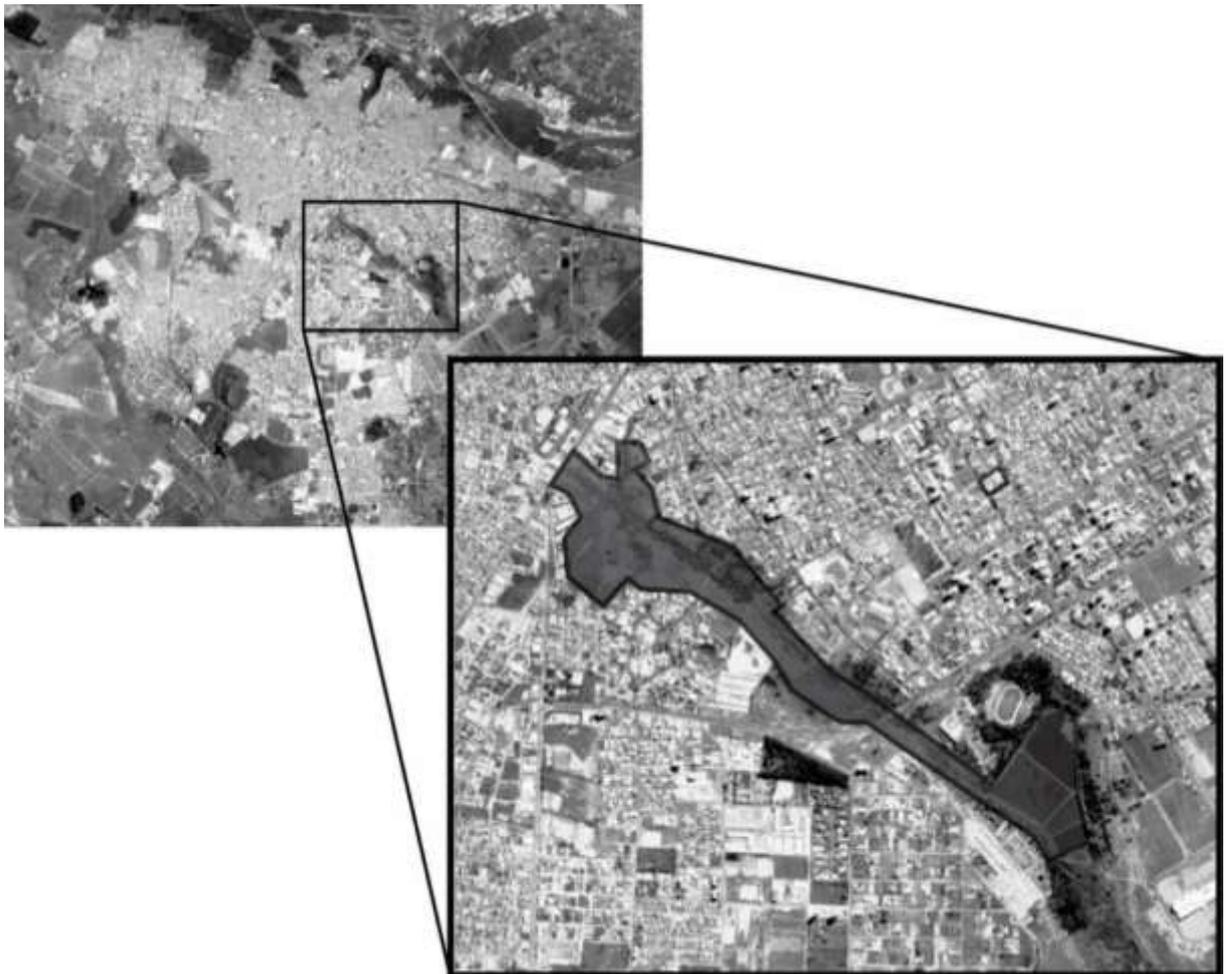
Dessa forma, adotou-se, para o estudo, o recorte territorial que abrange o vazio urbano existente no trecho do leito do Rio Verruga que ainda se encontra descoberto e não canalizado, situado na área central da cidade e permeando uma malha urbana adensada (figura 02).

Para a realização da pesquisa, foi identificada a conformação histórica da poligonal de ocupação urbana ao longo do Rio Verruga, e levantados os planos, programas e projetos existentes e em execução no município. Em seguida foram analisadas as falas dos

entrevistados, separados por categorias temáticas relacionadas aos setores sociais e institucionais da sociedade.

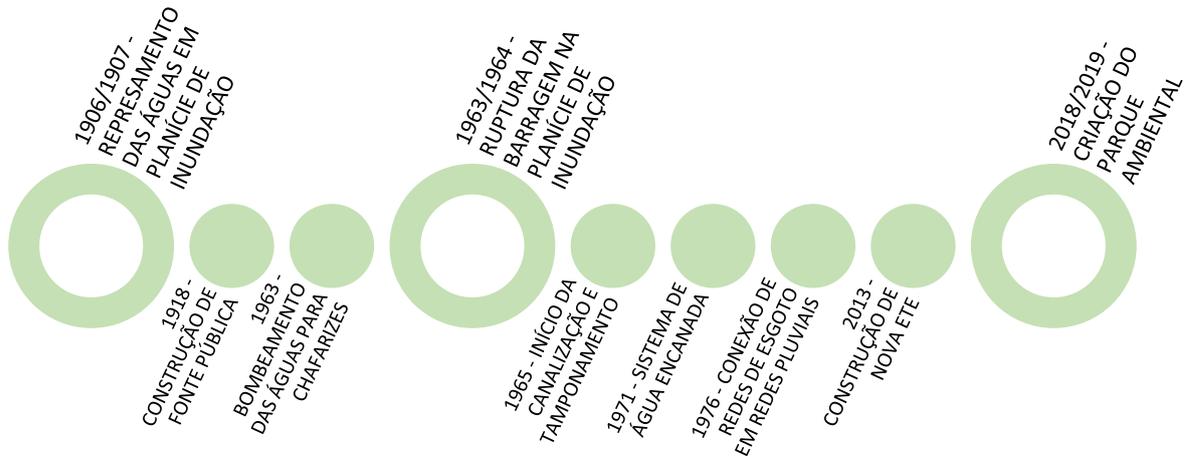
Estabeleceu-se para a análise o recorte histórico de pouco mais de um século, contido entre os anos de 1906 e 2020, período quando surgem as primeiras evidências da ação do poder público sobre a área de estudo, e se estende até os dias atuais (figura 03).

Figura 02 – Recorte territorial adotado para a pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora sobre fotografia aérea disponível no Google Earth (2019).

Figura 03 – Linha do tempo das intervenções do poder público sobre o curso do Rio Verruga



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Esta pesquisa obteve parecer favorável do Comitê de Ética da UESB em 12 de dezembro de 2019, sob o número 3.771.218, e todos os entrevistados que serão citados autorizaram a utilização de seus depoimentos neste trabalho, porém lhes foi facultada a sua identificação. Os que preferiram não ter seu nome revelado no texto, receberam identificação de acordo com a ordem das entrevistas realizadas. Todas as entrevistas foram realizadas durante o ano de 2020, algumas de forma presencial e outras através de videoconferência, devido à necessidade do isolamento social imputada pela situação de pandemia decretada em março do referido ano pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em função da circulação mundial do vírus SARS-CoV-2.

Os entrevistados foram pessoas que residiram, ou ainda residem, em Vitória da Conquista e que possuem uma intensa vivência com a cidade, de forma a serem capazes de elencar fatos e experiências de vida relacionadas àquela paisagem urbana. As entrevistas foram realizadas com 10 (dez) pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais, divididos com o seguinte critério:

Grupo 1. Entrevistados que possuem conhecimentos técnicos sobre o assunto abordado e que estão ou já estiveram envolvidos com o poder público municipal;

1.1. Fernando Gomes Oliveira, engenheiro civil especializado em Geotecnia e ex-secretário de infraestrutura do município no período entre 1993 e 1996, nascido em Jequié em 1956, tendo passado parte de sua infância e adolescência em Vitória da Conquista, e fixando residência no município em 1985. Entrevista

concedida de forma presencial em Vitória da Conquista em 15 de janeiro de 2020;

- 1.2. Entrevistado 09, que preferiu não ter seu nome revelado, especialista em engenharia ambiental urbana e funcionário público municipal, que passou a residir em Vitória da Conquista em 2010. Entrevista concedida a partir de videoconferência em 11 de setembro de 2020.

Grupo 2. Entrevistado que, além da vivência pessoal, possui levantamentos históricos acadêmicos sobre a cidade de Vitória da Conquista;

- 2.1. Ruy Hermann Araújo Medeiros, professor, historiador e advogado, nascido em Remanso em 1947, tendo passado a residir em Vitória da Conquista aos 05 (cinco) anos de idade, possui extensa pesquisa sobre a história do município. Entrevista concedida de forma presencial em Vitória da Conquista em 19 fevereiro de 2020.

Grupo 3. Entrevistados que, em suas atividades profissionais, não dependem das águas do rio para sobrevivência e contribuíram com a sua vivência pessoal como habitantes da cidade;

- 3.1. Ivany de Sá Porto, aposentada, nascida em Vitória da Conquista em 1932, onde residiu até o ano de 1950. Entrevista concedida de forma presencial em Salvador em 18 de janeiro de 2020;
- 3.2. Entrevistado 04, que preferiu não ter seu nome revelado, aposentado, nascido em Vitória da Conquista em 1948, onde ainda reside. Entrevista concedida de forma presencial em Vitória da Conquista em 09 de março de 2020;
- 3.3. Antônio Roberto de Barros Cairo, comerciante, nascido em Vitória da Conquista em 1949, onde ainda reside. Entrevista concedida a partir de videoconferência em 09 de setembro de 2020;
- 3.4. Fabiana Assis Pereira, bióloga, nascida em São Paulo em 1987, tendo passado a residir em Vitória da Conquista em 2009. Entrevista concedida a partir de videoconferência em 10 de setembro de 2020;
- 3.5. Ticiania Sampaio Aguiar, advogada, nascida em Salvador em 1982, tendo passado a residir em Vitória da Conquista em 2013. Entrevista concedida a partir de videoconferência em 10 de setembro de 2020.

Grupo 4. Entrevistados que, em suas atividades profissionais, dependem das águas do rio para sobrevivência;

- 4.1. Jovina Maria da Silva, lavadeira, nascida em Vitória da Conquista em 1945. Entrevista concedida de forma presencial em Vitória da Conquista, devido à dificuldade de acesso da entrevistada às tecnologias de videoconferência, em 13 de agosto de 2020;
- 4.2. Entrevistada 10, que preferiu não ter seu nome revelado, lavadeira, nascida em Vitória da Conquista em 1945. Entrevista concedida de forma presencial em Vitória da Conquista, devido à dificuldade de acesso da entrevistada às tecnologias de videoconferência, em 03 de dezembro de 2020

Os entrevistados apresentados foram também agrupados em duas etapas de pesquisa. Na primeira etapa foram entrevistadas 07 (sete) pessoas que vivenciaram a cidade de Vitória da Conquista por algum período entre 1930 e 1980, tendo alguma experiência de vida relacionada ao Rio Verruga, e que puderam contribuir para o entendimento da evolução histórica e da relação construída entre a cidade e o rio. Esses entrevistados foram: Fernando Gomes Oliveira, Ruy Hermann Araújo Medeiros, Ivany de Sá Porto, Entrevistado 04, Antônio Roberto de Barros Cairo, Jovina Maria da Silva e Entrevistada 10.

A segunda etapa da pesquisa foi composta por 03 (três) entrevistas com pessoas que passaram a residir em Vitória da Conquista depois do ano 2000 e já conheceram uma cidade de porte médio, com a terceira maior população do estado da Bahia, relatando uma percepção diferente desse curso d'água. Estes entrevistados foram: Fabiana Assis Pereira, Ticiania Sampaio Aguiar e Entrevistado 09.

A pesquisa documental buscou a literatura existente nos trabalhos científicos sobre Vitória da Conquista produzidos até a presente data, registros documentais primários no acervo do museu regional e no arquivo público municipal, como plantas cadastrais e legislações municipais, diagnósticos urbanos junto à equipe de desenvolvimento dos novos planos estratégicos do município, consulta ao processo jurídico público relativo à posse das terras ao longo das margens do rio, e consulta a jornais antigos através de plataformas digitais.

Este trabalho se encontra dividido em três momentos. No primeiro momento, trata-se da constituição histórica da urbe, enfatizando a relação construída entre a cidade e o Rio Veruga sob o ponto de vista das intervenções do poder público municipal sobre suas águas. No segundo momento, analisa-se as implicações mnemônicas das intervenções sobre o rio para os habitantes de Vitória da Conquista, trazendo as memórias coletivas que foram construídas sobre a paisagem natural. Na última seção, apresenta-se a discussão sobre a situação atual do vazão urbano situado no recorte territorial adotado para estudo, relacionando

as propostas urbanísticas que estão sendo implantadas pelo poder público municipal com as percepções e interesses da população que foi entrevistada. A conclusão traz a importância de um manejo adequado dos recursos hídricos por parte da gestão pública, tanto para o abastecimento e drenagem urbana, quanto para o lazer da população, principalmente por se tratar de uma região onde o elemento água é escasso.

2 AS MEMÓRIAS SOBRE O RIO VERRUGA AO LONGO DA CONSTITUIÇÃO URBANA

A fixação das povoações humanas em territórios está intimamente relacionada à disponibilidade de água para abastecimento da população e dos animais na consolidação das comunidades. Porém, com o desenvolvimento tecnológico e com a implantação das redes de abastecimento por água encanada, ao longo do tempo, os rios e mananciais, que se encontravam próximos aos núcleos urbanos iniciais, foram perdendo sua importância e se tornando empecilhos à expansão urbana.

No caso de Vitória da Conquista, o arraial inicial foi implantado sobre a bacia do Rio Verruga, afluente do Rio Pardo, no Planalto da Conquista (figura 04), possuindo uma altitude média superior a 800 metros acima do nível do mar, em uma região semiárida do interior do Nordeste brasileiro (SEI, 2015).

Figura 04 – Localização de Vitória da Conquista e do Rio Verruga na Bacia do Rio Pardo e no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2020), a partir de Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, s.d.) e Instituto do meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA, 2013).

O desenvolvimento deste núcleo urbano se deu margeando o leito do rio, em uma região onde se situam diversas nascentes. O historiador Durval Vieira de Aguiar, em texto original datado de 1888, se referiu à Imperial Villa da Victória enfatizando que “todos os terrenos são fertilíssimos para toda espécie de lavoura, que, alimentada por diversos rios e riachos, e acobertadas por grandes e espessas mattas, pouco soffrem os rigores das seccas annuaes (sic)” (AGUIAR, D., 1888, p. 195).

Ao analisar a situação de implantação da cidade de Vitória da Conquista, o entrevistado Fernando Gomes de Oliveira, engenheiro civil especializado na área de Geotecnia, e ex-secretário de infraestrutura do município no período entre 1993 e 1996, relata

que “o rio é um elemento de unidade, um elemento que possibilitou a vida cidadina, a urbe ser criada”, e se ocupa em explicar a condição geomorfológica e em como isso influenciou a ocupação e as conseqüentes paisagens que foram construídas:

A unidade principal de qualquer sítio urbano, se ela possui um rio, um curso d'água, é a bacia. [...] E no caso de Vitória da Conquista ela tem um interesse muito particular, porque nós somos muitos pobres de água de superfície e de água de subsuperfície, ou melhor, nós não as temos, pelo menos em qualidade. Então, a única coisa que existe em Vitória da Conquista, o único curso d'água, efetivamente, é o Rio Verruga. [...] É um rio de planalto, é um rio de curso curto, não é caudaloso, mas foi ele que permitiu a instalação da civilização que nós temos hoje. [...] Nós estamos numa cidade de forma abaciada, nós temos o formato de um anfiteatro, então nós temos a parte superior e embaixo um platô, e esse platô se conecta com o rio na maior porção da cidade. Então, as pessoas ficaram inicialmente nas partes mais altas, nos bairros mais antigos de Vitória da Conquista - Guarani, Alto Maron - pela proximidade dos materiais de construção na época, areia e pedra, a própria madeira que existia, e pelo fato de estar perto da nascente do rio, portanto num local mais agradável. [...] Começou naqueles arredores, vamos dizer assim, as primeiras edificações de Vitória da Conquista, descendo no máximo até a Vitor Brito, não passava dali, o início do povoamento [...]. Por que se limitava? Porque existia uma outra condição geomorfológica importante, que ali tinha uma depressão, uma bacia, onde se acumulava água nos períodos de chuva, que é conhecido até hoje pelos mais antigos como Aguão. (OLIVEIRA, 2020).

Alguns aspectos já devem ser destacados nesse primeiro trecho de entrevista. Inicialmente, Oliveira se refere à água de superfície existente na cidade, de acordo com a sua realidade atual, escassa e sem qualidade, afinal, o reconhecimento construído pela memória se adapta aos fatos presentes, conforme apresentado anteriormente nesse texto. Em contraposição a essa memória incorporada, um documento, redigido originalmente em 1888 por Tranquilino Leovigildo Torres, descreve o “córrego da Vitória, que nasce na Serra do Periperi”, como sendo o mais importante entre os ribeirões e riachos do então município da Vitória – atual cidade de Vitória da Conquista – “de cristalina água, permanente, e que abastece a população” (TORRES, 1996, p. 31).

Fernando Oliveira relata, também, que a população se consolidou, inicialmente, próxima à principal nascente do Rio Verruga, que está situada atualmente na área central da cidade, em uma Reserva Ambiental denominada Poço Escuro. Sobre esta nascente, o memorialista Mozart Tanajura confirma:

O Poço Escuro, como batizaram os primeiros povoadores, está estritamente, ligado à fundação do Arraial da Conquista e do seu desenvolvimento Vila-

Cidade. Sua importância vem, mesmo, de remota data, quando os índios, atraídos pela perenidade da fonte, estabeleceram-se em aldeias nas suas imediações, onde hoje se acha edificada a cidade. Os moradores das ruas mais próximas nele se abasteciam de água potável, continuando a fazê-lo até a década de 70, quando foi implantado em Conquista o serviço de água encanada. Em linguagem conotativa pode-se dizer que a cidade descia e subia todas as manhãs no afã de se abastecer do precioso líquido. (sic) (TANAJURA, 1992, p. 25).

No trecho acima, é possível perceber a importância da nascente do Rio Verruga para o abastecimento de água da cidade de Vitória da Conquista desde os primeiros povoamentos até o final da década de 1960, fosse coletando a água diretamente na nascente ou fosse por meio de cisternas que alcançavam a água do lençol freático superficial⁴.

No último momento do trecho destacado da entrevista de Fernando Oliveira, o engenheiro apresenta que existia uma limitação física para o crescimento da malha urbana, pela existência de uma planície de inundação, a partir de uma praça, denominada atualmente como Vitor Brito. Essa configuração geomorfológica está, em parte, contida no recorte territorial desta pesquisa e explica muito sobre a forma de ocupação da cidade durante o século XX.

A paisagem urbana descrita pelos primeiros historiadores, ligada à existência do rio, mudou radicalmente no último século em Vitória da Conquista devido à expansão urbana e às intervenções realizadas pelo poder público municipal. Segundo Ricoeur, “os lugares são locais onde algo se passa, onde algo chega, onde mudanças temporais seguem trajetórias efetivas ao longo dos intervalos que separam e ligam os lugares”⁵ (RICOEUR, 2016, p. 23, tradução nossa), o que nos faz entender que as transformações urbanas são inerentes à relação entre os lugares e a sociedade ao longo do tempo.

Porém, durante o século XX, o Rio Verruga passou de fonte de subsistência à negação de sua existência, sendo então referido como um canal de esgotamento e não como um curso d’água natural. Em um cenário de expansão e reordenamento espacial da cidade, iniciado na década de 1940, o Rio Verruga não aparece na legislação ou atas públicas como elemento relevante na dinâmica urbana até a elaboração do primeiro Plano Diretor Urbano do município em 1976. Nesse primeiro documento de planejamento urbano municipal

⁴ Os dados desta relação inicial da cidade com o rio serão abordados com maior profundidade nas próximas páginas.

⁵ Les lieux sont des endroits où il se passe quelque chose, où quelque chose arrive, où des changements temporels suivent des trajets effectifs le long des intervalles qui séparent et relient les lieux

encontram-se apenas diretrizes que prezam pela preservação da paisagem natural, proteção aos cursos d'água e reservas florestais e, ainda, pela preservação das condições do espaço físico da cidade, não permitindo que o poder público ou privado realizasse obras que pudessem vir a modificar o clima, desfigurar a paisagem local, gerar poluição ou acelerar o processo de erosão das terras (PMVC, 1976). Infelizmente, essas diretrizes nunca foram colocadas em prática pela administração municipal.

Durante o período de expansão e consolidação da infraestrutura urbana, diversas intervenções foram realizadas, nesse curso d'água, por parte do poder público municipal. O primeiro trecho do leito do rio, que passa pelo centro da cidade, foi canalizado e coberto durante o século XX, mas outra grande parte do rio segue aberta, sem tratamento, cruzando alguns dos principais bairros da cidade, e sujeito ao descarte de resíduos urbanos (ROCHA, A., 2008).

Atualmente, o Rio Verruga se encontra com grande concentração de substâncias poluentes e com sua mata ciliar descaracterizada na maior parte do trecho urbano do seu curso. O trecho inicial do rio também já se encontra bastante alterado devido às canalizações e a sua situação de esquecimento configura um descaso da população e dos governantes com o único curso d'água da cidade.

Busca-se, nesse capítulo, analisar o momento e os motivos pelos quais se deu a ruptura na importância desse rio urbano para a população. Para isso, divide-se a análise sobre a atuação do poder público municipal no recorte territorial adotado em dois momentos históricos. O primeiro momento está contido entre os anos de 1906 e 1962, e o segundo momento entre 1963 e 2013.

2.1 O início da urbe e as primeiras intervenções no Rio Verruga

Após ser elevada à categoria de cidade em 1891, Vitória da Conquista passou a vivenciar o adensamento de sua malha urbana nas primeiras décadas do século XX (FERRAZ, 2001, p.31), mas a relação dos seus habitantes com o Rio Verruga não se viu muito alterada até a década de 1960.

A primeiras referências à povoação do arraial da Conquista datam do final do século XVIII (SOUSA, 2001, p. 164) e, sobre ele, o memorialista Mozart Tanajura relata que os habitantes “se abasteciam de água potável no córrego que vinha do Poço Escuro, logo abaixo da Rua Grande, na atual rua Ernesto Dantas. Esta fonte era a mesma onde também se serviam os índios, que viviam nas matas próximas ao arraial” (TANAJURA, 1992, p. 169-170). A Rua

Grande, a que se refere Tanajura, foi o núcleo inicial do povoamento, implantada numa região com altitude um pouco mais elevada, próxima ao rio, e logo após a nascente, de forma estratégica para o abastecimento do arraial (figura 05).

Figura 05 – Implantação do povoamento inicial – relação entre a Rua Grande e o Rio Verruga



Fonte: Altemar Amaral Rocha (2008).

Em entrevista, o professor, historiador e advogado Ruy Hermann Araújo Medeiros traz que a relação primordial da cidade com o Rio Verruga se dava com a nascente do Poço Escuro. Em sua fala, cita que com “essa região, a cidade tinha uma relação enorme. Por quê? Primeiro por intermédio das lavadeiras, segundo para obter água potável. Se dizia que era uma água excelente”.

No início do século XX, a água da nascente era explorada por “aguadeiros”, homens que carregavam a água para vender, conduzindo-a em recipientes sobre jumentos (VIANA, 1985, p. 554). Em 1918, iniciou-se a intervenção do poder público municipal na nascente do Poço Escuro, quando, no governo do intendente Coronel José Maximiliano Fernandes de Oliveira, foi construída a fonte pública Água de Nossa Senhora que ficou conhecida como “caixa d’água” (VIANA, 1985, p. 552).

O depósito de água, chamado pelo povo de caixa d'água ou "água de Nossa Senhora" possuía algumas torneiras que facilitavam mais o abastecimento de água pela população da cidade.

Na mesma época, na Rua da Vargem, existiam muitas cacimbas, onde lavadeiras apanhavam água para lavar roupa, que se estendiam num gramado situado nas proximidades. (TANAJURA, 1992, p. 170).

Em matéria publicada no Jornal Avante, em 6 de junho de 1931, percebe-se como a caixa d'água não recebeu o devido cuidado por parte da administração municipal:

O abandono das administrações condenou este próprio do município a quase desaparecer. E a caixa d'água foi se estragando, a ponto do povo quase interno da cidade, preferir as águas das cisternas às águas de Nossa Senhora da Vitória, da fonte pública, isto devido a imundície que se notava mormente no córrego que, do poço escuro conduz a água para às torneiras da caixa. [sic] (A CAIXA D'ÁGUA, 1931 apud ROCHA, E., 2011, p.138-139)

Segundo Edenair Rocha, era grande a quantidade de reclamações nos jornais sobre a situação de abandono da Caixa d'água, relatando que a população pobre que habitava o local depositava os seus dejetos diretamente na nascente (ROCHA, E., 2011, p. 139), o que expõe um conflito de interesses existente entre as diferentes classes sociais pelo uso da água.

Em matéria sobre a cidade de Vitória da Conquista, publicada no Jornal do Brasil, em 1949, as intervenções públicas que garantiam o abastecimento de água para a população são descritas da seguinte forma, tendo como referência dados de 1947:

O serviço de abastecimento d'água oferecia as seguintes características: manancial captado – um, com capacidade total de cinquenta mil litros em 24 horas; extensão das linhas adutoras – 1.400 metros; reservatórios – dois, com a capacidade total de 35 metros cúbicos; extensão total das linhas distribuidoras – novecentos metros; prédios abastecidos – 22; chafarizes públicos – um; torneiras públicas – seis. (VITÓRIA, 1949).

Algum tempo depois, a Caixa d'água foi desativada, mas o Rio Verruga ainda se constituía a única fonte de abastecimento de água da cidade e passou a ser explorado de outras formas, inclusive com apropriação por particulares. A referência à propriedade particular foi encontrada em dois dos depoimentos colhidos nessa pesquisa com os entrevistados que tiveram suas infâncias em Vitória da Conquista na década de 1950. Quando questionados sobre suas recordações a respeito do rio, a referência ao Poço Escuro é sempre muito presente e, com ela, a existência da Granja Boa Vontade na região, o que demonstra ser uma propriedade que influenciou a relação da população da cidade com a água do rio, pois limitava o acesso a um trecho do curso d'água.

O professor Ruy Medeiros, nascido em 1947, e que passou a residir em Vitória da Conquista quando tinha cinco anos de idade, apresenta sobre o Poço Escuro a seguinte recordação:

Aquela parte de baixo ali, possuía uma represa, uma pequena represa que depois foi assoreada, [...] e um cidadão, Arivaldo Araújo, ali estabeleceu uma granja para explorar a venda de água. Vendia água [...] pela cidade, numa carroça, carroça-pipa [...]. Ele vendia água pela cidade e plantava flores. (MEDEIROS, 2020).

O entrevistado 04, conquistense nascido em 1948, quando perguntado se o rio podia ser visto em meio à cidade durante a sua infância, relata:

Era visível, o Poço Escuro pelo menos, logo depois da nascente tinha uma passagem que ia pra o (pausa), o ginásio do Padre⁶, passava pelo (pausa), aquele vale, e eu me lembro que tinha um cidadão que tinha uma granja e ele pegava aquela água pra vender, vendia a água nas carroças, né? Que era água muito boa, logo, boa, assim, logo depois que saía do minadouro. Era a Granja Boa Vontade, então tinha as carroça (sic) de burro, com aqueles reservatoriozinhos em cima, e ele saía pra vender. Essa pra beber, porque aqui a gente usava muito cisterna. (Entrevistado 04, 2020).

À medida em que a cidade se expandiu e as casas se dispuseram um pouco mais distantes da nascente do Poço Escuro, a população buscou novas formas para se abastecer, sendo a principal a abertura de cisternas em seus terrenos – pequenos poços, pouco profundos, que captavam a água do lençol freático superficial. “As casas eram mais valorizadas ou menos valorizadas a depender se tem cisterna ou não. Quem queria vender uma casa tinha que dizer que tinha uma cisterna no quintal” (MEDEIROS, 2020).

Todos os entrevistados desta pesquisa, que residiram na cidade antes da década de 1960, relataram possuir cisterna em suas casas e a imagem desses espaços os fizeram rememorar fatos vividos naquele cenário. Ao tratar do reconhecimento de uma recordação, o sociólogo Maurice Halbwachs analisa que este vem sempre acompanhado de uma busca por sua localização, pois nosso pensamento é conduzido “pelos diversos grupos sociais dos quais fazemos parte para tentar encontrar a qual grupo aquela recordação faz parte. Não existe reconhecimento algum que não seja o início de uma localização racionalizada” (HALBWACHS, 2004, p. 141).

⁶ O ensino ginasial, em Vitória da Conquista, passou a ser ofertado à população a partir de 1940 com a instalação do Ginásio de Conquista, que tinha à frente o Padre Luiz Soares Palmeira. O Ginásio do Padre Palmeira, como ficou conhecido, foi o único a oferecer o ensino ginasial até a inauguração da Escola Normal em 1952 (VIANA, 1982).

A localização à qual Halbwachs se refere não implica em situar os eventos apenas no espaço, mas também no tempo. Ela está sempre relacionada a acontecimentos próximos, pontos de referência para o grupo que permite apresentar uma forma simplificada de acesso às recordações. O sociólogo acrescenta que a localização da recordação precede o reconhecimento e precede, inclusive, a própria evocação das recordações. Afirma que “ela contém uma parte do que será a substância da recordação reconhecida. É a localização que explica a recordação” (HALBWACHS, 2004, p. 144). Para exemplificar essa conclusão, o autor utiliza suas recordações de um período de estadia em Paris e mostra que o encadeamento dos pensamentos o faz perceber que é a operação lógica de localização que lhe permite evocar recordações afetivas daquele momento, conforme trecho abaixo:

[...] antes de evocar a recordação desse café da manhã perto da estação de Montparnasse, me perguntava se me hospedava na casa dos meus sogros, perto da rua Rennes. Não é, então, a rua Rennes, e a imagem desse bairro o que me permite lembrar da estação de Montparnasse e da varanda de café? Não refleti antes, ou naquele momento, sobre o que foi dito, com o calor que devia fazer nesse período, o sentimento de alívio que tinha pela proximidade do fim dos exames, e a certeza de que logo me encontraria junto com minha família à beira do mar. É muito possível que todo esse conjunto de pensamentos que localizei por uma operação puramente lógica, foi o que me permitiu evocar essa recordação afetiva, e não o inverso.⁷ (HALBWACHS, 2004, p. 154, tradução nossa).

No exemplo citado, percebe-se que o espaço urbano conduz as recordações individuais, da mesma forma, a entrevistada Ivany de Sá Porto, ao ser questionada sobre o abastecimento de sua residência na década de 1940, recorda da localização de sua casa, um pouco abaixo da Rua Grande, com o quintal voltado para a Praça da Bandeira, e a relaciona à vivência com a feira livre da cidade, até relembrar os acontecimentos de infância relacionados ao abastecimento através da cisterna. Quando questionada se a água da cisterna era limpa, argumentou: “Limpa! Era limpa, que a cisterna era funda!” (PORTO, 2020).

⁷ [...] antes de evocar el recuerdo de ese desayuno matutino cerca de la estación de Montparnasse, me preguntaba si me hospedaba en casa de mis suegros, cerca de la calle Rennes. ¿No es, pues, la calle de Rennes, y la imagen de ese barrio lo que me permite acordarme de la estación de Montparnasse y de la terraza de café? No he reflexionado antes, o en ese momento, sobre lo anterior, con el calor que debía hacer para ese entonces, el sentimiento de alivio que tenía por la proximidad del fin de los exámenes, y la certeza de que me encontraría junto con los míos muy pronto al borde del mar. Es muy posible que todo ese conjunto de pensamientos que ubiqué por una operación puramente lógica, fuera lo que me permitió evocar ese recuerdo afectivo, y no a la inversa.

O entrevistado 04 traz, por sua vez, que na década de 50 essa água da cisterna já não era muito limpa, pois “como não tinha esgotamento sanitário naquele tempo, normalmente a água era poluída também, né? Era mais pra utilizar em casa, lavar roupa e tal”. Porém, quando questionado qual água era utilizada em sua residência para beber, responde: “era da cisterna, mas lá a cisterna era longe da fossa, que se fazia fossa, né? A fossa era na frente, e aí, como era uma área grande, da casa, a cisterna era no fundo” (Entrevistado 04, 2020).

Em entrevista, o comerciante Antônio Roberto de Barros Cairo recorda que em sua residência durante a infância, situada na Rua dos Andrades, logo acima da Rua Grande, o “abastecimento de água era na base da cisterna, [...] e puxava a lata d'água, [...] e enchia o pequeno tanque que tinha na parte de baixo que era um tanque com um em cima e mais um embaixo, [...] tanque reserva”, e complementa: “até que um dia veio a EMBASA e passou a ter água tratada” (CAIRO, 2020). Porém, mesmo após a implantação do serviço de água encanada pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA – empresa responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município), as cisternas continuaram cumprindo o papel de abastecimento das casas. A bióloga Fabiana Assis Pereira, que passou a residir em Vitória da Conquista apenas em 2009, em sua entrevista, relata que morava no centro da cidade, na região do núcleo inicial do povoamento e, mesmo no século XXI, o abastecimento de sua casa se dava a partir do lençol freático da região. Em sua fala, o abastecimento “era tranquilo, porque, se não me engano, até hoje lá é poço. Poço artesiano. [...] Só quando precisava mesmo, aí ligava a EMBASA” (PEREIRA, 2020).

Destaca-se, porém, que, mesmo sendo facilmente acessado na subsuperfície, o curso do rio era pouco visível pelas ruas da cidade. Dois aspectos podem ser destacados aqui. O primeiro é que, na conformação da cidade, as casas se dispuseram às margens do rio (figura 06), de forma que seu leito corria pelos fundos das casas e só podia ser acessado em alguns lugares específicos, que foram deixados “em benefício daqueles que não conseguiram ocupar espaço ribeirinho” (MEDEIROS, 2015). O segundo aspecto é que, nesses locais deixados para acesso ao rio, foram criadas ruas e o rio precisava ser transposto por pontilhões improvisados, o que gerou, durante o século XX, a necessidade de conduzir suas águas para canais subterrâneos.

Figura 06 – Rua Grande na década de 1930

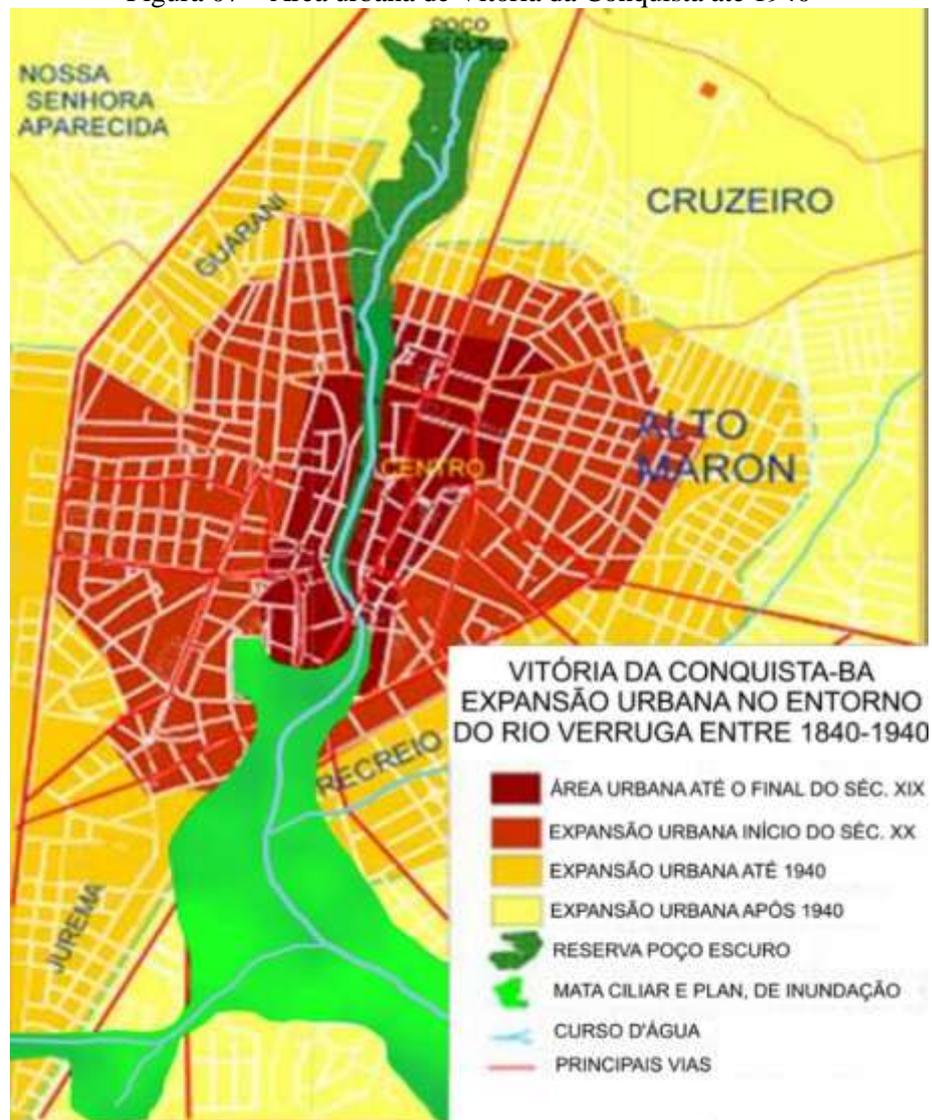


Fonte: Acervo fotográfico do Museu Regional de Vitória da Conquista.

Dessa forma, o Rio Verruga passou a ser visível apenas no trecho imediatamente após a nascente, no Poço Escuro, e depois apenas aparecia após cruzar a cidade, onde encontrava uma planície de inundação (figura 07). Trata-se de uma região alagadiça, na qual, no período de governo do Intendente João Diogo de Sá Barreto – entre 1906 e 1907 (VIANA, 1985, p. 430) – construiu-se uma barragem, represando as águas do rio e configurando um açude permanente denominado pela população como “Aguão” (figura 08). O objetivo do novo açude

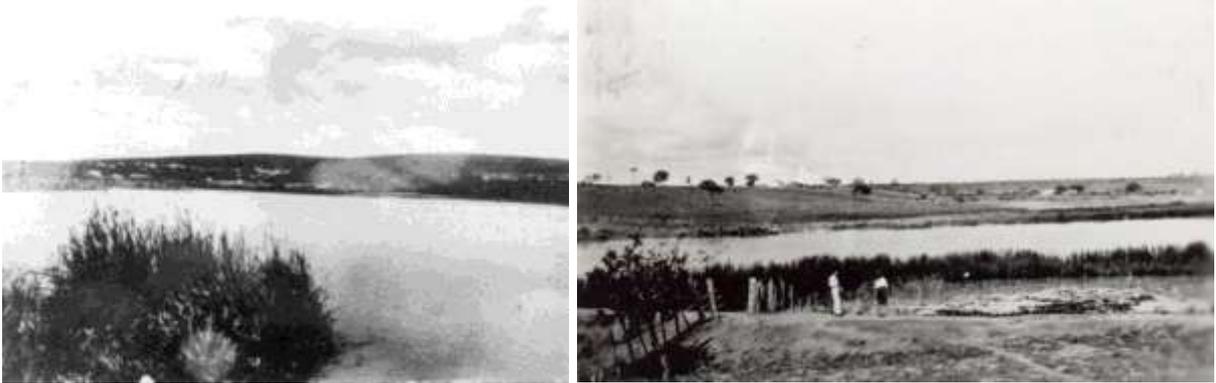
era servir de reserva de água para o município, que sempre passou por longos períodos de estiagem. “Naquela época tinha a finalidade de exploração pela agropecuária, se criava ali, ali eram mangueiros ainda, [...] a urbanização não tinha chegado até lá” (OLIVEIRA, 2020).

Figura 07 – Área urbana de Vitória da Conquista até 1940



Fonte: Altamar Amaral Rocha (2008).

Figura 08 – Açude de Vitória da Conquista



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Regional de Vitória da Conquista. Imagem à esquerda datada de 1941 e imagem à direita datada de 1963.

Segundo o jornalista Bruno Bacelar, em artigo para o jornal “O Sertanejo” publicado em 26 de outubro de 1963, o açude se consolidou como importante bem para o município, como percebe-se no seguinte trecho:

O açude por Sá Barreto construído prestou os maiores e os melhores benefícios aos boiadeiros deste município e dos vizinhos municípios mineiros, além de tornar-se num ponto de passeio, inúmeros anos depois, para as famílias conquistenses, nas tardes domingueiras. O açude tinha muito peixe, muito espaço, era bonito, apreciável, útil e interessante. (BACELAR, 1963a).

A partir da década de 1930, o local começou a ser utilizado para a lavagem de roupas, quando a administração municipal proibiu a utilização da fonte pública Água de Nossa Senhora para esse fim. A medida foi tomada sob a alegação de que se tratava de uma medida sanitária, pois considerava que a utilização das lavadeiras, e conseqüente ocupação da área, poluía a água que era utilizada para abastecimento da cidade (ROCHA, E., 2011, p.144).

Sobre essa expulsão das lavadeiras, o jornal Avante publicou, em 20 de dezembro de 1931, uma matéria criticando a decisão do poder público municipal:

A água do açude é verdadeiramente imprestável, lodosa, toldada por animais que ali fazem bebedouro, além de distante da cidade, meia légua, para os moradores da parte alta. A distância seria o menos, se a podriqueira e imundície da água não obstassem o serviço. E sofrem as coitadinhas!... Uma na Rua dos Fonsecas, conduziu à Caixa d’água, 30 latas d’água para lavar roupa em casa, apurando sabem quanto? Dois mil e quinhentos reis. [sic] (AVANTE, 1931 apud ROCHA, E., 2011, p.146).

Verifica-se que essa transição das lavadeiras para a represa do Aguão não se deu de forma espontânea, porém, lá muitas delas se firmaram e ocuparam a região, em uma

localidade denominada Conquistinha. Segundo a entrevistada 10, lavadeira e filha de lavadeira, nascida em 1945, quando sua mãe passou a residir no Conquistinha, no final da década de 1930,

só tinha cinco casas aqui, mais velha, era só mato, um mangueiro aqui na frente, outra mangueira de plantio de café, mudas, né? Fazia mudas de café. E na rua, onde a gente passa, um corredor, matava gado, que eles não ia pro matadouro, matava aí, pra levar pros açougues. [sic] (Entrevistada 10, 2020).

A lavadeira acrescenta que a sobrevivência de sua família sempre dependeu da lavagem de roupas, conforme trecho de sua entrevista transcrito abaixo:

Eu falo que eu não tive infância por isso, minha mãe tinha as quatro filhas mulher e ela não tinha marido e não tinha filho homem. Era cinco mulher dentro de casa. Então a vida dela foi lavar roupa pra sobreviver, entendeu? Aí ela ia trabalhar fora, ficava eu mais minhas irmãs e minha avó. Minha avó ficava pra tomar conta de nós, nós ia e lavava a roupa. Eu comecei a trabalhar com oito anos de idade. Hoje eu tô com setenta e cinco, na luta ainda. [sic] (Entrevistada 10, 2020).

Na década de 1950, o prefeito Gerson Sales construiu uma lavanderia pública ao lado da represa para fornecer “melhores condições de higiene” às lavadeiras (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2004), tendo como objetivo retirá-las das margens do açude.

A entrevistada Jovina Maria da Silva, também lavadeira e filha de lavadeira, nascida em 1945, residente por toda a vida no Conquistinha, relata a presença do açude em sua infância. Ela rememora sua relação diária com o equipamento, e a utilização da água de pequenos poços abertos nas margens da represa, chamados de “cacimbas”, que também se constituíam em uma fonte de abastecimento para a sua residência: “cacimba era ali embaixo, a gente ia buscar água lá, água boa!”. Quando questionada sobre a qualidade da água das cacimbas, a lavadeira afirma:

A água era um coco, minha fía! A gente bebia água de cacimba! [...] Nós pegava a água, tinha aqueles sapinho, nós coava, coava essa água duas vez pra beber e nós nunca teve nada com essa água. Que nós foi criada com água de cacimba, eu fui! E de cisterna, porque aqui em casa tinha cisterna e fechou uns tempo desse aí [...]. [sic] (SILVA, 2020)

Ao contrário do que foi encontrado como crítica na matéria do jornal Avante, no trecho acima, a senhora Jovina enfatiza que a água proveniente do açude era muito limpa e utilizada amplamente por sua família.

A entrevistada 10, diz que a água utilizada por sua família desde a década de 1940 até a implantação da água encanada “era água minada, era pra lavar roupa, pra tudo [...] que a gente pegava água sentado nas cacimbas” (Entrevistada 10, 2020).

Em 1940, o prefeito Luis Régis Pacheco Pereira idealizou um parque zoológico nas margens da represa (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2004), mas, desse projeto, apenas o Horto Municipal foi implantado na área, apesar de, naquele momento, ter havido um movimento da prefeitura em delimitar as áreas públicas municipais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA, 1943). A área do açude foi objeto de diversos projetos, conforme explica Medeiros:

Régis Pacheco imaginou criar ali um parque zoológico, tá? Que nunca foi à frente. Pra isso você precisava realmente eliminar o Aguão, não é? Tirar a contenção de água. Chegou a fazer projetos. [...] Esse projeto chegou a existir, certo? Depois houve uma cogitação de se utilizar ali e melhorar, e fazer ali o centro administrativo, ali próximo, não é? Depois do governo de Jadiel, sem abandonar essa ideia de centro administrativo, um candidato a prefeito imaginou incorporar aquilo à malha urbana, certo? Incorporar à malha urbana aquela situação ali. Não ganhou a eleição. [...] E houve projetos nesse sentido, projetos até bons, nesse sentido. Depois aquilo sofreu um impacto grande com aquele Caminho do Parque. [...] Ora, era uma ideia do povo, mas depois, Pedral, logo antes de morrer, fez um projeto, não é? Antes de morrer, já às vésperas da morte praticamente, idealizou ali uma coisa que só seria possível com desapropriação, e florestar, florestar aquilo, deixando, entretanto, uma passagem. [...] Sempre se pensou que destino dar àquela área ali. (MEDEIROS, 2020)

Percebe-se que, ao longo de sua existência, o açude se apresentou como importante marco paisagístico para a população cidadina e, a partir do momento em que a malha urbana se aproximou dessa região, as administrações municipais buscaram incorporar esse equipamento de diversas formas à cidade em expansão. O Aguão esteve presente na vida cotidiana da população até 1964 quando, por uma decisão do poder público, a barragem foi rompida e o açude teve suas águas drenadas.

2.2 A repentina expansão urbana e suas consequências nos referenciais de paisagem da sociedade conquistense

Grande parte das cidades brasileiras iniciaram um relevante adensamento populacional nas primeiras décadas do século XX, consistindo em um reflexo do modelo industrial adotado pela sociedade a partir do século XIX (SANTOS, M., 1993, p. 26-27). Porém, por se tratar de uma cidade relativamente nova, tendo em vista que sua emancipação política ocorreu apenas

em 1840 (VIANA, 1982, p. 122), e por estar distante mais de 500 km da capital do estado, a área urbana de Vitória da Conquista era pouco expressiva até a década de 1940. Entre as décadas de 1940 e 1980, a sua dimensão foi ampliada significativamente, com a sua área urbanizada passando a abranger um raio de 7km – 18 vezes maior que os 400m de raio que podia ser percebido 40 anos antes (PMVC, 2019c, p.70-71).

A década de 1960 foi de extrema importância para o desenvolvimento econômico de Vitória da Conquista. Até esta década a estrutura da cidade se apresentava de forma monocêntrica com uma malha urbana contínua, abrangendo um raio máximo de 1.500 metros (PMVC, 2019c, p. 69).

Em 1963 ocorreu a pavimentação asfáltica da rodovia federal BR-4 (PRONTA!, 1963), aberta em 1949 e conhecida como Rio-Bahia (MILHARES, 1949) – atual BR 116. Esta rodovia representou uma ligação fundamental para o comércio da cidade com os estados do Sudeste brasileiro e, principalmente, com a capital federal, Rio de Janeiro, pois facilitava o escoamento da produção agropecuária local.

Vitória da Conquista sempre se constituiu como um ponto de ligação estratégico entre o interior e o litoral do estado da Bahia, recebendo, desde sua implantação, uma grande circulação de pessoas e cargas. A facilidade do acesso advinda com a pavimentação da Rodovia Rio-Bahia fomentou ainda mais essa vocação de entroncamento e fez com que a cidade se desenvolvesse de forma muito rápida, configurando um polo regional e se estabelecendo como um importante eixo de circulação ao conectar as rodovias BA 262 e BA 415 com a BR 116 (FERRAZ, 2001, p. 21). A partir desse período, a malha urbana passou a se estender ao longo dos eixos rodoviários, conformando uma cidade com trama radial (PMVC, 2019c, p. 69). Sobre essa expansão, Tanajura explica:

No período de 1944 a 1953, a expansão se deu em direção à rodovia BR 116 [...] a cidade passou a se expandir em braços, segundo a direção das rodovias. [...] Entre 1960 e 1965 foram preenchidos os espaços vazios. (TANAJURA, 1992, p. 101).

Ao longo do século XX, as diferentes administrações municipais mantiveram um projeto de cidade que visava o desenvolvimento econômico e urbano para Vitória da Conquista, inspirado nos grandes centros urbanos da época. Dentro desse propósito, a cidade passou por grandes transformações em uma velocidade maior do que a apresentada em outras cidades do interior do estado da Bahia.

Nesse processo de urbanização, o líder político José Fernandes Pedral Sampaio foi peça fundamental na organização do espaço urbano. Conhecido apenas pelo sobrenome Pedral, o político foi prefeito de Vitória da Conquista por três períodos, na segunda metade do século XX, e assessorou outros três mandatos de prefeitos vinculados à sua base política, totalizando 25 anos no poder, direta e indiretamente, dos quais, 24 anos se deram de forma ininterrupta, entre 1973 e 1996.

José Pedral nasceu no ano de 1925, na cidade de Vitória da Conquista, e pertencia a uma das mais importantes e tradicionais famílias da cidade. Seu padrinho de crisma era o Dr. Régis Pacheco, que foi prefeito do município em 1938 e governador do estado em 1951 (MENEZES, 2012).

Durante alguns anos, estudou na capital do estado, Salvador, onde formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal da Bahia, em 1949. Em seguida, retornou para a sua cidade natal e relatou ter levado consigo uma “metodologia moderna de governar e administrar a coisa pública” (MENEZES, 2012, p. 18). Em sua trajetória, Pedral sempre objetivou um grande desenvolvimento urbano para Vitória da Conquista, buscando criar infraestruturas e ampliar a malha urbana, utilizando-se de referências externas para fundamentar suas decisões políticas.

O grupo político de Pedral obteve uma força tão grande no município, que se tornou conhecido como Pedralismo, um movimento com identidade bem definida, logomarca, hino, bandeira e marchinhas (MENEZES, 2012, p. 13). Na trecho abaixo⁸, José Pedral deixa clara a sua influência nos diferentes mandatos da administração municipal entre 1973 e 1992:

apesar de eu não ser prefeito, em todas as administrações eu tive uma participação grande como assessor desses prefeitos. Desde a eleição de Jadiel que a gente prestou a ele uma assessoria muito grande, como técnico, como engenheiro, além de uma assessoria política. Também foi feito isso com o Raul, foi feito com Murilo. [...] Eu fui secretário de obras de Raul, então aquele projeto do viaduto, do Cristo, a Prefeitura já estava no governo de Raul, mas, como teve uma participação muito grande minha, [...] às vezes eu penso que fui eu que fiz quando na verdade foi numa administração que não tinha Pedral à frente. Mas fui eu que tive a ideia, que fiz o projeto, eu que executei a obra, sendo Raul prefeito, é claro, era ele o comandante, mas, a gente tinha uma participação muito grande na assessoria desses prefeitos. (FERRAZ, 2001, p. 41).

⁸ O trecho da declaração de José Fernandes Pedral Sampaio é apresentado por Ferraz trazendo a data de 1998.

O primeiro mandato de Pedral como prefeito do município de Vitória da Conquista foi em 1963, mas sua vida política iniciou em 1958, quando participou do seu primeiro pleito como candidato à prefeitura da cidade. Porém, seu primeiro mandato teve curta duração e foi interrompido em 1964 após ser iniciado o período de Ditadura Militar no Brasil.

Pedral faleceu em 2014, aos 89 anos, e para melhor analisar o seu papel na evolução urbana da cidade, recorre-se, nesta pesquisa, a um relato⁹ colhido com o antigo prefeito, no ano 2000, pela entrevistadora Andreyra Nascimento. A entrevista citada teve como objetivo investigar as intenções de José Pedral e de seu grupo político, no processo de transferência da Biblioteca Municipal José de Sá Nunes, do centro da cidade, para a região da planície de inundação do Rio Verruga.

Nesse relato, encontra-se a recordação que Pedral possuía, naquele ano, sobre a cidade do final da década de 1950: “em Conquista nesta época quem mandava era o coronel, ainda era uma cidade completamente perdida aqui no sertão” (PEDRAL, 2000, p. 21). Quando assumiu a prefeitura, José Pedral explica que encontrou uma cidade rudimentar e pouco desenvolvida, se comparada à sua estadia na capital baiana,

Conquista nesta época era uma cidade muito pequena, mas pequeníssima mesmo. Não tinha energia elétrica, tinha um motor de trezentos cavalos. Água todo mundo tinha, pois era uma cisterna dentro de cada casa para apanhar água ou comprava do Poço Escuro, água perigosa. Não tinha absolutamente nada: telefone, transportes rodoviários, empresas de ônibus, hotéis, nada. (PEDRAL, 2000, p. 21-22)

No trecho acima, o ex-prefeito ratifica a importância do Rio Verruga para o abastecimento da cidade já na década de 1960. Em outro trecho dessa mesma entrevista, o antigo prefeito cita que uma das ações mais importantes do seu primeiro mandato se constituiu em uma intervenção no fluxo natural do rio, direcionando parte de suas águas para regiões desabastecidas: “a gente bombeou água lá de baixo, do Poço Escuro para o Alto Maron pelo chafariz, pois o pessoal lá não tinha água. Era difícil fazer cisterna e iam buscar água no Poço Escuro, depois a gente passou a pegar no chafariz” (PEDRAL, 2000, p. 22).

O bairro do Alto Maron se situa em cota mais elevada que o centro da cidade e, por esse motivo, o lençol freático possui um acesso mais difícil, sendo necessárias tubulações mais profundas para a captação de água. Naquele momento da história de Vitória da Conquista, essa captação era quase sempre inviável, portanto, esse e os outros chafarizes se

⁹ Depoimento colhido em entrevista utilizando o método da história oral.

constituíram na principal fonte pública de abastecimento de água da cidade até a efetivação do sistema por água encanada.

Porém, a maior intervenção do primeiro governo de Pedral sobre o leito do Rio Verruga se deu entre o final do ano de 1963 e o início de 1964, quando a prefeitura decidiu romper a barragem que represava as águas do açude, na planície de inundação, e dragou o leito do rio com o objetivo de conter a proliferação de caramujos, visando a saúde da população, conforme explica abaixo:

Esse rio já foi muito grande, no tempo do meu avô se pescava nesse rio, aqui na praça 9 de novembro, hoje é canalizado, mas se pescava ali, e fizeram um açude onde hoje é a Praça Bartolomeu de Gusmão. Em 64 eu destruí essa barragem, pois a região tinha muita esquistossomose, por causa da barragem. (PEDRAL, 2000, p. 25).

Essas intervenções seguiam as técnicas contemporâneas do urbanismo higienista, surgidas na segunda metade do século XIX na Europa. Após a epidemia de Cólera em Paris, iniciada em 1832, o pensamento urbanístico sofreu uma intensa transformação, gerando grandes intervenções nas cidades europeias, quando se buscava “acelerar as trocas e os fluxos”, “multiplicar as ‘aberturas’”, “liberar os espaços” e “ampliar os circuitos da água” (VIGARELLO, 1996, p. 18), tendo como expoente a reforma urbana de Haussmann em Paris.

Trazidas ao Brasil ainda no final do século XIX, as ideias do urbanismo higienista se traduziam no “alargamento de ruas para propiciar ventilação nas moradias e obras que visavam à eliminação de áreas úmidas e alagáveis, também dando fim aos dejetos que eram jogados nas vias públicas” (HERZOG, 2013, p. 42). As cidades passaram a ser drenadas “não mais na superfície, mas em profundidade por um sistema de canalizações soterradas” (VIGARELLO, 1996, p. 20).

O Rio de Janeiro e São Paulo foram as primeiras cidades brasileiras a apresentar as intervenções desse novo modelo urbanístico. São Paulo, expoente da economia cafeeira brasileira à época, viu suas várzeas e seus cursos d’água serem transpostos nos primeiros anos do século XX, gerando oportunidades de investimento nos novos terrenos criados após o tamponamento e a retificação, em consonância com as linhas do sistema capitalista em consolidação no Brasil (SANTOS, F., 2018, p. 48-49).

A expansão urbana em Vitória da Conquista seguiu essas mesmas premissas urbanísticas, porém em momento posterior. A partir de 1940, presenciaram-se sucessivas intervenções no leito do Rio Verruga e em sua planície de inundação (figura 09), gerando novos terrenos para a expansão urbana e ocultando cada vez mais as suas águas.

Na linha das medidas higienistas, com o objetivo de reduzir a incidência de doenças no núcleo urbano, Pedral justifica o rompimento da barragem do açude do Rio Verruga se referindo à prevalência da esquistossomose em Vitória da Conquista. A esquistossomose já havia sido diagnosticada na Bahia desde o início do século XX, tendo sido realizado no país um estudo mais específico no período entre 1947 e 1952, no qual estimou-se que 2,6 milhões de pessoas eram portadoras da infecção, e identificou-se que a grande maioria dos casos estavam na região nordeste do país, com participação significativa da Bahia nesse total (BARBOSA *et al.*, 2008).

A partir desse momento histórico, a área em estudo passa, paulatinamente, de manancial e fonte de subsistência, para a negação de sua importância e o esquecimento do curso d'água, configurando uma nova fase da relação entre a população de Vitória da Conquista e o Rio Verruga.

Figura 09 – Canalização e aterramento do Rio Verruga



Fonte: Altemar Amaral Rocha (2008).

Quando se refere ao antigo açude em sua entrevista aqui citada, o ex-prefeito resgata a ideia de seu padrinho, Régis Pacheco, surgida na década de 1940, de implantar um parque municipal na área:

essa área era pra ser um parque, não se concretizou o projeto, mas é para ser um parque. Isso foi em 1964 e está até hoje. Ninguém fez mais nada. Já foi feito no bairro Jurema e também vai chegar a hora de fazer esse canal e ali será um parque, parecido com a da Praça da República em São Paulo. Essa biblioteca estará dentro de um parque no dia que se fizer esse trabalho. Será uma coisa linda, com pássaros cantando, aí vai ser bom, tudo arborizado no futuro. Isso está pronto no projeto, basta apenas tomar posse. Essa moçada de hoje não conhece muito do passado, é preciso registrar essa memória sim. (PEDRAL, 2000, p. 26).

Os planos que foram rememorados por Pedral, quando questionado sobre a transferência da biblioteca municipal para a área alagadiça remanescente do antigo açude, refletem a busca por um ideal de cidade em consonância com o desejado reconhecimento de Vitória da Conquista como um importante núcleo urbano dentro do cenário nacional por parte das administrações públicas ao longo do século XX. Porém, o parque idealizado não foi concretizado nos 24 anos posteriores ao rompimento da barragem em que os Pedralistas estiveram à frente do poder municipal.

Talvez a transferência da biblioteca, em 1991, na gestão do prefeito Murilo Mármore, pertencente ao seu grupo político, significasse para Pedral um importante passo em seu projeto de implantação do citado parque, que começou a ser idealizado em 1963. Logo após assumir o seu primeiro mandato na administração municipal, José Pedral assinou, em agosto de 1963, um decreto delimitando uma área pública às margens do ainda existente açude, no qual destacam-se os seguintes trechos:

Considerando que o açude denominado “Aguão” não vem sendo utilizado como fonte de abastecimento da Cidade e que não mais atende a finalidade para a qual foi construído – bebedouro para animais;

Considerando que, atualmente, o referido açude nada mais significa do que um terrível foco de doenças e mosquitos, e que o seu saneamento é praticamente impossível, vez que as águas de todos os esgotos da Cidade para êle [sic] confluem;

Considerando, também, a vantagem de ser construído um parque, no qual serão plantadas e criadas árvores tropicais, pois a área verde da Cidade é mínima; [...]

Art. 2º - A Prefeitura promoverá a ocupação dos terrenos situados na área do polígono determinado no artigo 1º do presente Decreto, depois de cumpridas as formalidades legais a fim de na referida área, construir várias obras de

interêsse [sic] público, bem como efetuar o plantio de árvores tropicais. (PMVC, 1963).

Grandes parques nos núcleos urbanos constituíam premissas relevantes no urbanismo modernista do início do século XX, porém, diversos parques no Brasil foram implantados seguindo o padrão dos jardins norte-americanos e europeus (HERZOG, 2013, p. 55), não se preocupando com as características locais dos terrenos em que seriam implantados. Da mesma forma, Pedral pretendia implantar o parque do Rio Verruga, com o plantio de nova vegetação e a modificação das características naturais do local como uma planície de inundação, trazendo como referência em sua fala a Praça da República de São Paulo, cujo desenho francês busca disciplinar a natureza em ambientes controlados.

Sobre essa transição da utilização das águas do Rio Verruga, o jornalista Bruno Bacelar, em artigo publicado em 7 de dezembro de 1963 no jornal “O Sertanejo”, coloca:

De modo próprio, a prefeitura mandou abrir o açude de servidão pública, do patrimônio municipal, sem nenhuma autorização legal, e o esgotou com grande prejuízo para a população. O pretexto fútil e desarrazado, sem base oficial, sem esquema levantado, sem desenho aprovado, é fazer um bosque artificial no lugar do açude.

Numa cidade sem água, acaba-se e se destrói uma aguada de quase sessenta anos de existência, e a demagogia fala alto em fazer um bosque artificial, em seu local. (BACELAR, 1963b).

A consolidação desse parque, no primeiro mandato de Pedral, dependeria de diversos fatores de ordem jurídica, política e econômica, que não puderam ser colocados na pauta de ações da prefeitura, naquele momento, devido à cassação do mandato do prefeito em abril 1964, após a ascensão dos militares ao governo brasileiro, dando início a uma intensa perseguição ao pensamento político de esquerda no país, como era o caso do pensamento de José Pedral. Após ser preso e ter os seus direitos políticos suspensos, o ex-prefeito foi obrigado a se afastar diretamente da prefeitura por quase 20 anos (MENEZES, 2012, p. 258-259). Nesse cenário, suas atividades passam a ser de articulação política, conforme relato a seguir:

Então eu passei a viver num escritório, calculando concreto armado e fazendo construção para particulares, porque para o governo, para o poder público eu não podia fazer. Durante esse tempo a gente organizou uma equipe muito boa, disputando as eleições. Disputamos com Gilberto Quadro e perdemos, mas ganhamos com o Jadiel Matos, Raul, isso em função do grupo que tínhamos formado; primeiro para resistir à ditadura e segundo para que Conquista continuasse naquele caminho de desenvolvimento, de

crescimento e de progresso. A gente passou a ver que tinha muito para construir, o aeroporto, as estradas, a Universidade, por mim e pelos outros prefeitos que fizeram parte deste grupo político. (PEDRAL, 2000, p. 25).

Mesmo com os direitos políticos suspensos, Pedral relata a importância da organização do seu grupo para resistir ao autoritarismo dos militares e tentar manter a continuidade das políticas públicas idealizadas por ele para o município. Sua articulação política foi, em parte, exitosa, pois os Pedralistas conseguiram estar à frente da prefeitura durante os 10 últimos anos do regime militar, de 1973 a 1983. Mas enquanto Pedral demonstrava estar direcionando os seus esforços na disputa contra o regime político instalado, o Rio Verruga vivenciava um crescente esquecimento por parte da população e dos governantes da cidade, uma vez que, nessa época, a pauta ambiental não era uma prioridade. O local do antigo açude, já drenado, passou a ser ocupado, paulatinamente, pelos proprietários das áreas adjacentes e recebeu novas vias públicas, que ampliaram o solo ocupável da cidade sobre a antiga planície de inundação.

Foi nesse período que a cidade teve a sua maior expansão populacional, e que o rio deixou de ser fonte de abastecimento, uma vez que seu volume de água já não era mais suficiente para suprir a necessidade dos mais de 85 mil habitantes da zona urbana na década de 1970 (FERRAZ, 2001).

Em 1965, a resolução nº 72/65 autorizou o então prefeito Orlando Leite a “firmar convênio com o Departamento de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia – DESEB, para executar a exploração do serviço de água e esgoto sanitário do município de Vitória da Conquista” (PMVC, 1965). O sistema por água encanada proveniente de barragem construída no Rio Água Fria, situado no município vizinho de Barra do Choça, teve sua inauguração em 1971 (VIANA, 1985).

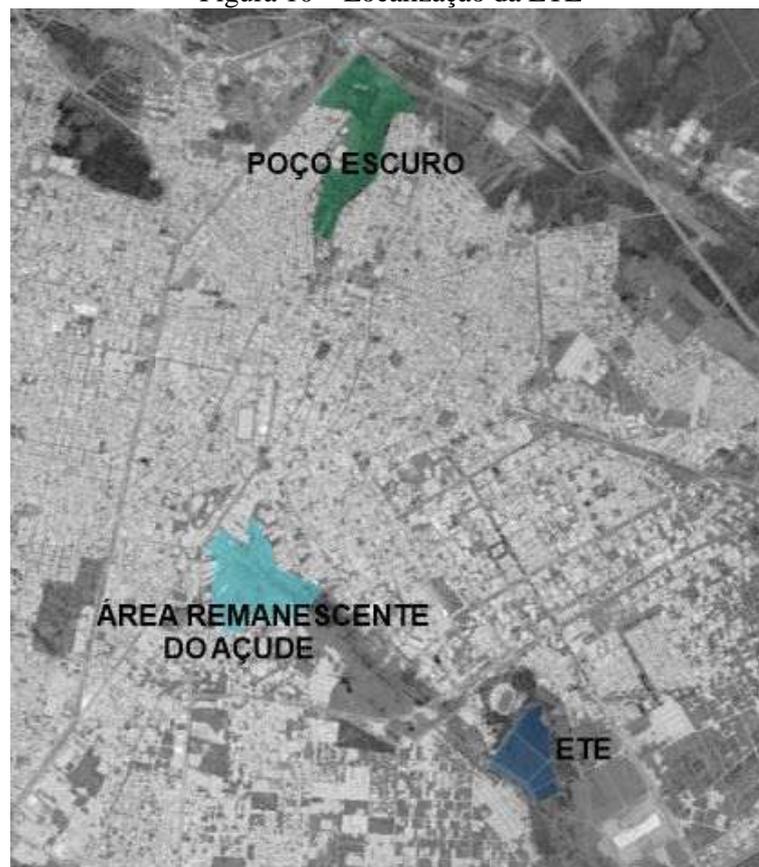
Paralelamente a essa mudança de função, com o crescimento urbano verificou-se uma intensificação no direcionamento dos esgotos *in natura* e lixo para o leito do Rio Verruga (MEDEIROS, 2015), uma vez que a rede de esgotamento sanitário só teve sua construção iniciada em 1974 (VIANA, 1985) e avançou de forma lenta ao longo dos anos seguintes.

Em 1976 foi aprovado o primeiro Plano Diretor Urbano do município – PDU. Esse documento regulamentou que os esgotos secundários das residências, comércios e indústrias – e, em algumas situações, inclusive o esgoto primário – poderiam ser conectados à rede pública pluvial nos casos de inexistência da rede pública de esgotamento sanitário, que ainda estava em execução (PMVC, 1976). O direcionamento dos dejetos, em volumes cada vez

maiores, tornou o Rio Verruga extremamente poluído e fez das suas margens ambientes inóspitos.

Para a conclusão da implantação do sistema de esgotamento, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) consolidou no final da década de 1970 a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) em área adjacente à área do antigo açude, próximo a uma das nascentes do Rio Verruga, denominada córrego do Moranga (figuras 10 e 11). Devido ao forte odor que emanava da ETE, e podia ser sentido em toda a cidade, a estação passou a ser conhecida como “pinicão”, enfatizando ainda mais o sentimento de repúdio da população em relação ao rio.

Figura 10 – Localização da ETE



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Google Earth.

Figura 11 – Vistas do Rio Verruga próximo à ETE

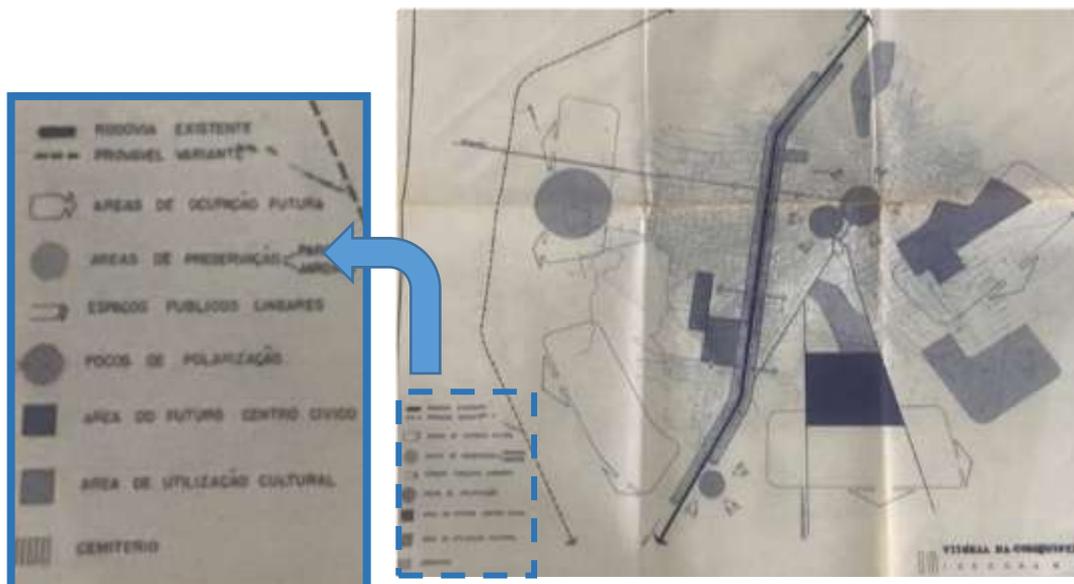


Fonte: PMVC, 2019b – disponibilizada por Fundação Escola Politécnica (FEP) (2018).

No Plano Diretor de 1976 também estavam presentes importantes diretrizes de preservação ambiental e propostas para o ordenamento do crescimento da cidade (figura 12). Entre essas propostas, havia um direcionamento sobre a preservação da planície de inundação do antigo Aguão e sobre a utilização que deveria ser implementada nos terrenos lindeiros. Sobre essa proposta de setorização, Ruy Medeiros recorda:

[...] ele imaginou que ali seria ideal para se fazer o centro administrativo. Haveria proteção ambiental ali e era o local equidistante, o local que ficava mais no centro da cidade, não é? Ficava mais central pra um centro administrativo. [...] O primeiro plano diretor imagina o centro administrativo ali na margem, portanto, do Verruga. Mais acima, né? Na parte mais alta. (MEDEIROS, 2020).

Figura 12 – Ideograma constante no Plano Diretor Urbano de 1976



Fonte: Arquivo público municipal.

As propostas do PDU, que poderiam ter ajudado na preservação do rio durante o final do século XX, acabaram sendo esquecidas pelas administrações municipais ao longo dos anos seguintes. A partir desses fatos ocorridos ao longo das décadas de 60 e 70 do século XX, deu-se início à impessoalidade do Rio Verruga. Ele não mais consistia em uma fonte de subsistência, nem em um equipamento urbano voltado ao lazer ou a utilidades diárias. A essa altura, o trecho do rio que corta o centro da cidade já havia sido conduzido a canais subterrâneos, e ele havia se tornado invisível, mesmo possuindo trechos ainda descobertos nos bairros adjacentes ao centro da cidade.

Esse é um período em que a existência do Rio Verruga se colocou na memória dos habitantes como um estorvo, um objeto de desprezo e vergonha. O volume de lixo e esgoto direcionado para suas águas o conduziu ao extremo de receber, em 2011, o título de um dos rios mais poluídos do Brasil, a partir de um estudo realizado pela fundação SOS Mata Atlântica (SOS MATA ATLÂNTICA, 2011).

Porém, ao falar do local escolhido, em 1991, para a construção da nova biblioteca municipal – um terreno alagadiço, que tem como função natural a captação da água da chuva – a lembrança de José Pedral nos direciona para outro aspecto:

O local escolhido para construir a atual biblioteca é muito adequado sim. E citei os dois exemplos o do Cristo e o do Ginásio Raul Ferraz, para exatamente dizer que houve uma resistência muito grande na época, mas se olhar no mapa da cidade, a biblioteca está no centro da cidade, o que está faltando e que não foi feito, foram as vias de acesso melhores, e o serviço de drenagem.

Pois o que se tem feito lá é somente escavar as valas [sic], no dia em que for feito um canal grande ali, aquilo seca completamente como o Jurema que era grande charco, nós drenamos o Jurema, fizemos uma tubulação grande e o problema acabou. Lá no bairro Brasil fizemos uma drenagem muito grande. Mas no dia em que se drenar isso aí temos tal projeto, esse projeto que se chama Aguão, será uma área verde muito grande e a biblioteca ficará dentro de um bosque, vegetação linda, que chegará esse dia de fazer. (PEDRAL, 2000, p. 23-24).

Além da questão da destinação da referida área para um parque, salienta-se, também, outra política urbana bastante comum em meados do século XX, quando o pensamento urbanístico orientava à canalização e tamponamento de rios urbanos, objetivando espaços mais amplos e monumentais. Porém, ainda no século XIX, o arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted iniciou as bases para o planejamento ecológico, que se distinguiu do padrão dos parques europeus, ao objetivar a conservação de áreas naturais em grandes cidades norte americanas, onde se podiam manter os fluxos naturais da água, mas suas premissas apenas se

tornaram referência ao urbanismo na segunda metade do século XX (HERZOG, 2013, p. 43-44).

O governo brasileiro apenas passou a legislar em benefício da preservação dos bens naturais e equilíbrio ecológico a partir da criação da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que apresentava como objetivo a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981).

Atualmente já se reconhece que a drenagem, aterramento e canalização dos cursos d’água acarretam uma intensificação das inundações urbanas, que exigem infraestruturas cada vez mais onerosas e que apenas transferem o problema para outras áreas do curso d’água. Sobre as soluções implantadas em Vitória da Conquista, o engenheiro Fernando Oliveira comenta:

As próprias soluções que [pausa] poderiam ser mais racionais, que eram as soluções de engenharia, elas sempre foram feitas com base numa postura mais antiga, que hoje está sendo mudada, de você transferir os problemas para jusante: eu canalizo e empurro pra ponta, aí depois eu canalizo de novo e empurro pra ponta. No limite do absurdo isso vai parar em Itambé, que é onde ele chega no Pardo, né? [...] Então você transfere o problema da cheia para a jusante, se afasta dos seus olhos [...]. (OLIVEIRA, 2020).

Existem alguns exemplos práticos de cidades, em todo o mundo, que já vivenciaram a transição, trazida por Oliveira, no modo de se tratar os cursos d’água dentro da malha urbana. A partir do final do século XX, e principalmente ao longo dessas primeiras décadas do século XXI, inúmeras cidades, ao redor do mundo, começaram a aplicar intervenções urbanas em áreas centrais com o intuito de adaptar seu tecido urbano aos fluxos da natureza.

Nos últimos anos, surgiu, na Bolívia e no Equador, um movimento que coloca em debate e questionamento o regime de desenvolvimento prevalente na sociedade contemporânea. Este é o chamado paradigma do *Buen Vivir*, que defende que “preservar a estabilidade dos ecossistemas, é preservar a vida humana no planeta”¹⁰ (MATTIOLI; NOZICA, 2017, p. 28, tradução nossa). Por isso, na perspectiva do *Buen Vivir*, o ser humano “é mais uma espécie dentro da biodiversidade e a biodiversidade é a integridade do ecossistema global”, e acrescenta: “sem uma consideração adequada do meio ambiente, uma

¹⁰ [...] preservar la estabilidad de los ecosistemas, es preservar la vida humana sobre el planeta.

consideração do cultural é impossível”¹¹ (MATTIOLI; NOZICA, 2017, p. 30, tradução nossa). Essa mudança de paradigma proposta pelo *Buen Vivir* questiona toda a base sobre a qual a sociedade contemporânea se apoiou no último século, que, para ele, se constitui em uma objetificação na natureza:

No resgate de bens patrimoniais, a significativa valorização social prevalece sobre os atributos da biodiversidade. É assim que processos e relações interespecíficas que demonstram a evolução de espécies, a transformação de ecossistemas e paisagens, ou a evidência de padrões de paisagens, etc., são excluídos, pensando o patrimônio como um bem, um componente para o homem. Se pensa em questões estilísticas, arqueológicas, históricas ou outras, como “objeto” e não como parte integrante e sustento vital. Em outras palavras, o patrimônio através das ciências sociais se dedica especialmente ao patrimônio cultural ou à identificação de recursos naturais para fins turísticos ou econômicos em geral, sem respeitar os valores ecossistêmicos de um território.¹² (MATTIOLI; NOZICA, 2017, p. 29, tradução nossa).

Esta forma de pensar do *Buen Vivir* não separa a biodiversidade do patrimônio e entende que a paisagem incorpora esses dois aspectos, que funcionam como uma unidade (MATTIOLI; NOZICA, 2017, p. 31). Essa mudança de paradigma, em determinado aspecto, aponta caminhos possíveis para a melhoria da relação entre as cidades e seus rios urbanos, porém também levanta discussões mais amplas que não serão abordadas nessa pesquisa.

Em Vitória da Conquista, a partir do momento em que o Rio Verruga foi retirado da vista da população cidadina, a poluição nesse curso d’água atingiu níveis alarmantes, afastando cada vez mais a vida urbana das suas margens, em um movimento cíclico.

Nesse cenário de crescente rejeição ao rio, ocorreu a transferência da biblioteca municipal para a área do esquecido Aguão (Figuras 13 e 14), fato que ocasionou uma diminuição relevante no número de visitas ao equipamento, gerada, em grande parte, pelo difícil acesso à região. Em seu relato, o prefeito reconhece: “Não pensei que a biblioteca fosse

¹¹ [...] es una especie más dentro de la biodiversidad y la biodiversidad es la integridad ecosistémica global. [...] sin una adecuada consideración de lo ambiental, es imposible una consideración de lo cultural

¹² En rescate de bienes patrimoniales, prevalece la valoración significativa social sobre los atributos de la biodiversidad. Es así que procesos y relaciones inter-específicas que demuestran la evolución de especies, la transformación de ecosistemas y paisajes, o la evidencia de patrones de paisajes, etc., son excluidos pensando al patrimonio como un bien, un componente para el hombre. Se piensa en cuestiones estilísticas, arqueológicas, históricas o demás, como “objeto” y no como parte integrante y sustento vital. Dicho de otro modo, el patrimonio desde las ciencias sociales se dedica especialmente al patrimonio cultural o la identificación de recursos naturales con fines turísticos o económicos como regla general, desestimando los valores ecossistémicos de un territorio.

ficar localizada tão mal” (PEDRAL, 2000, p. 25). Decisões como essa refletem no cotidiano da população e afetam diretamente a relação entre a cidade e os seus habitantes.

Figura 13 – Área remanescente do Aguão



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Figura 14 – Biblioteca municipal inserida na área do Aguão



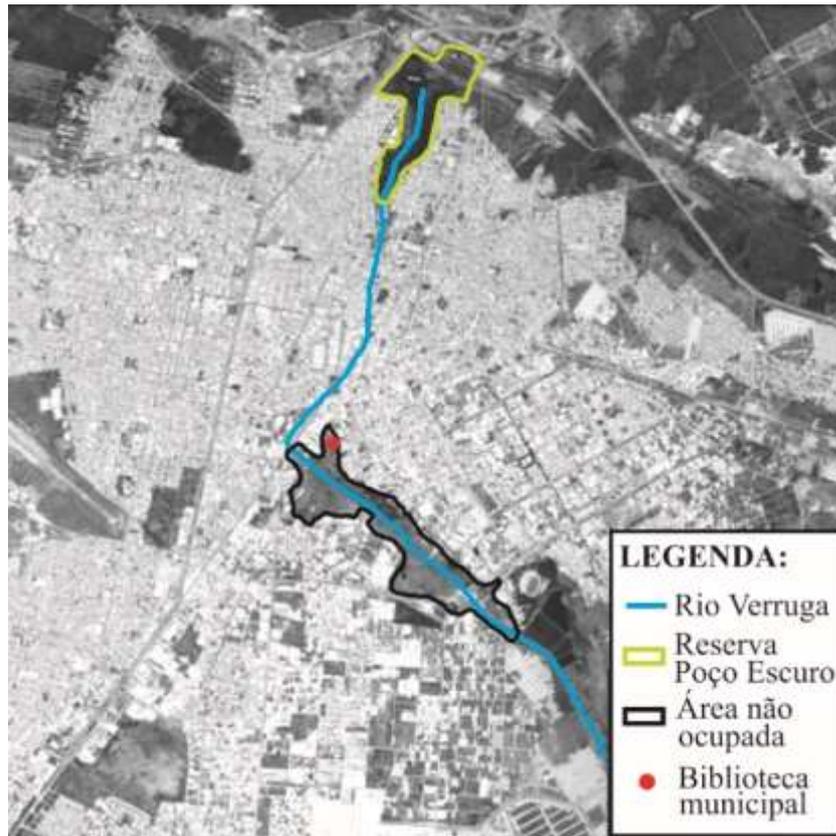
Fonte: Acervo pessoal (2020).

Não se encontra muito claro o critério que foi utilizado pelo pedralismo ao tomar importantes decisões no processo de conformação da cidade de Vitória da Conquista, incluindo a não implantação do projeto do parque urbano e o abandono das diretrizes do PDU durante seus governos posteriores. O ex-prefeito argumenta, em sua entrevista, que “não existe nada que um prefeito faça que não mereça crítica. É preciso então que se tenham argumentos para justificar o que se faz” (PEDRAL, 2000, p. 24). Ao mesmo tempo, Pedral afirma ter objetivado “mudar completamente os métodos do governo” anterior, e garante: “voltada para o povo, uma administração democrática isto a gente conseguiu” (PEDRAL, 2000, p. 21).

A Legislação Brasileira apenas passou a considerar como essencial uma “gestão democrática”, no que diz respeito a decisões de configuração do espaço urbano, no ano de 2001 – data posterior ao relato de José Pedral analisado neste trabalho – através da promulgação da Lei Federal denominada Estatuto da Cidade. Nessa Lei é estabelecido o conceito e instrumentos de gestão democrática da cidade, tendo como base a participação atuante da comunidade em todo o processo de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001). Antes dessa data, como é o caso das administrações municipais do grupo pedralista, não se sabe quais os instrumentos utilizados para garantir a gestão democrática da cidade.

Analisando-se os reflexos das decisões de rompimento da barragem do açude, da não implantação do parque pretendido por Pedral e da transferência da biblioteca municipal para a área em questão, verifica-se que a região remanescente do antigo açude se configurou como um vazio urbano imerso, atualmente, no centro da cidade (figura 15), e a biblioteca segue à espera de uma intervenção urbana que a coloque novamente como o importante equipamento público que já foi um dia quando situada em outra edificação.

Figura 15 – Áreas não ocupadas no trecho urbano consolidado do Rio Verruga



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Google Earth e PMVC (2019b).

Após a classificação da poluição do Rio Verruga publicada pela fundação SOS Mata Atlântica em 2011, iniciou-se um processo de conscientização para recuperação do rio por parte do poder público municipal e pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA).

Em 2013 foi construída uma nova estação de tratamento, com uma maior capacidade, em uma zona periférica à malha urbana e a antiga ETE foi desativada, mas a referência ao “pinicão” ainda se mostra presente na memória da população conquistense, assim como outras imagens mnemônicas que serão analisadas a seguir.

3 OS CURSOS NATURAIS DA ÁGUA NO PLANALTO DA CONQUISTA E SUAS IMPLICAÇÕES MNEMÔNICAS NA VIDA CIDADINA

De acordo com relatório elaborado pela Fundação Escola Politécnica em 2019, Vitória da Conquista apresentava em 2010 um volume bastante significativo de imigrantes, sendo que os habitantes vindos de outros estados da federação totalizavam 22.680 pessoas e os que vieram de outros municípios da Bahia totalizavam 97.543 (PMVC, 2019c), resultando 120.223 residentes não naturais do município, o que representava 39% dos residentes contabilizados pelo censo demográfico do IBGE naquele ano. Para a maior parte desses imigrantes que se estabeleceram na cidade nas últimas décadas e, portanto, não compartilham das memórias coletivas presentes nos grupos que vivenciaram a cidade durante a primeira metade do século XX, a existência do Rio Verruga é desconhecida e, quando ocorre a referência ao seu curso, é sempre relatada como um canal de esgoto, conforme será apresentado nesta seção.

Durante o texto serão abordadas as recordações relacionadas ao rio que foram trazidas pelas entrevistas realizadas em 2020 com os habitantes naturais e com os não naturais do município. Com essa análise, é possível perceber as diferentes imagens mnemônicas que foram construídas sobre essa paisagem urbana de acordo com o período vivenciado na cidade por cada entrevistado.

Segundo Maurice Halbwachs, a sociedade se apresenta para a memória dos indivíduos sob a forma de pensamentos dominantes com os quais os acontecimentos passados se relacionam para que possam ser racionalizados no processo de recordação. Esses pensamentos dominantes constituem quadros sociais que estão sempre vinculados aos grupos e às tradições das quais o indivíduo participa, sendo essa a base material para a memória coletiva. É sob o ponto de vista do grupo, e a partir das memórias do grupo, que as memórias individuais operam, mas, da mesma forma que o senso coletivo está presente nas lembranças, por mais individuais que elas possam parecer, é a presença dessas mesmas lembranças em um conjunto de indivíduos que faz com que se dê a consolidação da memória. Ou seja, assim como o grupo social está presente no imaginário individual, ele precisa que os indivíduos tenham noções em comum para permanecer com caráter coletivo, pois os dados das lembranças “passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Frente a esse conceito, busca-se determinar quais as memórias coletivas que se encontram presentes nas memórias individuais transmitidas por meio das entrevistas coletadas.

Conforme citado anteriormente, está documentado e presente em diversas entrevistas que a afirmação de que a relação inicial da população com o Rio Verruga se deu em sua nascente, localizada no Poço Escuro. Porém, pode-se perceber, através das entrevistas, que a partir do momento em que o rio se aproximava da malha urbana, essa relação deixava de existir, e só reaparecia quando as águas do rio se acumulavam por uma grande extensão de terra, configurando o açude.

A conquistense Ivany Porto, que só residiu na cidade até os seus dezessete anos, se mudando em 1950, quando questionada sobre suas recordações a respeito do rio, responde: “Que rio? [...] tinha a lagoa imensa que a gente pra ir pro Marçal, à direita, era a lagoa” (PORTO, 2020). O Marçal, ao qual Ivany se refere, é a serra existente entre os municípios de Vitória da Conquista e Itambé, onde o Rio Verruga se encontra com o Rio Pardo, e a lagoa existente na estrada que levava à Serra do Marçal era o açude Aguão. Portanto, para ela, a recordação mais viva da presença da água, setenta anos depois de deixar a cidade, é a da existência da lagoa do Aguão.

Ruy Medeiros, por sua vez, afirma, em entrevista, que ao longo da trama da cidade o Rio Verruga não era facilmente acessado e só podia ser visto em algumas transposições de ruas: “a cidade não tinha acesso, e sim os moradores das casas da rua Francisco Santos e da Barão do Rio Branco [...] porque o rio passava entre aqueles quintais, então não havia um acesso da cidade, exceto a visão do Beco Sujo” (MEDEIROS, 2020). O Beco Sujo, ao qual se refere Medeiros, era uma dessas transposições de ruas onde se foi deixado acesso ao rio, porém a população fazia desse espaço uma espécie de depósito de lixo e, por esse motivo, ganhou o referido nome. O referido beco também foi citado por Ivany Porto como um espaço que cheirava muito mal, por onde ela evitava passar, porém ela não estabelece, em sua fala, uma relação no encaminhamento da água. O Poço Escuro (ao qual se refere como Poço Fundo), o Beco Sujo e a lagoa não aparecem em suas recordações como parte de um mesmo fluxo de água, e sim como elementos paisagísticos isolados, que não tinham uma relação entre si, nem com o cotidiano vivenciado por ela na cidade. Sobre a presença da água, relata:

Era o Poço Fundo – que subia uma ladeira no fundo do Ginásio, subia a ladeira dava no Poço Fundo – e lá naquela praça tinha uma lagoa imensa! [...] uma lagoa enorme que quando chovia enchia aquilo, que

transbordava.[...] O Poço Fundo era lá no morro e a lagoa era já no caminho do Marçal. Só o que tinha, todo mundo tinha cisterna. (PORTO, 2020).

O Entrevistado 04 confirma essa relação mais próxima da população com o rio restrita à área da nascente durante a sua infância, na década de 1950. Quando questionado sobre a presença da água na cidade, naquela época, diz que “só tinha o espaço da água mesmo logo após a saída [pausa] da barragem que tinha na [pausa], lá nesse minadouro do Rio Verruga” (Entrevistado 04, 2020). A respeito da visibilidade do rio por entre as ruas da cidade (figura 16), esclarece:

Não via por que já era subterrâneo, já tinham feito a cobertura. Até a praça Nove de Novembro, até próximo de lá, era descoberto ainda, mas era muito sujo porque era fundo de casas, né? Fundo de casas, tinha um espaço pra o rio, pra o riacho passar no meio, e ali recebia esgotos e tudo e era um lugar muito assim, inóspito pra a gente ver, mal cheiro e tudo, já estava poluído. Nessa parte ninguém brincava, né? A gente chamava, tinha até o apelido, de Beco Sujo. (Entrevistado 04, 2020).

Figura 16 – Obras de drenagem na rua Monsenhor Olímpio entre 1971 e 1972



Fonte: Arquivo público municipal – Foto Cadete.

Sobre a região do açude, o Entrevistado 04 não possui muitas recordações afetivas, apenas lembra que “servia mais pra gado beber água, vaca, bicho beber água, né? E também tinha lavadeira, né? Apesar da água não ser boa, mas tinha alguém, daquela região mesmo,

que se utilizava da água pra lavar” (Entrevistado 04, 2020). Ele justifica esse fato da seguinte forma: “como a cidade era muito pequena, aí a gente achava a distância muito grande, que era tudo mato nessa área aí, tinha muito mato, e aí os pais não deixavam, que era muito longe” (Entrevistado 04, 2020).

O dado trazido como justificativa é bastante significativo, uma vez que na década de 1950 o raio máximo ocupado pela malha urbana era de 800 metros e da Rua Grande – núcleo inicial da ocupação – até a planície de inundação onde se encontrava o açude têm-se uma distância de aproximadamente 1.000 metros, confirmando que esta era uma área que se encontrava fora dos limites urbanos. Suas recordações afetivas, portanto, estão mais vinculadas à uma área de barragem existente na saída do Poço Escuro, conforme trecho abaixo:

Já tomei banho lá naquela barragem, já. Isso aí quando eu estudava no ginásio, né? A gente filava a aula pra tomar banho na barragem. [...] Lá no Poço Escuro mesmo, na nascente mesmo. Tinha uma barragem de cimento e ia muitas lavadeiras, ia lavar roupa lá, abaixo da barragem que a água ficava sangrando e aí embaixo elas lavavam roupa. (Entrevistado 04, 2020).

O entrevistado Antônio Roberto Cairo também se recorda da utilização da barragem situada no Poço Escuro para o lazer:

No pé do Poço Escuro tinha uma barragem fechada, né? De cimento, um paredão de cimento, que a gente pode chamar de barragem, onde a água ficava contida, e ali, o pessoal ia tomar banho ali, mas enchia de gente tomando banho! (CAIRO, 2020).

Quando questionado sobre a visibilidade do Rio Verruga, Cairo comenta que “habitualmente não chamava de Rio Verruga, a gente chamava de [pausa], a gente falava muito em Poço Escuro, a água que vem do Poço Escuro, mas não falava assim: do rio”. Dessa forma, entende-se que o rio não foi tido por nenhum dos entrevistados como um fluxo contínuo e relevante na dinâmica urbana. Dentro da cidade ele era pouco visível e sempre relacionado ao lixo e esgoto que recebia em seu leito:

eu me lembro do rio descendo ali pela rua Ernesto Dantas, que tem um fosso ali bem fechado, né? É um fosso bem largo que era aberto, ele ficava aberto e correndo água o tempo todo, era tipo um esgoto a céu aberto, porque ele acabou virando esgoto, né? Porque todo mundo jogava coisa dentro e etc. [...] Nós tínhamos uma loja ali que a gente subia no muro e via a imundice, a sujeira, o que as pessoas que têm [pausa] que têm comércio ou residência,

sei lá, se servem daquele córrego ali pra jogar coisa dentro. Então tinha coisa pra caramba. Eu ficava imaginando: meu Deus do céu por que é que esse povo não pega essas coisas e joga em outro lugar? Joga aqui, aqui atrás [...] A gente via a água descendo, [pausa] nunca foi caudaloso, aquela pouquinho, é uma aguinha pouca, né? [...] vai acumulando lá em baixo, ela acumula lá embaixo na [pausa], na Conquistinha propriamente, né? Não sei se, eu nem sei se acumula ainda, não sei se acumula mais, porque tem tanta [pausa] tem tanta coisa ruim ali nesse meio caminho, né? Que acaba virando um [pausa], deixa de ser rio, não é mais rio. (CAIRO, 2020).

A declaração de Antônio Roberto sobre o curso do Rio Verruga é uma percepção atual sobre o lixo e esgoto que eram despejados nas águas naquela época. Em sua conclusão, já percebe-se a negação da configuração desse curso d'água como elemento natural em sua conceituação mais aceita, ou seja, a imagem memórica de um rio é um curso d'água bastante caudaloso e limpo, que não era o caso do Rio Verruga da década de 1950.

É importante salientar que a escolha do caminho pelo qual o pensamento mnemônico deve percorrer se dá através dos ensinamentos dos grupos. Segundo Sandra Jatahy Pesavento “podemos ter sido induzidos, educados e ensinados a identificar lugares de uma cidade, partilhando das mesmas referências de sentido, em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo” (PESAVENTO, 2008, p. 4). O compartilhamento dos espaços pela sociedade traz a referência ao grupo e, com ela, o reconhecimento de sua história.

Por isso, ao buscar a percepção das lavadeiras, encontra-se que no final da década de 1940 já existia uma relação muito próxima dessa população que residia na região denominada Conquistinha com as águas do açude, que serviam para o lazer, sustento e consumo. Segundo Jovina da Silva, residente nas margens do açude, “o rio, o açude só era aqui, o rio só era aqui” (SILVA, 2020), e acrescenta:

Eu só via aqui no açude. Era só no açude, no Poço Escuro. No Poço Escuro também sempre a gente ía. Muito bonito lá o Poço Escuro, aquela água bonita, aquela água que todo mundo panhava pra beber, que era a água mais melhor que tinha aqui em Conquista, era daí! [sic] (SILVA, 2020).

A senhora Jovina acrescenta ainda que utilizava a água do açude para beber, para brincar e para irrigação da horta que possuía em sua residência: “aquelas verdura (sic) boa, tudo de água boa!” (SILVA, 2020). A rememoração da presença da água em sua infância traz também aspectos afetivos do grupo de lavadeiras, conforme relato abaixo:

nós ficava (sic) brincando por ali mesmo, ali nas cacimba, que lavava roupa era de cacimba antigamente. [...] E a roupa ficava toda cheirando lá embaixo

no açude. Era bonito demais aquele tempo! [...] O povo descia aí pra baixo, ía pescar, pegava muito peixe aí embaixo, era muito! (SILVA, 2020).

A lavadeira Entrevistada 10 também se refere aos aspectos afetivos relacionados à presença da água em sua infância:

era água até sair ali na rua, na Vitor Brito, [...] eu, minhas amigas, minha irmã, nós brincava nessas águas aí, sabe? Muita cobra! E a gente brincava na água, [...] coisa de menino mesmo, principalmente quando chovia, quando chovia que era bom, que a água juntava mais. [sic] (Entrevistada 10, 2020).

As recordações afetivas que a senhora Jovina e a Entrevistada 10 apresentam sobre a área do açude demonstram um vínculo muito forte com aquela paisagem que fez parte do cotidiano de suas famílias e de toda a comunidade residente no local.

Percebe-se que o entorno material traz consigo a marca do grupo que nele se insere, e esse grupo desenvolve o sentimento de pertencimento para com aquele espaço que desperta os vínculos afetivos mais fortes. As paisagens urbanas apenas apresentam sentido e identidade enquanto um lugar de coletividade, um bem coletivo no qual o grupo se reconhece pertencente. A paisagem é sempre o espaço onde os acontecimentos coletivos se dão e o meio material onde eles ficam registrados para posteriores recordações e reconstruções da sociedade,

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p. 143).

A senhora Jovina também se recorda que não era apenas a sua comunidade que frequentava o açude, ele também era utilizado para o lazer de grande parte dos conquistenses, para o transporte de pessoas em canoas (Figura 17) e para cultos religiosos. Em seu relato, enfatiza: “o tanto de crente que batizava aí, nesse açude! Dia de domingo enchia de gente aí pra ver os batizado (sic)” (SILVA, 2020).

A Entrevistada 10 acrescenta que lavadeiras residentes em outros bairros também utilizavam a região:

E muita lavadeira, ficava cheio de lavadeira, lavando roupa no Alto Maron, desses cantos aí pra cima onde não tinha água à vontade, vinha tudo pra aqui pra lavar roupa. [...] Era tranquilo! Vinha gente do Alto Maron, vinha gente do Guarani, todo mundo lavava roupa aí à vontade, era bom! Bastante moleque aí, tanque de roupa, tudo. (Entrevistada 10, 2020).

Figura 17 – Açude de Vitória da Conquista com transporte em canoas



FONTE: Rocha, F. (2020, p. 61).

A cada momento que a presença do açude foi lembrada pelas lavadeiras, era possível perceber o sentimento de pertencimento ao espaço e nostalgia, que transparece nas seguintes frases: “mas era muito bonito aí embaixo!” (SILVA, 2020); “nasci e criei aqui, né? Tem raízes. Meus filhos nasceu todos aqui” [sic] (Entrevistada 10, 2020). Esse sentimento em relação ao açude foi observado apenas nas entrevistas das lavadeiras, o que leva à percepção de que o vínculo afetivo com aquela paisagem se constituía de diferentes formas entre os diversos grupos que compunham a sociedade conquistense na década de 1950.

Outros entrevistados também relataram recordações afetivas sobre esse espaço. Em seu depoimento, Fernando Oliveira – nascido na cidade de Jequié em 1956, e que frequentou regularmente Vitória da Conquista desde o ano 1965, fixando residência na cidade em 1985 – se recorda da experiência relatada por seu pai vivenciada no início da década de 1940:

eu me lembro muito bem que meu pai disse para mim que quando ele era bem jovem, meu pai trabalhava em uma empresa de ônibus fazendo a ligação, ele era motorista, ele fazia a ligação de Jequié para Vitória da Conquista, e os veículos eram lavados nesse Aguão, lavados por eles

próprios, ele e o chamado cobrador à época, eles eram encarregados de lavar. (OLIVEIRA, 2020).

Ao relatar a experiência vivenciada por seu pai, Oliveira se apropria de sua memória, o que só é possível, pois as lembranças em comum “exigem de nós um deslocamento de ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos, assim, acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outro que não nós” (RICOEUR, 2007, p. 131).

A senhora Jovina também relata que o seu irmão mais velho “ia pro açude pra poder lavar carro pra ganhar dinheiro” contra a vontade de sua mãe, uma vez que existia um medo de afogamento naquelas águas: “Minha mãe lavava roupa, a gente ia lá pra fora, e mãe reclamava pra gente não ir lá pra beira do açude porque se, se não soubesse (sic) nadar, morria! [...] Morria muita gente aí antigamente, nesse açude!” (SILVA, 2020).

O açude possuía grandes dimensões, ocupando uma área aproximada de 50 hectares, e suas águas eram bastante profundas, de forma que se encontra relatos de muitos afogamentos, principalmente de jovens que brincavam nas águas do Aguão. O medo do açude não foi apenas relatado por Jovina, segundo Antônio Roberto Cairo,

tinha uma turma que se reunia ali pra tomar banho no Aguão, e ali já morreu gente pra caramba [...] eu me lembro muito bem de ter ido algumas vezes, mas eu não entrava na água. [...] Quando aconteceu [pausa] um afogamento de uma pessoa, assim, muito querida na cidade, muito conhecida, aí pronto! Aí é que eu falei assim: nem lá eu não vou mais, na verdade! (CAIRO, 2020).

Apesar da existência do receio em entrar nas águas que se acumulavam na planície de inundação, percebe-se nos depoimentos que o açude foi amplamente utilizado pela população. O historiador Ruy Medeiros rememora em seu depoimento a intensa utilização do açude, inclusive, servindo como meio de transporte, através do trânsito de canoas entre as margens, e complementa:

Constituía paisagem da cidade. Olha, na minha infância eu frequentei bastante uma das chácaras ali da Conquistinha, perto portanto do açude. Conheci o açude cheio e conheci o açude mais vazio, tá? E uma relação grande com crianças e adolescente brincando - sexo masculino, tá? - lavadeiras utilizando para lavar roupa, pessoas levando água pra casa, mas já uma água muito [pausa], porque, imagine você, quantas casas. A cidade foi crescendo, Conquistinha, cá em cima Pedrinhas, sem sanitários, as pessoas faziam suas necessidades no quintal, no mato! Quintais abertos, no mato vizinho, e aí vinha a chuva e levava isso tudo pro leito do rio e, sobretudo, pro açude, que era o escoador dessas águas fluviais que lavavam a cidade,

certo? Então, muito ruim. Mas, mesmo assim, as pessoas visitavam o açude, brincavam no açude, pessoas utilizaram de água do açude. E aí ele se tornou um problema de saúde pública! E os médicos começaram a brigar para acabar com o açude. E isso foi feito por Pedral em 1963. (MEDEIROS, 2020).

Por meio desse relato, pode-se perceber a forma com a qual o Rio Verruga se apresenta na memória de quem o vivenciou, direta e indiretamente. A lembrança desse rio remete ao início do século XX e, apesar da poluição que era depositada em suas águas, o mostra como marco fundamental da cidade.

Porém, pode se perceber, nas entrevistas, diferentes apropriações do espaço de acordo com o grupo social no qual o entrevistado se incluía. Trechos da entrevista de Jovina demonstram um certo ressentimento da lavadeira em relação ao descaso dos governantes e de certa parte da população com a sua comunidade, em função da classe social. Quando ela se refere à sua vida escolar, aluna da Escola Normal do município, a lavadeira relata “que a professora não ligava muito pra gente pobre, ela ligava mais era pros rico, os pobre (sic) tanto fazia” (SILVA, 2020).

Em outro momento, Jovina rememora as disputas entre as classes sociais na própria região do Aguão. Quando se refere ao perigo de afogamento na represa, relata os conflitos existentes em uma passagem de pedestres deixada sobre a barragem do rio e, através de sua fala, é possível supor que aconteciam enfrentamentos corporais entre grupos de diferentes classes sociais que resultavam em quedas e afogamento no açude:

A gente buscava muita lenha. Muita lenha! Passava no paredão, em cima, que fizeram paredão grande pra gente poder passar, pra apanhar a lenha. Mas tinha, aquele tempo, tinha uns rapaz, tinha uns filho de rico, filho de rico! Aqueles rapaz, é, um passava assim, quando as mulher passava, a gente que era menina ainda passava, eles ficava com aquelas [pausa] pegando assim e sacudindo pras pessoas, né? Quantos não fazia isso, quantos não morria lá no paredão, porque desrespeitava a família dos outro. [sic] (SILVA, 2020).

Os trechos da entrevista da senhora Jovina, que foram apresentados, fazem transparecer um sentimento de rivalidade entre as diferentes classes sociais que frequentavam o açude, e uma certa passividade da comunidade em relação às decisões que afetaram diretamente o cotidiano daquela população de lavadeiras.

Todas as entrevistas analisadas validaram a importância do marco paisagístico constituído pela presença do açude, mas os usos que foram relatados se davam de diferentes formas. Para o Entrevistado 04, o açude se localizava longe da cidade e constituía uma área

perigosa, usada para práticas pouco nobres, dentro da perspectiva do grupo social no qual estava inserido. Para Ivany Porto, o açude se fixou em sua memória apenas como um marco paisagístico, com o qual não havia interação diária. Na entrevista de Ruy Medeiros, a observação da relação estabelecida com a comunidade, nos diversos usos ao qual o açude se propunha, não parece afetar a sua vivência pessoal de forma muito incisiva, mas apenas como uma paisagem de utilização de outrem. Para Fernando Oliveira, a recordação de seu pai ficou, também, registrada em sua memória, mas com a perspectiva de um dever profissional e não como satisfação pessoal. A entrevista de Antônio Cairo permitiu uma aproximação um pouco maior com as águas do açude ao relatar o constante uso do equipamento para o lazer, inclusive por grupos pertencentes a famílias mais tradicionais da cidade, ou pessoa conhecida, como ele se refere. Já as entrevistas de Jovina e da Entrevistada 10 apresentam uma relação diária, extremamente próxima ao açude, e traz um novo fator de análise que era a existência de conflitos entre as diferentes classes sociais durante a utilização do equipamento.

Dentro desse contexto de uso, ocorre a ruptura da barragem, usando como justificativa a intensificação da poluição, e encontrando como única solução a eliminação daquelas águas, uma vez que não havia, na época, uma busca da sociedade por meios de despoluição e preservação dos rios urbanos.

Frente ao analisado até aqui, e considerando que existia um conflito de interesses de cunho social no que diz respeito à utilização das águas do rio pelas lavadeiras, desde a presença dessas trabalhadoras na nascente do Poço Escuro, exposto na seção 2.1 desta pesquisa, pode-se inferir que a desconfiguração do açude também poderia ter como objetivo a retirada daquela população das margens do equipamento. A presença das lavadeiras nas margens do rio sempre se mostrou como um empecilho à organização social idealizada durante a expansão urbana de Vitória da Conquista. A concentração de atividades tidas como pouco nobres no açude configurava um fator limitante para o avanço dos bairros vizinhos, ocupados pela população mais abastada.

Após o rompimento da barragem, as lavadeiras passaram a utilizar apenas a lavanderia pública – que segue com intensa utilização nos dias atuais (figura 18) – porém percebe-se, nas entrevistas, com a senhora Jovina e com a Entrevistada 10, que essa não foi uma decisão em comum acordo com a população local. Quando elas se referem à drenagem da água do açude no governo de José Pedral, colocam a situação de modo a entender que a atitude se deu de forma impositiva: “mas ele mandou acabar, né? Fazer o quê?” (SILVA, 2020); “e aí Pedral

esgotou o açude, ficou, fez o horto florestal aí, e a água foi acabando, [...] muita gente sentiu falta, as lavadeiras que lavava aí, não pôde lavar mais” (Entrevistada 10, 2020).

A intervenção adotada pelo poder público municipal, rompendo a barragem, gerou uma série de questões urbanísticas que ainda não foram resolvidas. Para a comunidade que possuía uma relação mais próxima com o açude, o rompimento da barragem não trouxe benefícios: “esse espaço aí embaixo é ruim, agora pra mim tá ruim! Eu desço aí pra baixo não vejo nada! Não vejo mais nada aí embaixo. Antes a gente passeava aí pra baixo via muita coisa, hoje você não vê mais não” (SILVA, 2020).

Figura 18 – Lavanderia pública municipal do Conquistinha



Fonte: Acervo pessoal (2020).

A senhora Jovina relata, inclusive, que em seu ponto de vista a inexistência do açude afetou os índices pluviométricos da região: “depois que ele cabô com tudo, a chuva aqui demora de vir, que antigamente era chuva direto! Era muita chuva antigamente aqui” (SILVA, 2020). A mudança no regime de chuvas pode ter ocorrido por diversos motivos, de escala local e global, mas a relação de casualidade que foi estabelecida na memória da senhora Jovina demonstra, através da sua visão de mundo, o impacto que o rompimento da barragem gerou no dia a dia daquela comunidade.

O espaço urbano remanescente do açude não sofreu mais nenhuma intervenção pública após a drenagem ocorrida em 1964, não recebeu nenhum tipo de tratamento urbanístico ou de cuidado e preservação do ecossistema. O vazio urbano resultante tem sido local de descarte de lixo e esgoto, e objeto de sucessivos aterros e ocupações sobre a área alagável ao longo dos anos (figura 19), intensificando as enchentes na região.

A área abandonada favorece também a prática de ações criminosas relacionadas à violência urbana, e a população que transita nas imediações relata insegurança na região:

Naquele tempo, a gente aqui na rua, não via negócio de esses malandros que tá aí na rua hoje, que ninguém pode mais nem sair aqui por causa dessas malandragem. Ninguém usava droga naquele tempo. Nós brincava aí ó, até dez horas da noite. (SILVA, 2020).

O senhor Antônio Roberto Cairo residiu no Conquistinha na década de 1980 e sobre a área do açude, nesse período, ele relata: “a gente tinha medo, a gente tinha receios, porque tinha muita gente que [...] lidava com algumas contravenções. [...] Tinha tráfico, tinha pessoal que roubava mesmo, que assaltava, etc” (CAIRO, 2020).

Figura 19 – Descarte de lixo e abandono da área remanescente do açude



Fonte: Acervo pessoal, datadas de 2019 e 2020, respectivamente.

A entrevistada Fabiana Pereira também relata a preocupação que tinha em relação à sua segurança quando precisava circular nas proximidades da referida região: “eu acho que ali parece um lugar que de certa forma acaba ficando perigoso. Na época de estudante eu não passava por ali de noite porque ficava com um certo receio de passar por ali.” (PEREIRA, 2020). A cautela relatada por Fabiana Pereira se refere aos anos entre 2009 e 2012, mas ainda hoje a região permanece abandonada e perigosa.

Para o entrevistado 09, residente em Vitória da Conquista a partir 2010, que preferiu não ser identificado, a área remanescente do antigo açude se mostra como uma área com um grande potencial para desenvolvimento urbanístico:

Aquela área, desde quando eu cheguei, assim como a área ali do Parque das Bateias, foram duas áreas que me estimularam muito a pensar sobre o que

poderia ser aquele potencial pra cidade — não só pra cidade, mas pra região. (Entrevistado 09, 2020).

Conforme a fala citada, a ocupação que poderá ser implementada nesse vazão urbano provavelmente terá um impacto regional, pois trata-se de uma área central em uma cidade que recebe um intenso fluxo de visitantes que se deslocam diariamente para Vitória da Conquista à procura de serviços que não podem ser encontrados em municípios menores. Segundo declaração de Ruy Medeiros, a intervenção pública nessa região já deveria ter ocorrido há algumas décadas, uma vez que com o passar dos anos aumenta-se a ocupação da área, existindo, inclusive, uma discussão à respeito dos limites das propriedades particulares, pois essas estão avançando, paulatinamente, sobre a área pública abandonada. Tal situação pode ser melhor explicada pelo trecho abaixo retirado de sua entrevista:

Olha, quando era possível uma intervenção maior, em que havia poucas construções, tá? Você tinha apenas ali aquela rua que a gente chama Conquistinha, não é? Então, naquele momento, o município não ocupou aquilo, tá? E permitiu, inclusive, loteamentos. [...] O município agravou quando construiu a escola Arthur Seixas ali, uma coisa terrível a construção daquela escola ali, porque inunda. [...] Depois fez a biblioteca, também nessa área de baixo. [...] E aí, chega o momento em que se permitiu o loteamento, que permitiu antes foi a Chácara Candeias, depois se permitiu o Caminho do Parque, não é? Com a concepção de moradia para ricos. Aí o terreno valorizou. Deixou ocupar, e à medida que as ocupações foram sendo feitas, a área vizinha se tornou cara, muito cara pra desapropriação. (MEDEIROS, 2020).

Medeiros levanta nesse trecho uma discussão fundamental, que se trata da expansão urbana sobre a área da planície de inundação. Quando se pesquisa sobre as propriedades adjacentes à área do antigo Aguão – área de interesse público que abrigou equipamento de lazer e abastecimento municipal – encontra-se que os documentos de escritura das referidas propriedades demarcam como limite o início das águas da represa, conforme exemplo abaixo:

[...] um lote de terreno na baixa da represa municipal, nesta cidade, contendo uma casa para agregados, cercas de divisas, uma pequena plantação de laranjeiras, pastagens nativas, dividindo pela frente com a represa municipal [...]. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2004).

A partir do momento que a represa deixa de existir, os limites das propriedades perdem a referência e ocorre um avanço sobre a área municipal. Além desse fato, a prefeitura nunca limitou as construções e loteamentos nos terrenos lindeiros ao rio, “essa depressão, ela

foi sendo conquistada por aterros sucessivos, até se chegar próximo do limite do rio” (OLIVEIRA, 2020). Diante desse avanço da cidade sobre essa região, as possibilidades de intervenção se tornaram cada vez mais limitadas, a ponto do governo municipal ter aberto uma ação judicial para delimitação das terras públicas em 2004 e até o presente momento não ter conseguido um resultado definitivo¹³.

Um fato relevante que provavelmente tem contribuído para a desaceleração na apropriação da área do Aguão por particulares, é a situação natural desse terreno, propenso a alagamentos, conforme explica Oliveira:

[...] ali é efetivamente a região mais baixa de Conquista. Todo mundo sempre recebeu uma exigência econômica muito grande para construir, para proteção das obras, ou todo mundo achou que [pausa], assim, como eu tenho disponibilidade de áreas em outros lugares, eu vou privilegiando as menos problemáticas [...]. (OLIVEIRA, 2020).

A questão da drenagem urbana é um problema latente em Vitória da Conquista. A cidade sofre com inundações há várias décadas e toda a água que cai nos bairros mais antigos da malha urbana, situados na encosta da Serra do Periperi, desce com grande velocidade para a planície de inundação da antiga represa. Sobre isso, Medeiros relata que a presença do lixo no centro da cidade acentuava as cheias:

[...] as pessoas jogavam lixos, na esperança que o rio levasse adiante. Alguns, dejetos humanos, isso na década de 50 já, e inclusive, parte da década de 60, tá? Quando havia uma chuva muito forte, então ali alagava [...]. Nós tivemos uma tromba d’água em 68 que alagou e adentrou em algumas casas comerciais, causou prejuízo, etc. (MEDEIROS, 2020).

Ainda hoje, a cidade sofre constantes inundações com relevante destruição e muitos prejuízos para a população (figura 20). A política de drenagem urbana recorre sempre, com olhar isolacionista, aos sistemas artificiais, que se mostram insuficientes, criando, paulatinamente, problemas na jusante do rio, devido ao volume e velocidade com os quais as águas que correm pelas galerias chegam às partes mais baixas do rio, sem resolver por completo as enchentes na região central da cidade, conforme explica Oliveira:

¹³ A Ação de Discriminação de Terra Pública pode ser consultada na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Vitória da Conquista, através do processo nº 0012878-57.2004.8.05.0274.

[...] várias das obras já foram implantadas com essa concepção de [pausa] isolacionista, de coisa tratada fora da outra. Então a gente está lançando muita carga de drenagem pluvial em vários pontos do rio, isso vai significar que em algum momento do rio vai ter uma vazão absurda, muito maior do que a capacidade da calha, pode haver transbordamento, problemas mais sérios lá na frente, por quê? Porque a gente está transferindo tudo pra jusante. (OLIVEIRA, 2020).

Figura 20 – Inundações nas imediações da Praça Vitor Brito



Fonte: G1 (2020) e Blog da Resenha Geral (2014).¹⁴

As soluções de engenharia aplicadas durante o século XX, e ainda hoje, em certos casos, acentuam essa problemática, conforme afirma Oliveira:

[...] não havia nenhuma preocupação ambiental, nem de nós técnicos, nem de nós! Nós éramos muito mais [pausa] predadores. A gente tinha muito mais a intenção de que para construir algo você tinha que destruir, você tinha que fazer a supressão vegetal, você tem que fazer muito movimento de terra, você tinha que detonar rocha, você tinha que desviar água, pra você edificar, sob o argumento de que aquilo era progresso, e quem fosse contra aquilo era

¹⁴ Imagens disponíveis em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/06/temporal-alaga-ruas-arrasta-carros-e-destroi-praca-em-vitoria-da-conquista-sudoeste-da-bahia.ghtml> e <https://www.blogdaresenhageral.com.br/tag/chuva/page/8/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

um antiprogressista. Então, está tudo dentro de uma lógica antiga de que a gente dispõe em abundância daquele bem. (OLIVEIRA, 2020).

A situação morfológica de Vitória da Conquista acentua um problema vivenciado em tantas outras cidades brasileiras de médio e grande porte, que têm adotado ao longo dos últimos anos técnicas ultrapassadas para a drenagem urbana.

Em Vitória da Conquista, o Rio Verruga ainda é visto como uma mazela, o responsável pela destruição causada nos períodos de chuva e pelo forte odor que exala de suas águas, incomodando e trazendo doenças para a população.

As decisões tomadas pelas administrações municipais durante o período de intensa expansão urbana – e aquelas que foram preteridas – seguem hoje refletidas na malha urbana de Vitória da Conquista, o que remete à conclusão de que mesmo as ações pontuais do poder público têm papel decisivo no futuro das dinâmicas urbanas.

Destaca-se que, ao contrário do que se demonstrou como objetivado para o entorno do Rio Verruga pelo poder público, as ações concretas acarretaram uma ênfase da imagem negativa do rio frente à sociedade. As mazelas provenientes desse curso d'água se tornaram o foco principal, se fixando na memória coletiva como uma área degradada, um esgoto a céu aberto, responsável pela transmissão de doenças e por enchentes constantes.

Nesse sentido, a implantação da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), no final da década de 1970, considerando o sistema que foi utilizado e o local escolhido, contribuiu significativamente para a degradação do rio e da sua imagem. Segundo Medeiros, essa decisão já havia sido questionada mesmo antes da implantação:

Houve reação da comunidade contra aquela estação de tratamento, que o pessoal denominou de pinicão, porque era o que parecia. [...] Desde a criação! Aquela estação de tratamento, que hoje tá desativada, não é? E ajudou a poluir, muito o rio! Eles diziam que não, que não havia combinação com o rio, mas poluiu! Ela era abastecida, sobretudo, pelo córrego do Moranga que nasce ali no Lomantão, no Estádio Lomanto Júnior. [...] Nasce ali e nunca secou. Nunca secou aquele riacho. Pode diminuir o volume d'água, mas ele nunca secou. (MEDEIROS, 2020).

A implantação da ETE acarretou o surgimento de um forte odor nos bairros próximos, gerando uma repulsa em relação à região. Para o Entrevistado 04, “o cheiro, acho que toda vida teve [...] era horrível um dia de muito calor, era um cheiro terrível”. Percebe-se, nesta fala, que é difícil precisar quando surgiu o odor, mas o entrevistado Fernando Oliveira relata que no final dos anos 80 ele já podia ser sentido em uma distância de aproximadamente 1km.

Quem residia em áreas próximas sofreu bastante por muitos anos, como foi o caso do Entrevistado 09:

em épocas de calor, muita intensidade de calor, a gente sofria muito com o odor que vinha ali. Que o rio, na realidade, se integrou ali ao pinicão, né? A estação de tratamento de esgoto. E a gente sofria muito com o odor dali. Dava 5 horas, 6 horas da tarde, a gente sentia lá em cima, lá no Boa Vista! (Entrevistado 09, 2020).

Sobre a poluição que o Rio Verruga recebia da ETE, a bióloga Fabiana Pereira relata: “Eu já fui por ali fazer coleta de água [...]. Coletava amostras para analisar microalgas, só que ali, quando a gente fez uma coleta, não deu certo. Não deu em nada, porque praticamente é um rio morto”.

Porém, os relatos confirmam que as intervenções que foram feitas pela EMBASA a partir de 2013, melhoraram bastante a poluição da ETE. Segundo o Entrevistado 09, “a gente vai no pinicão hoje, lá a gente não sente mais o cheiro”. O nome que a ETE recebeu da população, no entanto, foi sedimentado através de uma memória coletiva de depreciação desse trecho do rio que segue viva no imaginário. Conforme a entrevistada que passou a residir na cidade em 2009, esse nome já foi totalmente incorporado pela sociedade, uma vez que, quando questionada sobre o porquê de se referir à antiga Estação de Tratamento como Pinicão, responde: “é o nome que eu conheço, né? Todo mundo aqui na cidade chama ele de pinicão. É o ponto de referência” (PEREIRA, 2020). Essa incorporação do nome, inclusive como referência geográfica, é amplamente encontrada de diversas formas e em diversos meios de comunicação, conforme percebe-se na charge a seguir (figura 21) publicada na internet em setembro de 2014.

Figura 21 – Imagem mnemônica da antiga ETE



Fonte: Charge do desenhista Lázaro Vitor (CARDOSO, 2014).¹⁵

O Entrevistado 09 reconhece a sedimentação dessa memória coletiva mesmo após as intervenções de recuperação da área, e afirma:

O [nome] Pinicão vai ser difícil de sair, viu? Ali, só uma reforma bastante interessante pra poder conseguir afastar esse nome. Tinha também aquela coisa de você passar ali naquela ponte [...] e a gente ver muita espuma, né? Ali descendo do rio. Isso era muito triste, que a gente via a olho nu a poluição que tava tendo no rio, né? Hoje, a gente também não tem mais essa visão. Ali foi um avanço enorme que aconteceu, significativo pro rio. (Entrevistado 09, 2020).

Se torna relevante analisar que na charge apresentada o Rio Verruga não é representado em nenhum momento, o que reafirma o esquecimento desse curso d'água perante a sociedade atual. A imagem do rio deixou de ser significativa a partir do momento em que ele passou a ser visto como um canal de esgotamento:

Esse trajeto que passa aqui pela cidade, um rio morto, né? É praticamente um esgoto, essa parte desse vale aí, saindo de lá até uma antiga estação de tratamento da EMBASA, tudo isso aí é esgoto que joga dentro dele. Aí essa parte não existe mais o rio, né? Existe esgoto. (Entrevistado 04, 2020).

¹⁵ CARDOSO, Daniele. **Caracterização Geral do Problema**. Grupo Pinicão, 2014. Disponível em: www.pinicaovca.blogspot.com. Acesso em: 08 out. 2019.

A entrevistada 10, lavadeira residente no Conquistinha, apesar de se recordar do açude, também não reconhece a existência do Rio Verruga, mas sim de um esgoto, conforme trecho a seguir:

Se fala do rio Verruguinha, esse rio que corre aqui, esse Verruguinha então tá debaixo da terra, porque não tem esse rio aqui. Me falaram que a nascente dele é pra esse lado aí, ó! Que corre dentro do esgoto, o valetão. [...] Aí não é o rio, aquele dali não é não, pra mim não é! Porque a água dos esgoto cá aí! [...] Mas realmente, eu nunca vi esse rio aqui, não! [sic] (Entrevistada 10, 2020).

Conforme foi possível verificar, a instalação da ETE próxima ao centro do núcleo urbano, da forma que foi executada, não foi bem aceita pela população desde que foi tomada a decisão por sua implementação. Para o Entrevistado 09 o local escolhido foi equivocado por conta da poluição do córrego da Moranga, que contribui de forma significativa para o curso do Rio Verruga:

Me disseram que teve uma seca, na época de 50 – “cinquentinha” que eles falam, né? – tinha um único lugar que não secou do rio, aqui nessa região, que foi lá onde é hoje o pinicão. Então, assim, até a escolha desse lugar pra fazer o tratamento de esgoto foi totalmente equivocada na minha concepção, porque ali tem muitas fontes, nascentes do rio e que tão ali, misturadas com o esgoto. (Entrevistado 09, 2020).

Enquanto os cursos naturais de água do Planalto da Conquista são menosprezados pelo poder público e pela população, a cidade sofre constantemente intensos períodos de secas. Vitória da Conquista passou por longas temporadas de racionamento na distribuição de água por parte da concessionária estadual, EMBASA, entre os anos de 2012 e 2017, e o lençol freático do Rio Verruga foi o principal socorro para a população. Abaixo, a advogada Ticiania Aguiar relata sua experiência na cidade, vivenciada a partir de 2013:

Quando eu vim, eu aluguei um outro apartamento, faltou bastante água. Eu acho que estava na época de seca, e a gente passou uns perrengues assim com a água. [...] Nesse apartamento tem o poço, então sempre teve esse suporte, que o outro não tinha. (AGUIAR, T., 2020).

Ruy Medeiros confirma essa importância do Rio Verruga quando afirma que mesmo após a implantação da rede de água encanada, em períodos de seca e falta d’água, “muitos se socorrem da água do Poço Escuro” (MEDEIROS, 2015), porém verifica-se que, para a população, prevalece o esquecimento do curso d’água. Retomando o depoimento de Ticiania

Aguiar, quando perguntado o que ela sabia sobre aquele curso d'água, responde que “no apartamento antigo me falavam que era tipo um esgoto a céu aberto”, e complementa:

onde eu morava era mais perto e tinha mosquito praticamente o ano inteiro, mosca, e falavam que era de lá. Então me incomodava muito, assim, e às vezes a gente sentia o cheiro, um cheiro ruim. [...] Não era assim, o dia todo, mas eram todos os dias ou quase todos os dias. (AGUIAR, T., 2020).

Sobre o vazio urbano remanescente do Aguão, o esquecimento é ainda mais prevalente. Os relatos de Fabiana Pereira e Ticiane Aguiar a respeito desta área demonstram o total desconhecimento sobre o açude ao afirmarem que: “Eu nunca pensei muito sobre essa área não, é como se nem existisse pra mim. [...] Não me chama a atenção.” (AGUIAR, T., 2020), “Não sei de nada não. Eu fiquei sabendo que tinha um rio aterrado, mas não sei se é verdade isso ou não” (PEREIRA, 2020).

Frente aos relatos apresentados até aqui, encontra-se que as paisagens que abrigavam, ou ainda abrigam, o Rio Verruga apresentam, para a maior parte dos entrevistados, aspectos negativos e imagens dissociadas de um curso d'água. Essas imagens têm o aspecto negativo acentuado pelo nome que receberam da sociedade. As imagens mnemônicas do Rio Verruga, na cidade de Vitória da Conquista, são compostas pelo *Poço Escuro*, *Beco Sujo*, *Aguão e Pinicão*, palavras que possuem conotações negativas, acentuando, através do nome, as mazelas do rio e ratificando a memória coletiva construída ao longo do século XX e início deste século.

Frente a esses dados, surge o seguinte questionamento: afinal, o que deve ser considerado ao tomar uma decisão que impactará a vida de milhares de pessoas? Quando se refere ao espaço urbano, não se pode menosprezar o fato de que as paisagens se modificam em uma velocidade diferente da vivenciada pelos seres humanos.

Aleida Assmann considera que a paisagem urbana pode ser vista como uma personagem atuante, que afeta uma memória mais ampla, ancorando essa memória no chão e corporificando “uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos” (ASSMANN, 2011, p. 318).

É sobre essa mesma tese que Maurice Halbwachs havia se debruçado algumas décadas antes. Para ele, os espaços físicos, por se modificarem em uma velocidade muito menor que a sociedade, são um referencial de estabilidade em uma espécie de “sociedade silenciosa e imóvel, estranha à nossa agitação e às nossas mudanças de humor que nos dá uma sensação de ordem e de quietude” (HALBWACHS, 1990, p. 131), permitindo que os indivíduos se

reencontrem consigo. Assim, o sociólogo traz que “o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto o aspecto das ruas e dos edifícios permanece idêntico, e que há poucas formações sociais ao mesmo tempo estáveis e ainda seguras de permanecer” (HALBWACHS, 1990, p. 134).

Dessa forma, torna-se fundamental compreender que as decisões tomadas pelo poder público na esfera da urbe marcarão profundamente a memória e a identidade de determinada população que se relaciona com aquele local. Recorrendo a Pollak, têm-se que,

nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida. (POLLAK, 1989, p. 11).

Atualmente as áreas contíguas remanescentes do Aguão e da antiga ETE estão, novamente, sendo alvo de importantes decisões urbanísticas para Vitória da Conquista, e cabe aqui discutir-se as possibilidades de uso frente às propostas atuais do poder municipal.

4 PERCEPÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DO RIO VERRUGA

O trecho do Rio Verruga que compõe o recorte territorial desta pesquisa segue dentro da pauta de intervenções da administração municipal de Vitória da Conquista. Conforme relatado na seção anterior, em 2004 a prefeitura iniciou uma nova tentativa de delimitação das áreas públicas constantes na planície de inundação do rio, que vem sendo apropriada por iniciativas particulares e, em 2018, a prefeitura novamente resgatou a ideia da implantação de um parque municipal no local.

Nesta seção, analisa-se o formato de intervenção que está sendo estudado pelo poder público local na perspectiva de implantação do Parque do Rio Verruga. Inicialmente, têm-se um breve contexto histórico das ações implementadas pela prefeitura nos últimos anos, principalmente no que se refere às legislações municipais vigentes e em elaboração. Em um segundo momento da seção, apresenta-se as impressões e expectativas dos habitantes, entrevistados nessa pesquisa, em relação à implantação do parque, enfatizando os aspectos sociais que poderão ser afetados após as intervenções na área.

4.1 A criação do Parque Ecológico do Rio Verruga

A Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, promulgada em 2007 e ainda em vigor, em seu capítulo VII do Título IV, se reserva a dispor sobre a Política pública para Preservação do Meio Ambiente, incumbindo ao poder público o dever de, entre outros, “preservar e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, biológico e paisagístico” e “promover o manejo ecológico dos solos, respeitando sua natureza quanto à capacidade de uso”, definindo “critérios ecológicos em todos os níveis de planejamento político, social e econômico” (PMVC, 2007b).

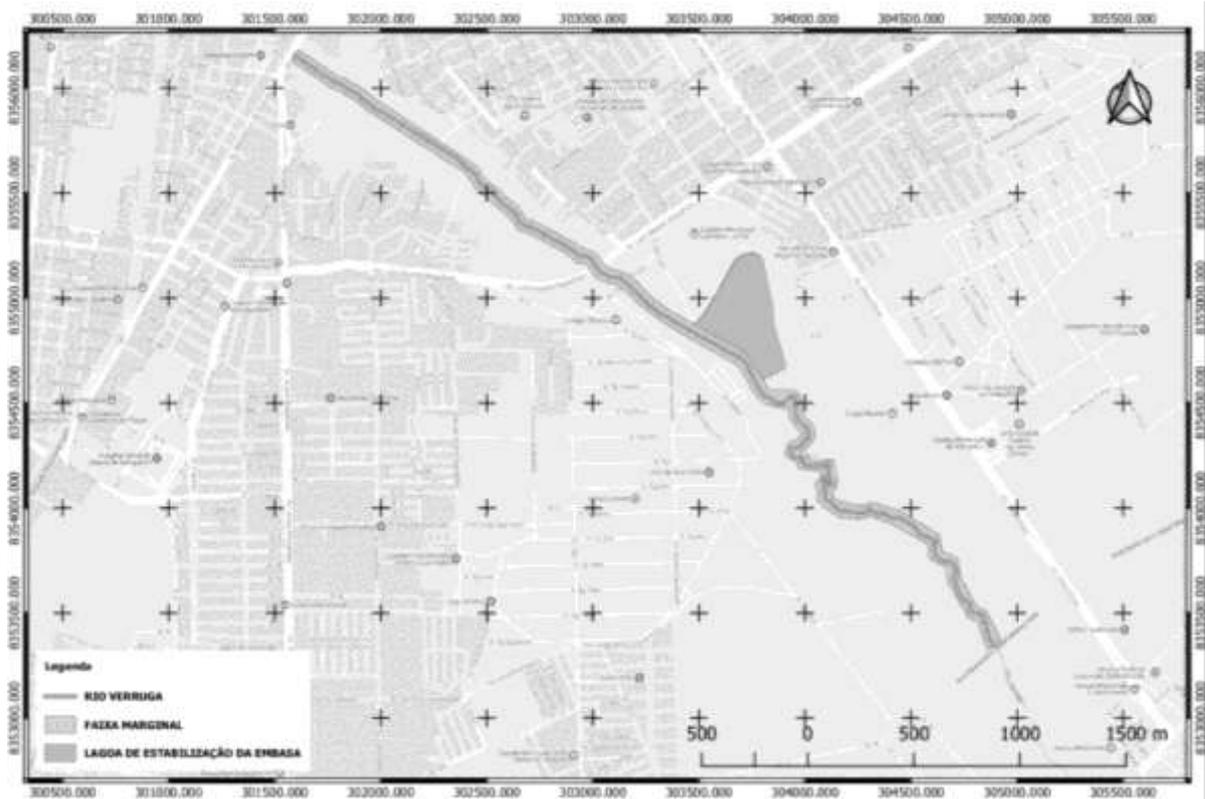
Seguindo essas premissas de proteção ambiental, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em vigor do município, também promulgado em 2007, orienta para a elaboração de um projeto para usos futuros na área da planície de inundação do Rio Verruga. Consta no referido documento de planejamento a seguinte orientação para esta área:

A despoluição do Rio Verruga é um grande objetivo do projeto, através da implementação de um programa de qualidade [...]. As margens do rio, a partir do cruzamento com a Av. Bartolomeu de Gusmão até o Anel Rodoviário, passando pelas lagoas da ETE, apresentam-se relativamente pouco ocupadas, fato que deve ser aproveitado para a definição de áreas de proteção, a realização de trabalhos de recomposição da vegetação ciliar e a determinação de ocupação e usos futuros. (PMVC, 2007a).

Em junho de 2018, a prefeitura municipal instituiu, por meio do decreto nº 18.720, a criação de um Parque Ambiental no trecho do Rio Verruga citado no plano diretor de 2007 (PMVC, 2018). Porém, sua demarcação territorial (figura 22) desconsiderou as recomendações do Plano Diretor para utilização das áreas desocupadas, e limitou-se à faixa de Área de Preservação Permanente (APP) estipulada pelo Código Florestal Brasileiro, delimitada como:

Art. 4 : I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura. (BRASIL, 2012).

Figura 22 – Delimitação gráfica do Parque Ambiental do Rio Verruga – 2018



Fonte: PMVC, 2018 – Anexo II do Decreto Municipal nº 18.720.

Em março de 2018, a administração municipal contratou a Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEP) para desenvolver o Plano Estratégico do Município, contemplando a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que tinha, inicialmente, a expectativa para sua finalização em 2020, e por isso nomeado pela prefeitura como PDDU 2020. A FEP já iniciou o trabalho contratado tendo como objetivo incluir o Parque do Rio Verruga no Plano, dessa forma, a criação do Parque não passou pelo processo de participação social ao qual o PDDU 2020 buscou basear-se.

Em 05 de abril de 2019 a prefeitura publicou um novo decreto, nº 19.394, alterando a poligonal do parque implantado (PMVC, 2019a), porém essa não foi publicizada juntamente com o decreto. Ao longo do primeiro semestre do ano de 2019 esta poligonal foi desenvolvida em conjunto com a equipe contratada para elaboração do Plano Estratégico do município e foi disponibilizada para a prefeitura em sua forma final em agosto de 2019. Essa nova poligonal (figura 23) incorporou ao Parque uma área bem mais ampla e gerou com isso questionamentos jurídicos quanto a posse das terras reivindicadas pela prefeitura, demandadas que já constavam na tramitação da Ação de discriminação de terra pública aberta em 2004.

Figura 23 – Poligonal de delimitação do Parque Ecológico do Verruga – 2019



Fonte: Secretaria de Obras do município de Vitória da Conquista.

A versão preliminar do novo PPDU, em sua segunda revisão, entregue em fevereiro de 2020, apresenta como premissa do Plano “considerar a importância das áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (PMVC, 2020, p. 11), e como diretrizes para a conservação e qualificação ambiental, encontram-se, entre outras:

- I. Incrementar a gestão ambiental municipal com implementação de mecanismos e instrumentos eficazes para controle da expansão do processo desordenado de ocupação e uso da terra no tecido urbano e rural, em áreas de interesse ambiental;
- II. Fomentar a adoção de boas práticas ambientais, soluções e medidas mitigadoras, condicionantes para coibir problemas socioambientais que contribuem para a degradação dos ecossistemas e se repercutem na qualidade de vida da população;
- III. Requalificar e revitalizar as áreas de importância ambiental, com vistas a ampliar o potencial de desenvolvimento de espaços públicos de lazer e turismo, incorporando e inovando no planejamento urbano a concepção de serviços ambientais e ecoinfraestruturas urbanas;
- IV. Implementar mecanismos de gestão eficazes para garantir a preservação, a proteção e a conservação dos recursos hídricos, florestais e minerais do território;
- V. Reduzir e coibir fontes de poluição por meio da elaboração e implementação de plano saneamento básico adequadamente desenhado à realidade do município;
- VI. Criar e implementar um sistema de monitoramento e controle da qualidade

ambiental municipal, com utilização de indicadores; VII. Controlar o uso de mananciais subterrâneos e superficiais, garantindo o controle hidroambiental contando com a participação social; VIII. Avaliar e implementar ações eficazes para redução progressiva dos passivos ambientais existentes no território, com gestão e controle coibindo as atividades geradoras; IX. Aplicar instrumentos e ações eficazes para recuperação das matas ciliares, conservação e preservação de remanescentes de vegetação, com enriquecimento por meio de plantio de espécies nativas; X. Conservar áreas de relevância ambiental por meio da criação e manutenção de parques municipais. (PMVC, 2020, p.46-47).

Percebe-se, nessas diretrizes, uma intenção do planejamento urbano em implementar agendas voltadas à preservação do meio ambiente em práticas ecossustentáveis. Essa intenção também aparece nas estratégias que visam garantir uma segurança hidroambiental, passando pela indicação de adoção de políticas públicas de “controle do uso do solo” e “preservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) de corpos hídricos e suas matas ciliares” (PMVC, 2020, p. 49).

Dentre os programas sugeridos para implementação, a versão preliminar do novo PDDU levanta a necessidade de um Programa de Conservação e Manejo das Águas devido ao “crescente aumento do comprometimento de mananciais hídricos e de suas áreas de entorno por impactos oriundos de ações antrópicas, incluindo a expansão das áreas de ocupação e uso desordenado do solo” (PMVC, 2020, p. 61). O documento ressalta, ainda, que a região sofre com a escassez de água e coloca como um dos objetivos “recuperar e valorizar os corpos hídricos”, tendo como ação direta a realização do “saneamento dos rios, nascentes e corpos hídricos que formam as bacias do Rio Verruga e Rio Pardo, no âmbito do Município, e proibir os despejos de efluentes, além de controlar usos e ocupações inadequados” (PMVC, 2020, p. 61).

Em 2019 o governo municipal contratou, através de dispensa de licitação, o escritório do arquiteto e urbanista curitibano Jaime Lerner para desenvolver um Plano Conceitual do Parque do Rio Verruga (PMVC, 2019d), porém o poder público ainda não divulgou informações suficientes sobre o tipo de intervenção que o escritório contratado planeja para a área e de como ela poderá afetar a paisagem e a memória dos habitantes da região.

A área em questão constitui, naturalmente, uma região com ecossistema mais frágil (Figura 24), e uma futura intervenção deverá se preocupar com o impacto ambiental que será causado e também com a memória do lugar, de forma que a população, que sempre se relacionou de forma mais próxima com a área, possa se sentir parte do processo de recuperação do rio e do seu entorno.

Figura 24 – Trecho do Rio Verruga inserido na delimitação do Parque



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Sobre o Parque do Rio Verruga, a versão preliminar do PDDU já traz alguns planos e setorizações, o classificando como uma Zona de Preservação, juntamente com o Parque Municipal da Serra do Periperi, e outros (PMVC, 2020, p. 80).

A proposta estabelece que o projeto desses parques deverá estar associado ao Programa de Valorização Socioambiental das Áreas de Conservação, adotando, para isso, um conjunto de “parques urbanos e unidades de conservação, abrangendo áreas de relevante valor ecológico existentes no município, consideradas prioritárias e com potencial de aproveitamento como áreas para atividades de lazer e para turismo ecológico” (PMVC, 2020, p. 69).

É importante salientar que a cidade de Vitória da Conquista possui um significativo déficit de áreas públicas de lazer, estudado por Mares (2016) e já sinalizado no Plano Diretor de 2007, o que favorece a implantação de um equipamento público que seja direcionado às necessidades da população.

Como Projeto Estruturante, é proposto pelo Plano em desenvolvimento um circuito integrado de parques urbanos, que conectaria a cidade no eixo leste-oeste (figura 26), unificando algumas das áreas de conservação ambiental que compõem a bacia do Rio Verruga (figura 25):

Nesta proposta, estes espaços são integrados através de elementos como vias compartilhadas entre pedestres e veículos com organização do trânsito e tratamento paisagístico e travessias em desnível sobre vias arteriais estruturantes para pedestres e ciclistas. (PMVC, 2020, p. 144-145).

Figura 25 – Áreas de conservação ambiental



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019), a partir de PMVC (2020).

Figura 26 – Proposta do Circuito Integrado de Parques Urbanos



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019), a partir de PMVC (2020).

Porém, a versão preliminar do PDDU 2020 vai além das diretrizes gerais para o previsto Parque do Rio Vermelho e propõe usos setorizados para a área delimitada, indicando, inclusive, a localização de equipamentos públicos a serem implantados, conforme pode ser visto nas figuras 27 e 28 a seguir.

Figura 27 – Trechos do Parque do Rio Vermelho



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019), a partir de PMVC (2020, p. 149).

Figura 28 – Proposta para o primeiro trecho do Parque do Rio Verruga



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019), a partir de PMVC (2020, p. 149).

No entanto, a configuração do Parque que pode ser vista nas figuras, não contempla a integração deste equipamento público ao sistema de drenagem urbana, mesmo sabendo-se que “o município é afetado significativamente por alagamentos nos períodos chuvosos” e que esses se dão “devido à ocupação ter ocorrido sem considerar os leitos de inundação de importantes cursos d’água presentes no município” (PMVC, 2020, p. 174). Na figura 29,

pode-se confirmar que os pontos de alagamento da malha urbana de Vitória da Conquista ocorrem, de forma significativa, ao longo do curso do Rio Verruga, em trecho imediatamente anterior às águas alcançarem a planície de inundação. Esse trecho foi objeto de aterramentos após a canalização do rio na segunda metade do século XX. Antes dessas intervenções, essa área se integrava à planície de inundação, como pode ser visto na figura 07 apresentada na página 34.

Figura 29 – Pontos de alagamentos, destacando a região da planície de inundação do Rio Verruga



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019), a partir de PMVC (2020), com inserção de região de destaque pela autora (2020).

Em 2019, também foi contratado pela administração municipal o Plano Municipal de Saneamento com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o qual foi entregue em março de 2020. Esse plano, em sua última versão, apresenta que os sistemas de drenagem

urbana precisam ser determinados de forma específica, pois dependem de fatores diferentes dos considerados nos outros serviços de saneamento. Esses sistemas “não dependem diretamente da população, mas sim da forma de ocupação do espaço urbano, das condições climáticas e características físicas das bacias hidrográficas, onde se situa a área ocupada do município” (FIPE, 2019b, p. 122). Ou seja, o plano de drenagem deve ser concebido de forma conjunta com o planejamento da malha urbana.

Os estudos desenvolvidos durante a elaboração do novo PDDU, ao longo dos anos de 2018 e 2019, embasaram o Plano Municipal de Saneamento Básico apresentado pela FIPE em 2020. A versão preliminar do PDDU já traz um Programa de Drenagem e manejo adequado das águas pluviais urbanas, que é referenciado no Plano da FIPE, e que se justifica por visar a “redução, o retardamento e amortecimento do escoamento das águas pluviais urbanas [...], já que eventos de alagamento são frequentes no município e a rede de drenagem existente está obsoleta e não possui capacidade de amortecer tais eventos” (PMVC, 2020, p. 198).

O Programa de Drenagem apresentado na versão preliminar do PDDU traz um projeto de implantação de equipamentos de sistemas de drenagem urbana sustentável, que dialogam com as novas formas de planejamento urbano, prevendo, entre outros, a implantação de reservatórios de detenção e de retenção nas regiões próximas a serra do Periperi:

O conceito de sistemas de drenagem sustentáveis (SiDS) busca a compreensão integrada entre social, ambiental, legal e econômico. Esses sistemas de drenagem fornecem alternativas para a canalização direta de águas superficiais, visando reduzir as inundações, melhorar a qualidade de água e aumentar a comodidade e a biodiversidade do meio ambiente. SiDS alcançam isso diminuindo a velocidade de escoamento da água, a capacidade de armazenamento e reduzindo o transporte de poluição ao meio aquático. (PMVC, 2020, p. 201).

Porém, a utilização dos referidos sistemas de drenagem sustentáveis (SiDS) não foi determinada no Projeto apresentado para o Parque do Rio Verruga, desconsiderando a existência da planície de inundação.

Visando contribuir para a discussão sobre a forma de intervenção nas margens do Rio Verruga, esta pesquisa traz, a partir dos depoimentos coletados, algumas percepções da população sobre a utilização desejada para o Parque.

4.2 Expectativas da população sobre o Parque

Ao serem questionados sobre as intervenções pretendidas pelo poder público na área não ocupada situada entre as avenidas Bartolomeu de Gusmão e Luís Eduardo Magalhães, os entrevistados, de diferentes segmentos e com suas particularidades, expuseram distintas percepções e necessidades enquanto habitantes da urbe. Porém, todos os entrevistados demonstraram como sendo válida a implantação de algum equipamento público de lazer na poligonal em questão.

Para Fernando Oliveira é fundamental um olhar técnico sobre a região, de forma a aproveitar a função natural da planície de inundação:

Eu acho que gosto da ideia e eu acho que deve proibir edificação, claro e obviamente onde já existe a limitação legal, na faixa lindeira da mata ciliar, e mesmo nas outras áreas que, eventualmente, tenham domínio de particulares, eu acho que deve haver um movimento muito forte do poder público, de comum acordo, conciliado com os proprietários para que essa ocupação se dê de maneira diferente, quer dizer, a taxa de ocupação seja reduzida, que tenha, enfim, uma competência maior nessa concepção. Sou, assim, visceralmente contra a ideia de canalizar e botar uma avenida marginal, ou duas, uma pela direita e uma pela esquerda, porque é o problema de transferir para jusante, transferir para jusante. E uma outra razão mais forte do que todas as demais, é que se a gente fizer isso, nós vamos criar uma pressão durante as cheias, na parte mais embaixo do rio, que esse leito maior, durante as cheias, vai ficar um leito maior, muito maior, a ponto de causar riscos, como já está em vias de acontecer, na Luis Eduardo, de ruptura dos aterros, da J. Pedral, e do próprio Anel Viário! Porque se a gente deixar aquele parque com espaço, com área, ali serve como uma espécie de contenção, de amortecimento. Você pega toda a carga que está descendo e você espalha por ali, acomoda as vazões. É como se fosse [pausa], ele funcionaria como uma chaminé de equilíbrio. Se você tamponar, ele está preso, não está saindo mais pra atmosfera, ele vai batendo nas paredes tentando [pausa] 100% do pico da cheia vai ser transmitido pra baixo. Então, a quantidade de água que vai chegar, vai ser a mesma, só que o tempo vai ser menor. Então vai aumentar o pico da cheia. Quando aumenta o pico da cheia, as estruturas não estão projetadas para isso. Que é como se a gente tivesse confinando, confinando, toda essa energia que passa ali dentro vai chegar em algum lugar e ela vai ter que dissipar. Você dissipa como? Você dissipa trocando, né? A energia do rio pela energia da estrutura. Então, eu gosto da ideia do parque, acho que tem uns exageros legais, que eu não entendo muito bem, enfim! Mas, eu só acho, a minha opinião é que [pausa] eu entendo que deveria se dialogar mais com as pessoas da área de arquitetura e urbanismo para que fosse uma solução, tanto quanto possível, desenvolvida por gente daqui. Eu acho que a gente teria condições de fazer um trabalho melhor, pela compreensão, por tudo isso. (OLIVEIRA, 2020).

O Entrevistado 09, também com olhar técnico, concorda que essa área deve ser tratada com cuidado: “existiam invasões, como até hoje existem, sem controle. Isso me angustiava muito, porque eu sempre pensei naquilo como um grande parque da cidade, um pulmão pra cidade”. Salienta, também, que a área remanescente do Aguão representa uma grande oportunidade para melhorar a drenagem da cidade:

Conquista tem um problema de drenagem seríssimo, né? A gente tá numa bacia e ao mesmo tempo envolvida por uma serra, então a velocidade que a água desce é imensa e ela escoada cada dia mais rápido para aquela região. Então se a gente puder fazer ali uma bacia de decantação, né? Que a gente possa reter essa água e trazer essa água até pro imaginário da cidade que eu acho que é fundamental. É imprescindível, eu acho. Já tava se falando aqui, que se gastaria nesse plano de saneamento aí, coisa de 700 milhões de reais em drenagem para resolver o problema da cidade. Mas eu acho que é uma visão muito, como é que eu posso dizer [pausa], muito pensando nessas estruturas em redes, em tubulações e não pensando nessa drenagem mais sustentável. E a gente tem um potencial enorme nas nossas mãos, né? Então eu acho que se pensasse nisso, no mínimo, a metade desse valor seria. Hoje em dia não tem mais como a gente pensar em drenagem nessa forma, né? Nessa forma antiga, como se fazia, com canalizações, essa coisa fora da cidade, como se a drenagem fosse o elemento que viesse a poluir a cidade. A gente tem que pensar essa água, principalmente pra região como Conquista, essa água, para que ela seja vivenciada. Tão importante essa coisa da água de chuva, tão raro, a gente precisa valorizar isso. (Entrevistado 09, 2020).

No trecho acima, o Entrevistado 09 apresenta novas formas possíveis para conceber a drenagem urbana. A maioria das cidades do mundo que aplicaram as reformas urbanas, inspiradas no modelo de Haussmann, com canalização dos rios e aterramento de áreas alagáveis, convivem com problemas de inundações até hoje devido às alterações na estrutura hídrica com o bloqueio dos fluxos naturais (HERZOG, 2013, p. 48). Dessa forma, percebe-se a necessidade em adotar novas formas de convivência harmônica com os cursos naturais da água, que já podem ser vivenciadas em diversas cidades do mundo que aplicam o Desenvolvimento Urbano de Baixo Impacto – LID (*Low Impact Development*). Os princípios do LID têm sido adotados por algumas poucas cidades brasileiras nas últimas décadas, eles se baseiam na conservação de processos hidrológicos, prevenção à poluição do solo e das águas e preservação de recursos naturais, minimizando a construção de sistemas artificiais (SOUZA; CRUZ; TUCCI, 2012).

O Entrevistado 09 salienta, ainda, a oportunidade de implementar equipamentos de lazer para a população na referida área:

Eu acho que ele seria um parque regional, né? Pela dimensão que aquilo pode ter, que você tem várias possibilidades ali, né? De você fazer intervenções em um trecho pequeno ou você pensar nesse “descortinar” desse rio desde lá da Otávio Santos, pelo menos, até lá no anel viário. Então, assim, é uma dimensão grande demais, é um parque que pode trazer benefícios ambientais pra cidade, que a gente tem essa deficiência grande aqui em Conquista, né? Amenizar esse clima um pouquinho, principalmente nas épocas de calor. E o que eu vejo nesse parque é uma área de recreação e uma área de contato com a natureza. Eu acho que ele é perfeito pra que isso aconteça, né? Tem água, [pausa] tem um horto florestal ali, a gente tem algumas espécies interessantes, e eu acho que é uma área boa pra gente poder valorizar o rio, né? Descortinar o rio mesmo, trazer o rio pra cidade, né? Partir de uma questão da despoluição total. Pra fazer isso, a gente vai ter que fazer uma consciência enorme junto com a população, porque mesmo tendo rede, existe ainda ligações domiciliares clandestinas, passando a rede na porta de casa. Então eu acho que tem que ter aí uma ação aí forte da EMBASA junto com a prefeitura, com a Secretaria de Meio Ambiente, pra poder acionar esses domicílios e evitar que esse esgoto chegue no rio. Então o que eu penso desse rio é isso, que ele seja, realmente, uma área de recreação, de contemplação. Tem áreas também que hoje a gente não tem nada de vegetação, então nessas áreas a gente poderia botar alguma coisa de um lazer mais ativo, né? Pra comunidade. E eu acho ainda que é o único lugar também que a gente possa fazer uma integração entre a parte baixa ali, do vale, e lá em cima, né? O recreio e tal. Então tem que prever essas conexões também. É o que eu penso, assim. A cidade, ela é muito esportiva, muito essa coisa da ciclovias, então eu acho que não pode faltar. O que eu penso pra isso é aproveitar a área do pinicão, né? Integrar ali de repente com o Lomantão e fazer realmente uma área de lazer fantástica. Eu penso nisso há mais de nove anos. Acho que [desde] quando eu botei o pé aqui, eu penso nesse parque. (Entrevistado 09, 2020).

A intervenção é vista também por outros entrevistados como uma oportunidade para a preservação do rio, como é o caso da bióloga Fabiana Pereira, que defende a presença da natureza e da água nesse parque, “principalmente nesse setor, nessa área de reflorestamento, né? Porque até isso ajuda na preservação da lagoa, se você for parar pra ver, isso também interfere” (PEREIRA, 2020). O senhor Antonio Roberto também defende a preservação de uma área natural e faz a seguinte ponderação em sua fala: “O projeto, é um projeto interessante, né? Que eu acho que revitaliza aquela área e mantém aquela pequena vegetação ali preservada, além da revitalização do pequeno rio” (CAIRO, 2020). Cairo continua sua análise chamando a atenção para a localização do Parque:

E eu acho bacana, né? Porque aquilo fica lá dentro, no meio da cidade, do centro da cidade. Muitas cidades do Brasil têm parques ecológicos, parques bonitos tudo, e Conquista [pausa], ela tem o material, né? Tem a matéria prima, tem o espaço, tem o lugar, e nunca se fez esse tipo de coisa. [...] No parque, se você plantar as árvores frutíferas também, árvores frondosas, umas árvores nativas [...]. Poderia ter, um pequeno lago porque o ambiente

até aceita bem o lago, né? [...] O desnível que existe já facilita que se tenha um lago. Poderíamos ter um anfiteatro, né? Pequeno anfiteatro pra práticas culturais. E o mais importante, uma pista de [pausa], não é de atletismo propriamente, mas pra caminhadas, né? Seria muito bacana. (CAIRO, 2020).

Além do aspecto ambiental, a destinação do parque para atividades de lazer é bastante aguardada pelos entrevistados. Segundo o Entrevistado 04, “é uma área de lazer pra as pessoas mais [pausa], que não têm acesso ao lazer, né? Fazendo ali uma área agradável seria bom, seria muito bom!”. Porém, para o Entrevistado 09, a área de lazer deve ser restrita:

Eu acho que a única coisa de urbanização que ela tem que ter são esses acessos [pausa] por onde a gente pode passar, né? Dessa integração da cidade que é necessária — não tem como a gente fugir — e mesmo assim, pensando numa forma bem sustentável, né? Nessas dimensões, num controle disso, né? Pra gente não impactar muito essa área aí, ambiental. (Entrevistado 09, 2020),

No entanto, o impacto social que esse lazer traria à população é inegável. Fabiana Pereira salienta que uma área para crianças seria bastante importante devido à deficiência na oferta desse tipo de equipamento na cidade:

Eu acho super válida essa ideia. Porque aqui não tem parques pra você [pausa], nós que somos mães, para levarmos nossas crianças pra brincar, uma área mesmo, um parque. Por exemplo, o Ibirapuera de São Paulo que é um ponto de referência, né? Até acho que seria legal ter uma área para brinquedos, né? Quiosques, bancos, acho bem bacana para que quando nós formos lá termos onde sentar, fazer um piquenique, né? E é uma área bem legal pra ser trabalhada. (PEREIRA, 2020).

A entrevistada Ticiane Aguiar reafirma a carência por espaços públicos de lazer, principalmente para crianças:

Eu adoraria que tivesse coisas de lazer, pra a gente poder aproveitar espaços abertos na cidade porque falta, eu acho que falta e tipo assim, parquinhos, espaços pra ciclovias, pra andar de patins, porque a gente usa a ciclovia ali da Olívia Flores e tudo, mas pra fazer sem passar por ruas né, e tal. Então preferia que fosse dentro do parque, um lugar mais seguro. Em Salvador a gente tem espaços assim e eu não frequentava muito porque eu ainda era mais nova, né? Mas hoje eu acho super importante, queria muito frequentar esses lugares com minha filha, fiquei super animada quando eu soube que ia ter isso na cidade. Tô com muita expectativa e tomara que dê certo e que a gente consiga aproveitar mesmo assim, com criança, espaço pra criança, pra ter eventos igual [pausa], coisas [pausa], sei lá, eventos de Natal, evento de São João, de repente, pra as famílias né? Pra a família curtir, espaço na

grama, fazer piquenique. Enfim, espaço pra a gente poder aproveitar um pouco da cidade. (AGUIAR, T., 2020).

Todavia, Ticiano Aguiar não entende a presença da água e do ambiente natural como sendo essencial nesta região:

eu não penso como uma reserva não, eu penso como um lugar da natureza pra a gente poder curtir, tipo as ciclovias, que tenha lugar pra fazer cooper né, andar de patins e ter parquinho infantil, soltar bolhinhas de sabão, soltar uma pipa, mas com a natureza, pra a criança poder subir em uma árvore e fazer um piquenique na grama. (AGUIAR, T., 2020).

Essa visão pode ser explicada, ao menos em parte, pela dissociação que foi construída ao longo dos anos entre o Rio Verruga e o ambiente urbano, principalmente na área do Aguão. Por se tratar de uma entrevistada que passou a residir em Vitória da Conquista apenas em 2013, a referência ao açude e à condição natural daquela área é desconhecida e, portanto, não há uma associação entre esses usos.

A perspectiva trazida pelas lavadeiras entrevistadas, porém, é bastante distinta. Para Jovina Silva, residente próxima à região, esta é uma área que não deveria sofrer intervenção: “podem até fazer, mas eu não estou achando isso muito de acordo aí não! Eu não! Não vou mentir pra ninguém!” (SILVA, 2020). Porém ela explica a razão de seu receio com o Parque, e conclui que pode ser benéfico:

Eles podem até fazer isso aí, mas dizer eles que vai ter muita coisa aí errada, vai ter! Isso vai ter! Porque ali era água! Era açude! E eles vai saber que ali mais tarde [pausa], eles vai fazer e isso pode até desabar, com as pessoa ali. Porque você vê que passa [pausa], aquele esgotão, passa aquela água assim, lá dentro assim, ó, ali ó. Ali quando chove, que é chuva mesmo, você vê que quando a enxurrada vem, que passa por ali, já matou até gente aí, ó, depois disso. Já matou gente ali! Agora, eles quer fazer isso aí... Se quer fazer é bom, né? Pelo menos dá valor à cidade, aqui na rua. [sic] (SILVA, 2020).

A entrevistada 10, também residente na região, chama a atenção para o fato de que as águas da chuva chegam à sua rua com bastante força e velocidade: “a enxurrada que desce aí é como se fosse uma cachoeira. Fiz aquela mureta ali na frente pra evitar que a água entrasse muito. [...] A enxurrada já trouxe carro!” (Entrevistada 10, 2020).

A senhora Jovina prossegue em sua fala argumentando que a intervenção que mais agradaria seria retomar a situação do início do século XX: “Eu queria que ficasse do jeito que tava o açude [...]. Se tivesse o açude aí, aqui hoje era terra de turismo!” (SILVA, 2020). A

Entrevistada 10, por sua vez, acha que a implantação de um parque não é uma intervenção prioritária. Em sua entrevista, expõe:

O que eu acho é que diz que vai fazer praça de lazer, que vai fazer praça de lazer pra juntar o pessoal pra fumar porcaria. Eu acharia que eles devia fazer outra melhoria na cidade. Pelo menos ter remédio pro povo que não tá tendo remédio, um posto mais perto porque nós não temos, entendeu? [...] Eu gostaria que fizesse um posto de saúde! [...] Diz que vai fazer área de lazer, vai fazer jardim, pra quê que vai gastar dinheiro com jardim? Então gasta, faz um posto de saúde! [sic] (Entrevistada 10, 2020).

Entretanto a lavadeira complementa que “se eles ajeitar aí (sic), uma coisa boa, que seja bom pra gente, eu não vou proibir! Não sou eu, quem sou eu?” (Entrevistada 10) e sugere a implantação de um parque infantil:

Faz outra coisa, um jardinzinho pra criança, tem muita criança aqui, pras criancinha brincar [...], as criança lá brincando, se envolvendo, quer dizer, as criança vai crescendo brincando, se envolvendo com aquilo ali, não vai ter tempo de envolver com porcaria! [sic] (Entrevistada 10, 2020).

Ao se propor uma intervenção do porte da que se está estruturando, também devem ser considerados os dados a respeito do avanço da ocupação da localidade Conquistinha sobre a área remanescente do açude, o aumento da complexidade na estrutura dessa comunidade nas últimas décadas e a força da especulação imobiliária com a valorização dos lotes da região.

A ocupação dessa região foi iniciada lentamente, durante a década de 1930, de forma que a Entrevistada 10 relata que quando sua mãe se mudou para lá, no governo de Régis Pacheco – entre 1938 e 1945 – só existiam na região entre 3 e 5 casas. Essa ocupação evoluiu de forma rápida a partir da década de 1980, principalmente, após a implantação, pela construtora Odebrecht, do loteamento residencial de alto padrão denominado Caminho do Parque em área adjacente ao Conquistinha. Na figura 30 é possível perceber o avanço desta comunidade sobre a área da planície de inundação nos últimos 35 anos.

Segundo a Entrevistada 10, esse crescimento na ocupação acarretou numa mudança do perfil dos habitantes da região: “porque diz que aqui é área de rico. Por gosto de muitos, nós pobre não ficava morando aqui, não” (Entrevistada 10, 2020). Essa mudança no perfil de ocupação ocorreu, paulatinamente, com a venda dos lotes dos antigos moradores e também através da regularização de lotes antes pertencentes ao município. Quanto à essa ocupação dos lotes, antes pertencentes ao açude, a lavadeira relata: “o mangueiro que era separado, já era separado da prefeitura. Foi medido, tudo legalizado. Aí a COEDUC comprou, aí ninguém

pôde ficar lá mais lavando roupa, que eles compraram e não quiseram deixar” (Entrevistada 10, 2020).

Figura 30 – Evolução urbana do Conquistinha retratando os anos 1985, 2003 e 2020



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Google Earth (2020).

A Entrevistada 10 relata, também, que já sofreu ameaça de expulsão da área por edificações vizinhas. Conforme sua fala, há alguns anos atrás, um homem que trabalhava em sua rua a chamou e comentou: “Ah Dona, sabe que vocês vai tudo sair daí?” [sic] (Entrevistada 10, 2020). Essa ameaça a deixou indignada e ela retrucou: “se for preciso do documento, a gente tem, pra comprovar que a gente não tá aqui, que a gente não invadiu terreno nenhum aqui, não, moço” (Entrevistada 10, 2020).

Ao transitar pelas ruas do Conquistinha, é possível identificar um grande número de residências à venda, estas aparentam ser dos primeiros moradores devido ao estilo arquitetônico e técnicas construtivas adotadas (figura 31), o que, aliado aos relatos expostos nessa pesquisa, nos leva a perceber que a população de lavadeiras está sendo economicamente expulsa da região.

Figura 31 – Residências à venda no Conquistinha



Fonte: Acervo pessoal (2020).

A instalação de um novo equipamento público nessa comunidade tem, como dever social, buscar evitar que o processo de gentrificação em curso se acentue devido aos altos investimentos públicos que tendem a valorizar ainda mais a terra e beneficiar os grandes proprietários do entorno. Dessa forma, a configuração que o Parque do Rio Verruga venha a adotar, deve levar em consideração toda a história contida no crescimento urbano daquela região, que nasceu devido à presença do rio, e a expectativa da população frente ao espaço desocupado. O Entrevistado 09 expôs em seu depoimento o seguinte ponto de vista:

Acho que a população tem que fazer parte desse projeto. Não adianta gente renomado, de fora, que não vivencia a cidade, que vem e passa de helicóptero, vem um dia e fica um turno, e aí define coisas que não tem nada a ver com a cidade, que não tem nada a ver com a cultura, que não tem nada a ver com a mobilidade, não tem nada a ver com [pausa], é só uma questão estética. Então isso, eu acho que é uma preocupação grande que a gente precisa ter, num momento da gente estimular que a comunidade queira participar, né? Que se envolva nesse processo, é um parque da cidade, é além disso, acho que é um parque regional mesmo. (Entrevistado 09, 2020).

Neste ponto, percebe-se a expectativa do entrevistado pela adoção da gestão democrática, definida pelo Estatuto da Cidade em 2001, e já citada anteriormente nesta pesquisa, para que o produto das intervenções executadas pelo poder público possa ser amplamente aceito e corresponda às necessidades diárias dos habitantes que se relacionam com o espaço em questão.

Frente às memórias analisadas até aqui, se torna clara a influência das intervenções realizadas na paisagem urbana sobre a percepção mnemônica da população cidadina a respeito

do espaço à sua volta, acarretando na necessidade de uma maior preocupação com tais aspectos pelas gestões públicas.

5 CONCLUSÃO

Ao se buscar as memórias do Rio Verruga, mais do que a história de um rio, revelou-se a relação de descaso que foi estabelecida entre a sociedade do século XX e a natureza como um todo. Porém, revelou-se, também, que a presença da água influenciou significativamente o processo de consolidação das memórias individuais e coletivas.

O caminho percorrido nesta pesquisa demonstrou que o Rio Verruga está diretamente relacionado às primeiras lembranças do desenvolvimento da cidade e da população ribeirinha que ali residia nos séculos XVIII e XIX, e permitiu uma melhor compreensão da relação construída entre o rio e a cidade de Vitória da Conquista, tanto do ponto de vista físico como cultural.

A planície de inundação que abrigou o açude de Conquista tem sido foco de conflitos de interesse pela utilização do espaço e das águas do Rio Verruga desde a década de 1930. Durante o último século, a expansão da cidade, na direção do curso desse rio urbano, alcançou e englobou a região do antigo açude, conformando hoje um extenso vazio urbano que permeia a área central de Vitória da Conquista. Esse vazio urbano, gerado pela existência da planície de inundação e de trecho do leito do rio, ainda poluído, contíguos à antiga Estação de Tratamento de Efluentes, fixou na memória da população a imagem de um esgoto a céu aberto, em área abandonada e perigosa, um local onde a população não deseja estar, relegado ao esquecimento.

Porém, do ponto de vista urbanístico, esses espaços abertos, atualmente, se mostram como uma paisagem de “respiro” dentro do tecido urbano e seu estado de permanência se justifica como bem público a ser apropriado pela sociedade. O rio apresenta um valor histórico e afetivo, com potencial para permitir um contato mais próximo entre a população e o meio natural. Ao buscar a apropriação desse espaço, as intervenções nessa paisagem cultural possuem a capacidade de reafirmá-la ou condená-la ao esquecimento, tornando-se necessária uma aproximação da gestão pública com as expectativas e memórias da população que possui uma relação mais próxima com a paisagem em questão, de forma a resgatar o sentimento de pertencimento àquele espaço, já esquecido por muitos.

A pesquisa apresentou que o poder público municipal interveio na região da planície de inundação, ao longo dos anos, à revelia dos interesses da comunidade do Conquistinha, e tudo indica que seguirá nesse caminho com os novos projetos. Devido à forma com que a prefeitura vem conduzindo o processo de requalificação do vazio urbano existente, corre-se

um grande risco de aquela comunidade de lavadeiras ser paulatinamente expulsa de suas residências pela valorização do solo e especulação imobiliária na região, configurando um processo de gentrificação. Portanto, é importante considerar que, mesmo intervenções que buscam trazer relevantes benefícios à urbe, podem produzir efeitos colaterais que, geralmente, impactam a vida dos cidadãos mais invisibilizados.

Ressalta-se, que o projeto de cidade que se construiu para Vitória da Conquista no último século, visava uma cidade “moderna”, em sintonia com os objetivos da sociedade contemporânea, porém, ainda assim, as administrações públicas e a população seguem com práticas sociais que persistem desde o início do século XX. O poder público, seja por restrições financeiras, ou por falta de mão de obra capacitada, segue adotando posicionamentos e tecnologias já ultrapassados. A população, por sua vez, convive com aspectos sociais que se distanciam das posturas adotadas em grandes centros urbanos, como, por exemplo, a utilização do serviço de lavadeiras, que, mesmo com a tecnologia disponível, segue sendo um serviço bastante utilizado por parte da população.

Frente a essa realidade, se torna fundamental refletir sobre o futuro do rio e do seu entorno, levando em consideração os fluxos hídricos, o abastecimento da população e a necessidade demonstrada por equipamentos públicos de lazer, sempre olhando e aprendendo, com o passado, se utilizando, para isso, do estudo da memória. Para se pensar o futuro da cidade, é necessário voltar-se para os ensinamentos do processo histórico no desenvolvimento urbano, compreendendo os desafios da realidade atual e estando atento ao contexto no qual as decisões que interferem na escala urbana são tomadas, de forma que as cidades não fiquem submetidas aos projetos políticos de cada governante individualmente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia:** com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, villas e povoações. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1888.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **Região Hidrográfica Atlântico Leste.** ANA, s.d. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/as-12-regioes-hidrograficas-brasileiras/atlantico-leste>. Acesso em: 26 jul. 2020.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural; tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BACELAR, Bruno. O açude e a sua destruição. **O Sertanejo**, Vitória da Conquista, ano II, n. 55, 26 outubro 1963a.

BACELAR, Bruno. Ainda o açude. **O Sertanejo**, Vitória da Conquista, ano II, n. 60, 7 dezembro 1963b.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito; tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1981.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2012.

BARBOSA, C. S. *et al.* Epidemiologia e Controle da Esquistossomose Masoni. *In:* CARVALHO, Omar dos Santos; COELHO, Paulo Marcos Zech; LENZI, Henrique Leonel (org.). **Schistosoma mansoni e Esquistossomose:** uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. eISBN 978-85-754-1370-8. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413708>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção Vitória da Conquista:** um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, **Plano Municipal de Saneamento Básico**, Relatório 03, Produto 2.2. São Paulo, set. 2019a. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/plano-municipal-de-saneamento-basico/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, **Plano Municipal de Saneamento Básico**, Relatório 04, Produto 3. São Paulo, dez. 2019b. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/plano-municipal-de-saneamento-basico/>. Acesso em: 14/02/2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**; tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**; tradução: Manuel A. Baeza e Michel Mujica. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HERZOG, Cecília Polacow. **Cidades para todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2013.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada [2020a]**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vitoria-da-conquista.html>. Acesso em: 05 nov. 2020.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Mapas Temáticos**. INEMA, 2013. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/servicos/mapas-tematicos/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MARES, Rizia Mendes. **A produção do espaço urbano em Vitória da Conquista/BA: Lógicas e práticas espaciais do lazer**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MATTIOLI, Luisa; NOZICA, Graciela. Ordenamiento Territorial del Buen Vivir. Paisaje, Patrimonio y Biodiversidad, ¿Conceptos Divergentes o Convergentes? **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 40, n. 1, p. 26-33, 2017.

MEDEIROS, Ruy. **Contribuição ao debate sobre o Rio Verruga**. Vitória da Conquista: Sessão Especial da Câmara Municipal, 11 jun. 2015.

MENEZES, Durval Lemos. **O Pedralismo um fenômeno social**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas LTDA, 2012.

MILHARES de quilômetros quadrados incorporados à comunidade brasileira. **Jornal Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 00188, 12 ago. 1949.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares; tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

PEDRAL, José. Memória de Pedral. *In*: NASCIMENTO, Andrey. **História e memória da Biblioteca Municipal José de Sá Nunes**. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Decreto nº 10**, de 2 de agosto de 1963. Considera de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os bens que especifica. Vitória da Conquista, 1963.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Resolução nº 72/65**. Diário Oficial dos Municípios, Salvador, 1965.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Lei nº 118/76**, de 22 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Plano Diretor de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1976.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Lei nº 1.385/2006**, de 30 de janeiro de 2007. Institui o Plano Diretor do Município de Vitória da Conquista e dá outras providências. Diário Oficial dos Municípios, Salvador, 2007a.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Lei Orgânica do Município**, de 23 de fevereiro de 2007. Altera redação da Lei nº 528/90. Gabinete do Prefeito de Vitória da Conquista, 2007b.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Decreto nº 18.720**, de 25 de junho de 2018. Cria o “Parque Ambiental”, delimitado pelas faixas marginais desde a borda da calha do leito regular do Rio Verruga, trecho entre a Avenida Bartolomeu de Gusmão e o Anel Rodoviário. Diário Oficial Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, 2018.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Decreto nº 19.394**, de 05 de abril de 2019. Altera o Decreto 18.720, de 25 de junho de 2018, que cria o Parque Ambiental do Rio Verruga, tornando de utilidade pública e especial interesse ambiental as áreas especificadas no Anexo I e dá outras providências. Diário Oficial Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, 2019a.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**, Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Agência Reguladora Municipal, Produto 7 Tomo I – Relatório do Diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Volume II – Diagnóstico Preliminar Físico-Ambiental. Salvador, mai. 2019b. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/pddu/>. Acesso em: 08 ago. 2019.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**, Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e

Agência Reguladora Municipal, Produto 9 Tomo II – Relatório do Diagnóstico Integrado e Cenários do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador, ago. 2019c. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/pddu/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Resumo do contrato nº 008-31/2019**, Diário Oficial Vitória da Conquista, Ano 12, nº 2.374, 23 de maio de 2019d. Disponível em: <https://dom.pmvc.ba.gov.br/diarios/previsualizar/7AVD6Gaq/70/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

PMVC – PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**, Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Agência Reguladora Municipal, Produto 10 Tomo II – Relatório Preliminar do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador, revisão 02, fev. 2020. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/pddu/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”; tradução: Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, ano 1989, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. tradução de Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, ano 1992, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA, **Edital de 05 de junho de 1943**. Diário Oficial dos Municípios, Salvador, 1943.

PRONTA! A nova Rio-Bahia – a mais moderna rodovia do país. **A Noite**, Rio de Janeiro, n. 17227, 30 mai. 1963.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. tradução de Alain François, Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. Architecture et narrativité. **Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies**, v. 7, n. 2, p. 20-30, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/errs.2016.377>. Acessado em: 9 mar. 2021.

ROCHA, Altemar Amaral. Análise socioambiental da bacia do Rio Verruga e os **processos de urbanização de Vitória da Conquista-BA**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

ROCHA, Edenair Carvalho. **As fontes dos vestígios: memória e fotografia nas transformações urbanas na cidade de Conquista entre 1920 e 1940**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

ROCHA, Francisco Paulo Ribeiro. **Conquista, minha Conquista**. Vitória da Conquista: Gráfica Laser7, 2020.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. Intervenções sobre o rio Pinheiros e a incorporação do espaço urbano nas primeiras décadas do século XX: o caso da região do Brooklin na cidade de São Paulo. **Água y Territorio**, Jaén, Espanha, n. 11, p. 44-57, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17561/at.11.2953>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.
Perfil dos Territórios de Identidade. Volume 01. Salvador: SEI, 2015.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Resultados das Análises de Rios em 2010**. Publicado em: 06/01/2011. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/767/resultados-das-analises-de-rios-em-2010/>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUZA, Christopher Freire; CRUZ, Marcus Aurélio Soares; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. Desenvolvimento urbano de baixo impacto: planejamento e tecnologias verdes para a sustentabilidade das águas urbanas. **RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 17, n. 2, p. 9-18, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.21168/rbrh.v17n2.p9-18>. Acesso em: 18 out. 2020.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas LTDA, 1992.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. **O Município da Vitória**. Vitória da Conquista: UESB, 1996.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin. As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. **Espaço Aberto**, PPGG – UFRJ, ano 2016, v. 6, n. 1, p. 131-150, 2016.

VIANA, Anibal Lopes. **Revista Histórica de Conquista**. Volume 1. Vitória da Conquista: O Jornal de Conquista, 1982.

VIANA, Anibal Lopes. **Revista Histórica de Conquista**. Volume 2. Vitória da Conquista: O Jornal de Conquista, 1985.

VIGARELLO, Georges. O trabalho dos corpos e do espaço. **Projeto História**, São Paulo, n. 13, p. 7-20, jun. 1996.

VITÓRIA da Conquista: Pecuária, principal riqueza do progressista Município bairrada – Também importantes a produção agrícola e a indústria extrativa mineral. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 00153, 2 jul. 1949.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Tribunal de Justiça da Bahia. Processo nº 0012878-57.2004.8.05.0274. Ação de discriminação de terra pública. **1ª Vara da Fazenda Pública**, 05 novembro 2004.

FONTES ORAIS

AGUIAR, Ticiania Sampaio. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Videoconferência, 10 set. 2020. 9 min.

CAIRO, Antônio Roberto de Barros. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Videoconferência, 09 set. 2020. 31 min.

ENTREVISTADO 04. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 09 mar. 2020. 20 min.

ENTREVISTADO 09. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Videoconferência, 11 set. 2020. 19 min.

ENTREVISTADO 10. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 03 dez. 2020. 29 min.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 19 fev. 2020. 86 min.

OLIVEIRA, Fernando Gomes. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 15 jan. 2020. 81 min.

PEREIRA, Fabiana Assis. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Videoconferência, 10 set. 2020. 8 min.

PORTO, Ivany de Sá. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Salvador, 18 jan. 2020. 41 min.

SILVA, Jovina Maria da. Entrevista concedida a Luisa Prazeres Vasconcelos. Vitória da Conquista, 13 ago. 2020. 32 min.